

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em História

***PARTIDO DOS TRABALHADORES: ROMPENDO COM A  
LÓGICA DA DIFERENÇA***

**CYRO GARCIA**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em História Social.  
Prof. Orientador: Marcelo Badaró  
Mattos.**

**Niterói  
2000**

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai, sem dúvida alguma, para o meu mestre e amigo Marcelo Badaró, cuja dedicação tornou possível este trabalho. Suas dicas, sua tolerância com meus múltiplos afazeres e, principalmente, seu estímulo foram os principais responsáveis pela conclusão deste trabalho.

Aos professores Virgínia Fontes, Sonia Mendonça, Márcia Motta e Bernardo Kocher, pelos cursos ministrados durante o mestrado que enriqueceram muito a minha formação. As três primeiras, juntamente com Marcelo Badaró, deram um curso no IES-Instituto de Estudos Socialistas que foi determinante para minha aproximação com a História.

Ao professor Daniel Aarão Reis, que ainda era o coordenador da pós-graduação em História quando o procurei e me incentivou a transformar em realidade o sonho de fazer o Mestrado de História, sugerindo inclusive o objeto a ser estudado.

Aos professores Ciro Flamarion Cardoso e Gizlene Neder, com os quais tive oportunidade de assistir aulas como “ouvinte” e ter as primeiras noções de metodologia e técnica em pesquisa.

Retorno aos professores Daniel Aarão Reis e Virgínia Fontes, que integraram a minha banca de qualificação e me fizeram questionamentos e comentários que muito acrescentaram a este trabalho.

Ao Benedito Tadeu César, pela profundidade de sua pesquisa, decisiva para a concretização deste trabalho e pela sua solicitude.

Ao projeto Memória & História da Fundação Perseu Abramo, acervo fundamental para o pesquisador da história do PT.

À Elisa, pela força e pelos vários livros e textos emprestados.

À Vania e ao Sergio, que me forneceram livros importantíssimos para a bibliografia.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa, que foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado que sempre me incentivaram, sabedores da minha dificuldade de estar vindo de uma graduação concluída há vinte anos e numa outra área.

Aos meus companheiros e companheiras de militância, que tiveram de segurar algumas “barras” para mim e, principalmente, por lutarem pela construção de uma história dos trabalhadores.

E, por fim, um agradecimento especial à Helena, pelas revisões de meus textos, pelas madrugadas passadas em claro, pelo companheirismo e pelo carinho permanente, fundamental dose de energia.

## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Surge um partido diferente no Brasil</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Burocratização: a ruptura com as origens</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O partido rompe com a lógica da diferença</b>	<b>80</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>117</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>121</b>

## APRESENTAÇÃO

### **PARTIDO DOS TRABALHADORES: ROMPENDO COM A LÓGICA DA DIFERENÇA**

*“Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país.”<sup>1</sup>*

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as transformações no Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo de seus primeiros anos de existência. O recorte cronológico vai desde a fase pré-PT, situada em 1979, até 1994, mas, pelo fato de o objeto de estudo situar-se na história recente de nosso país, é inevitável que em determinados momentos sejam extrapolados estes limites, com a utilização de dados mais recentes que dêem suporte às afirmações contidas na pesquisa.

Demonstrar-se-á que o PT surge como uma novidade no cenário político nacional, rompendo com os padrões tradicionais de formação partidária e tornando-se o principal partido da oposição em nosso país. Cumpre um papel crucial na mobilização da sociedade, ao longo da década de 80, e torna-se uma referência da esquerda a nível internacional e, principalmente, na América Latina. Sua trajetória é acompanhada com expectativa por amplos setores no mundo inteiro e seus passos têm sérias conseqüências na luta pela

implantação de uma democracia em nosso país que não exclua as massas exploradas do campo e da cidade.

Sua vinculação com os movimentos sociais, que viviam um período de efervescência nos anos 80, e suas características de ruptura com a institucionalidade burguesa propiciaram um crescimento eleitoral constante, que teve um salto nas eleições para as prefeituras de 1988.

Tentaremos demonstrar que é a partir das vitórias para as prefeituras em 88 que o PT começa a dar passos largos para a integração ao regime. Sabemos que a objetividade será fundamental neste estudo, pois estamos atentos ao fato de que somos atores nesta história, e que não podemos confundir nossas convicções pessoais com os elementos da realidade objetiva.

Enquanto hipótese, levantamos, a princípio, que o aumento do peso numérico dos funcionários de gabinete dos prefeitos e parlamentares, além dos mesmos, nas instâncias partidárias, levou a um predomínio destes setores na vida orgânica do partido que, pressionado pela responsabilidade da gestão do Estado, através das prefeituras, e mais tarde, dos governos estaduais, acabou se distanciando de seus pressupostos originais. Este dado da realidade objetiva, combinado com a crise do socialismo real e com a implantação do neoliberalismo, abriu espaço para as propostas social-democratizantes que privilegiavam a institucionalização do partido em detrimento do seu papel de organizador e mobilizador social. A partir daí aumentará a distância entre o partido e os setores que reivindicava representar em suas origens.

Este processo deu margem a uma burocratização dos quadros e da estrutura orgânica do partido, transformando-o num instrumento em defesa de seus interesses, distanciando-o, cada vez mais, da realidade da classe trabalhadora.

Esta mudança na composição interna do PT relaciona-se a mudanças na linha política do partido, fazendo com que a luta institucional seja priorizada em detrimento da luta direta e as propostas de solução pactuada prevalecem sobre a lógica anterior de ruptura. As bandeiras vermelhas petistas têm estado cada vez mais ausentes das lutas, enquanto seus quadros dirigentes circulam com cada vez mais desenvoltura no Congresso e demais instituições da sociedade política, portando-se exatamente como os políticos das classes dominantes a quem criticavam

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. P.24/25

Como o objeto de nossa pesquisa é um partido político, nos apoiaremos em alguns conceitos de Gramsci. Ele afirma que o partido é o primeiro ato da vontade coletiva que se pretende universal e que, como tal, pode ser qualquer aparelho privado de hegemonia. Aqui, já fazemos uma constatação de que a formação do PT contou com vários partidos políticos no sentido gramsciano (setores da Igreja, sindicatos, etc.). Mas é em *O moderno príncipe* que encontraremos a mais importante definição sobre o partido e seu papel na atual sociedade:

*O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo: um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.*<sup>2</sup>

Esta teoria dos partidos e, de modo especial, do partido da classe operária, liga-se à reflexão sobre os intelectuais e à estratégia da luta pela hegemonia nas sociedades ocidentais, conforme atesta Giuseppe Staccone, através de uma reflexão extraída dos *Cadernos do Cárcere*:

*“A função hegemônica ou de direção política dos partidos pode ser avaliada a partir dos desdobramentos da vida interior dos próprios partidos. Se o Estado representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país, os partidos - representando a adesão espontânea àquela regulamentação, considerada como modelo de convivência coletiva para a qual toda a massa deve ser educada - devem apresentar em sua vida particular interna, o fato de haverem assimilado como princípios de cada conduta moral aquelas normas que no Estado são obrigações legais. (...) Deste ponto de vista, os partidos podem ser considerados como escola de vida política”(Q.II, 919/920).*<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel... Op. Cit.*.p.6

<sup>3</sup> STACCONE, Giuseppe. *Gramsci – 100 anos: Revolução e Política*. Vozes, Petrópolis, 1993. P.96

É determinante a importância do partido na construção da hegemonia, pois ele forma a “vontade coletiva” de um grupo social e se torna um “intelectual orgânico coletivo”. Na visão de Gramsci, todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais, uma vez que no partido supera-se a atividade econômico-corporativa e assume-se uma função diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Daí, seu papel de intelectual orgânico coletivo.

Para ele, uma parte importante do “moderno príncipe” – portanto do partido – deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, ou seja, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo. Porém, adverte que uma reforma desta natureza não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. Afirma que “*o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*”<sup>4</sup>

Neste sentido, Edmundo Fernandes Dias defende que:

*“O partido deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que, desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social, de forma laica e imanente, como projeto de universalidade, ocupando o espaço anteriormente centralizado pela religião. Só esta – e seus aparelhos – no interior da racionalidade anteriormente dominante poderia colocar-se ao mesmo nível no qual o partido, o “moderno príncipe” deve colocar-se.”*<sup>5</sup>

Staccone aprofunda esta análise, ao constatar que “*o partido político é o` lugar` sociológico em que indivíduos de uma classe econômica adquirem consciência de sua realidade social e política: de homens-econômicos tornam-se homens-políticos; com isso, agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional(Q.III, 1532)*”<sup>6</sup>

Gramsci aponta os três elementos fundamentais que devem confluir obrigatoriamente para a existência de um partido:

---

<sup>4</sup> GRAMSCI, *Op.Cit*, p.9

<sup>5</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. *O outro Gramsci*. Xamã, São Paulo, 1996, p. 11

<sup>6</sup> STACCONE, *Op. Cit*. P.97

*“1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação e oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo.(...) 2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isto, inventiva. (...) 3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só “físico”, mas moral e intelectual”<sup>7</sup>*

Ao segundo elemento – que, na verdade, é a direção do partido – é atribuída uma importância decisiva, estando em suas mãos a impossibilidade da destruição do partido por meios normais. Este elemento se formará a partir de uma convicção férrea de que uma determinada solução dos problemas vitais torna-se necessária. A partir dessa convicção, sustenta que este elemento deverá deixar como herança um fermento, a partir do qual volte a se formar, no caso de sua destruição.

Gramsci dá outra contribuição fundamental, ao analisar o papel de polícia dos partidos e avaliar se eles cumprem um papel progressista ou reacionário: *“progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando tende a comprimir as forças vivas da História e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca.”<sup>8</sup>*

Para Edmundo Fernandes Dias, a relação entre o partido, organizador ( potencial) de uma vontade coletiva nacional-popular, e o conjunto da totalidade do social passa necessariamente pelo conhecimento da estrutura, que jamais pode ser pensada como exterioridade em relação à prática das classes, que são produtoras e produto dessa mesma estrutura. A compreensão correta da relação de forças no interior de uma conjuntura é dada pela análise dessas relações estruturais.

Gramsci nos alerta que, para se resolver o problema das relações entre estrutura e superestrutura e se chegar a uma justa análise das forças que atuam na História de um determinado período e à definição de relação entre elas, é necessário mover-se no âmbito

---

<sup>7</sup> GRAMSCI, *Op. Cit.*, p.26

<sup>8</sup> GRAMSCI, *Op. Cit.*, P.29

de dois princípios: “1) *O de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver;* 2) *O de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas em suas relações*”<sup>9</sup> Também aponta para a necessidade de se distinguirem os movimentos orgânicos (estruturais/relativamente permanentes) dos elementos conjunturais (momentâneos, acidentais).

Observa, também, que, em determinados momentos da sua vida histórica, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais. Quando se verificam estas crises, abrem-se situações delicadas, que, inclusive, dão margem a soluções de força e a atividades de poderes ocultos, representados por homens providenciais ou carismáticos. Estes momentos são de crises de hegemonia da classe dirigente, às quais ele também dava o nome de crises orgânicas. São múltiplas as aparências dessa crise: falência da classe dirigente em determinados empreendimentos políticos de envergadura; abandono da passividade política por amplas massas e apresentação de suas reivindicações, etc... Para Gramsci, falar em “crise de autoridade” nesses momentos é uma imprecisão, pois na verdade o que ocorre é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto. Esta crise cria inúmeras situações perigosas e coloca questões fundamentais para o partido político.

O conceito de HEGEMONIA tem uma particular importância para a nossa pesquisa, uma vez que várias correntes internas do PT se utilizavam da discussão do conceito de hegemonia para justificar suas posições, muitas vezes de matriz social-democrata. Procuramos partir das origens do termo. Segundo Staccone, Gramsci tomou o termo da literatura da III Internacional, que, por sua vez, o havia assumido dos intelectuais russos ligados à social-democracia que, entre os anos de 1890 e 1917, travaram um longo debate sobre a estratégia revolucionária da classe operária.<sup>10</sup> Esta opinião é partilhada por Perry Anderson<sup>11</sup>, que revela ter caído o termo em desuso, após a Revolução de Outubro, para ser retomado posteriormente, na Internacional Comunista, com dois significados distintos: pelo primeiro, ele entende a direção que o operariado exerce sobre os grupos aliados na luta contra a burguesia; pelo segundo, o autor inova, ao designar, por

<sup>9</sup> GRAMSCI, *Op. Cit.* p. 45 OBS: Estes princípios foram desenvolvidos a partir da leitura da obra de Marx, *Introdução à Crítica da Economia Política*.

<sup>10</sup> STACCONE, Giuseppe. *GRAMSCI – 100 ANOS; Revolução e Política*. Vozes, Petrópolis, 1993, p.89.

<sup>11</sup> ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y Revolución en Occidente*. Distribuciones Fontamara S.A., Mexico, 1991, p.30-36

HEGEMONIA, também o domínio da burguesia sobre o proletariado. Segundo Anderson, é mais provável que Gramsci tenha conhecido o termo nos debates da Internacional Comunista, a partir dos anos 1919-1920, e não nos debates pré-revolucionários dos intelectuais russos. Ainda segundo aquele autor, Gramsci deu um passo novo e decisivo ao empregar o conceito de hegemonia para uma análise diferenciada das estruturas do poder burguês no Ocidente.

Outra discussão teórica importante a ser desenvolvida diz respeito ao papel da social-democracia como fenômeno histórico. Mencionaremos os estudos de Adam Przeworski, embora discordando de seu posicionamento sobre a possibilidade de o capitalismo poder oferecer melhores condições materiais para a humanidade.

Sobre o caráter de independência de classe do PT e de seu sujeito político, utilizaremos o conceito leninista, segundo o qual, numa sociedade capitalista, o proletariado é uma classe oprimida, privada de toda a propriedade dos meios de produção, e a única classe direta e inteiramente oposta à burguesia e, por conseguinte, a única capaz de ser revolucionária até o fim. Em seu *Primeiro Esboço das Teses Sobre a Questão Agrária*<sup>12</sup> elaboradas para o II Congresso da Internacional Comunista, Lênin afirmava que “*só o proletariado industrial e urbano, dirigido pelo partido comunista, pode libertar as massas laboriosas do campo do jugo do capital e do latifúndio, da ruína e das guerras imperialistas que continuarão a ser inevitáveis enquanto se mantiver o regime capitalista*”. Mais adiante, denuncia a “aristocracia operária”, que renuncia à sua missão histórico-mundial de libertar a humanidade, para se encerrar no quadro de seus interesses estritamente corporativos, passando a se preocupar apenas com a melhoria de sua situação. Sobre tal questão, alerta: “*o proletariado só é uma classe realmente revolucionária, que atua de maneira realmente socialista, enquanto se afirmar e comportar como vanguarda de todos os trabalhadores e de todos os explorados, como seu guia na luta pelo derrubamento dos exploradores.*”

No tocante à burocratização, utilizaremos o estudo clássico de Robert Michels, ainda que divergindo do caráter de inevitabilidade que ele lhe dá, e os trabalhos de León Trotsky sobre a burocracia soviética.

Para atingir os objetivos aqui expressos, trabalhamos com fontes primárias e secundárias. Além do acervo pessoal, foram feitas consultas a acervos de centros de documentação: AMORJ-UFRJ, AEL-UNICAMP e Fundação Perseu Abramo. O corpus

---

<sup>12</sup> LÊNIN, V.I. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Edições Progresso, Moscou, 1983. P.316

de fontes trabalhadas constou de resoluções internas dos encontros e congressos; cadernos de teses; imprensa partidária; imprensa das correntes internas; e grande imprensa. Foram fundamentais as pesquisas realizadas por Benedito Tadeu César, em 1991; pela Gestão Venturi, em 1997; e pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

No primeiro capítulo, foi feito um balanço da intervenção do PT na conjuntura dos anos 80, com ênfase para o seu caráter de ruptura, acompanhado de um balanço historiográfico sobre o período, discutindo as principais interpretações acerca da trajetória do partido. O capítulo foi construído, basicamente, a partir de fontes secundárias, sendo utilizados de forma complementar alguns documentos do PT e textos de balanço de militantes.

O segundo capítulo é composto por uma análise da trajetória do PT nos anos 1980, dando conta de seu desempenho eleitoral, de uma evolução das posições políticas das tendências internas e de uma análise do perfil da militância petista. Neste capítulo, procurei testar as hipóteses referentes à burocratização do partido. As resoluções dos Encontros e Congressos, os cadernos de tese e as pesquisas realizadas com os delegados a essas instâncias foram as fontes básicas para esta etapa do trabalho. A grande imprensa e estatísticas eleitorais complementaram o universo de fontes documentais.

O terceiro e último capítulo tratou do conteúdo de algumas resoluções e debates partidários, com atenção especial para temas como as bases teórico-estratégicas do ideário petista e a definição de socialismo do PT, as políticas de aliança e as relações com o movimento sindical. Na conclusão, procurei demonstrar as transformações ocorridas nas formulações e na prática partidária. A documentação interna do partido também foi tomada como fonte principal.

## Capítulo 1:

### ***SURGE UM PARTIDO DIFERENTE NO BRASIL***

## CAPÍTULO 1:

### **SURGE UM PARTIDO DIFERENTE NO BRASIL**

O surgimento do Partido dos Trabalhadores teve um caráter inédito na história da luta de classes no Brasil, uma vez em que sua formação rompeu com o padrão tradicional de formação dos partidos.

A ruptura com a institucionalidade, verificada já no nascedouro, ultrapassou os limites impostos pela reforma partidária da ditadura militar, contida no projeto de abertura “lenta, gradual e segura”. Tal postura dá um salto em 1984, quando da recusa em participar do Colégio Eleitoral.

Outro aspecto de ruptura se deu em relação à estrutura sindical, sobre a qual o posicionamento inicial do PT foi determinante para a fundação da Central Única dos Trabalhadores-CUT. A Central surgiu questionando profundamente a estrutura sindical vigente, cumprindo importante papel como instrumento de mobilização. Entretanto, com o passar do tempo, o ímpeto inicial foi sendo abandonado e, em seu lugar, foi ganhando espaço uma lógica de adaptação à ordem.

Relativamente às eleições, o PT representa uma ruptura ao introduzir elementos de independência de classe na campanha de 1982, distanciando-se da conciliação de classes, historicamente presente nas campanhas da esquerda tradicional.

Encerraremos o capítulo, analisando os elementos de ruptura contidos no voto do eleitor do PT em 1988, e principalmente, a potencialidade de ruptura com a transição democrática burguesa que quase ocorreu na campanha de Lula para a presidência em 1989, quando as chances de vitória da esquerda foram reais.

### **UMA DIFERENÇA SE IMPÕE NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL**

O PT nasceu em 1980, numa lógica de ruptura com o regime, e apontado por diversos autores como algo novo no cenário partidário brasileiro. A ameaça por ele representada era visível. Tanto assim que foi transformado, pelo discurso da burguesia,

através dos meios de comunicação, em um partido radical, imagem em que se consagrou no senso comum.

O país viveu um período em que se observou um grande crescimento econômico, de 1968 até meados da década de 70. Eram os anos do “milagre econômico”, que combinavam uma repressão brutal ao movimento social organizado, por parte da ditadura militar, com uma mudança estrutural na economia brasileira. A classe operária praticamente se quadruplicou, principalmente nos setores de ponta (metalúrgicos, químicos, etc.), fazendo com que, só em São Paulo, houvesse cerca de 6 milhões de operários industriais. Esta mudança atingiu também o campo, que se modernizou com a introdução de máquinas e produtos químicos, criando-se um proletariado agrícola, mas, ao mesmo tempo, agravando enormemente o êxodo rural, com a concentração fundiária.

Porém, por volta de 1976/77, o modelo econômico da ditadura começa a se esgotar. Alguns setores mais modernos do empresariado, vinculados aos setores de ponta da indústria, principalmente o setor metal-mecânico, começam a defender publicamente algumas modificações na política econômica. Começam a ganhar corpo alguns movimentos populares que reivindicam melhorias nas condições de vida e colocam questões democráticas.

A ditadura começa a se colocar na defensiva e lança mão de uma política de transição, a partir da posse do Governo Geisel. Esta transição, na concepção de seus articuladores, deveria ser “lenta, gradual e segura”, ou seja, sob o total controle dos militares. Seu objetivo era negociá-la por cima, no interior da própria classe dominante, a exemplo de vários outros momentos da história de nosso país, de forma a evitar qualquer possibilidade de ruptura. Este é, aliás, um aspecto bem analisado por Sader:

*“... a falta de rupturas implica a falta de identidade. Falta de identidade nacional, das classes sociais, dos atores políticos – já que a identidade, de um indivíduo ou de uma nação, surge dos processos de ruptura, de contraposição ao outro. E a nossa história está coalhada de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida de baixo, alinhavando pactos por cima, que frustraram as aspirações populares e as substituíram por processos gattopardistas, em que “tudo muda para que tudo siga igual”<sup>13</sup>*

---

<sup>13</sup> SADER, Emir. *A Transição no Brasil: da ditadura a democracia?* Atual, São Paulo, 1990, P.1

Contudo, o anseio de redemocratização ia muito além das fronteiras das classes dominantes. A luta pela anistia, que, num primeiro momento, se resumia a parentes e amigos dos presos políticos, exilados, cassados e “desaparecidos”, ganhou o apoio popular, com a reentrada em cena do movimento estudantil.

Por outro lado, o movimento popular ganhava corpo com o Movimento contra a Carestia, organizado por setores da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). No campo, ampliava-se a luta pela posse da terra, instrumentalizada principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A crise econômica, a inflação e o arrocho salarial recolocariam também no cenário político a classe trabalhadora urbana. A campanha de reposição das perdas salariais lançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1977, apoiada em estudos do DIEESE, teve grande repercussão. Mas o salto de qualidade viria com a greve das montadoras do ABC, de maio de 1978. Esta greve deu início a uma onda grevista que se generalizaria por todo o ano de 1979, atingindo mais de três milhões de trabalhadores de diversas categorias profissionais e em diversas regiões do país. Com este ascenso, surge o que vários autores chamam de “novo sindicalismo”, cuja maior expressão é o metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula.

Este fato é analisado por Oliveira, que destaca a dimensão espacial do fenômeno de ressurgimento das mobilizações sindicais: *“Tendo começado no setor mais moderno da indústria, o setor metalúrgico, e no Estado mais desenvolvido do país – São Paulo – o “novo sindicalismo” se espraiou, recebendo apoio de dirigentes e líderes sindicais dos setores modernos de outros estados, mas sempre da região centro-sul.”*<sup>14</sup> Também Moisés faz uma observação importante para essa discussão, vinculando o novo sindicalismo não apenas à dimensão econômica, mas também à política e, de passagem, ao PT:

*“O “novo sindicalismo” é uma das maiores provas de que algo de novo está se gestando no Brasil, a partir da sociedade (sem falar no PT). Os trabalhadores voltaram ao centro da vida política do país, mas, contrastando com o passado, não querem apenas participar nas condições que lhe são impostas, de fora para dentro. Voltaram imbuídos de vontade de imprimir a*

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *TRABALHO E POLÍTICA: As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Vozes, Petrópolis, 1988, p.44

*sua marca à luta pela democracia que se desenha no país. Querem a democracia, mas também querem dizer qual é a democracia que entendem ser necessária ao país.”<sup>15</sup>*

Antunes, em seu importante estudo sobre as greves do ABC, aprofunda esta análise:

*“A ofensiva grevista de 1979, vitoriosa para os assalariados, fez com que o capital e o seu Estado político procurassem recompor-se frente ao avanço da movimentação dos trabalhadores. Através do projeto de auto-reforma buscava-se reordenar o bloco no poder, ao mesmo tempo em que se procurava cooptar setores portadores de propostas que se restringiam à liberalização do regime. Mas a auto-reforma não vislumbrava, como vimos, o reemergir do movimento reivindicatório de massas. Se em 1978 essa ação expressava heranças da fase de resistência, o movimento iniciado em 1979, com a Greve Geral metalúrgica, e que se generalizou para as mais distintas categorias, assumiu um explícito caráter de ofensividade, colocando o poder político frente a uma realidade ausente no universo das possibilidades previstas pela dominação burguesa.”<sup>16</sup>*

É neste cenário de profunda agitação social que é lançada a proposta de reforma partidária. Seu objetivo explícito era fragmentar a oposição e acabar com o caráter plebiscitário em relação ao regime, que se acentuava a cada eleição no bipartidarismo, com progressivas perdas para a situação. Esta reforma se pretendia bastante controlada, como afirma Kucinski: *“A reforma, assim, abre o caminho para novos partidos, mas um caminho estreito, cheio de obstáculos que o governo pode remover, ou então engrossar.”<sup>17</sup>*

Entretanto, o que o governo não esperava é que estes obstáculos fossem transpostos por um partido que se apresentou *“como uma ruptura em relação aos padrões conhecidos de organização partidária no Brasil”*: o PT.<sup>18</sup> Vai no mesmo sentido a observação de

<sup>15</sup> MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: Os trabalhadores e a luta pela Democracia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p.16

<sup>16</sup> ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Edunicamp, Campinas, 1992, p.63/64

<sup>17</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. Brasil Debates, São Paulo, 1990, p.93

<sup>18</sup> LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática*:

Gadotti e Pereira: “... o PT surgiu de um momento político novo e de uma experiência política, de profunda resistência, assim como de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora...”<sup>19</sup>

O PT surge sem uma ideologia precisa, mas tem o mérito de conter no seu interior as lideranças da Igreja progressista, intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura, organizações marxistas-leninistas e as lideranças do “novo sindicalismo”, que foram as principais responsáveis pela sustentação da proposta ao tê-la respaldado nas lutas populares. Remetendo-nos a Gramsci, verificamos que o PT contou na sua formação com vários “partidos políticos”, no sentido de aparelhos privados de hegemonia. Utilizaremos, portanto, a teoria gramsciana para analisarmos o desenvolvimento do partido: “O historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, a sua força determinante, positiva e negativa, a sua contribuição para criar um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verifiquem.”<sup>20</sup>

Pela preponderância, senão quantitativa ao menos política, do setor sindical, o discurso e as propostas do Partido, em seus primeiros anos, terão uma clara identidade classista, ou seja, uma preocupação de representação dos interesses e projetos da classe trabalhadora em oposição aos segmentos dominantes. Este aspecto é valorizado por Oliveira: “O fato de o partido ser considerado “classista” não chegava a perturbar seus criadores; conforme dizia Lula, ‘até agora, todos os Partidos Brasileiros foram Partidos Classistas, a única coisa é que eram de outra classe’.”<sup>21</sup>

Neste ponto residia, portanto, a grande novidade do partido, a que se refere a literatura sobre o PT. Margaret E. Keck, por exemplo, afirma que abordar o PT é desenvolver o estudo de uma anomalia, pois, diferentemente de outros partidos da tradição brasileira, tinha uma base sólida no meio operário:

*“Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos*

---

*O caso brasileiro.* Brasiliense, São Paulo, 1986, p.75

<sup>19</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *PRA QUE PT. Origem Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores.* Cortez, São Paulo, 1989, p.25

<sup>20</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel... Op. Cit.* p.25

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Op. Cit.* p.126. A autora se remete a uma entrevista de Lula ao Jornal do Brasil de 28.08.79.

*sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem, os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira.”*<sup>22</sup>

Este caráter singular e de novidade do PT é compartilhado na análise de diversos autores. Rodrigues assinala que:

*“Não há dúvida de que existe, no PT, algo de singular e inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. No plano organizatório, isso significa a presença concomitante – mas não oficial – de sindicatos e associações de classe, organizações católicas (como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, etc.) e de várias pequenas organizações de esquerda (os “grupelhos”, como algumas vezes são pejorativamente chamadas, ou as “tendências”, como são oficialmente designadas). No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso deve-se acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda.”*<sup>23</sup>

Moisés identifica da seguinte forma o surgimento de um fenômeno novo na sociedade brasileira: “Ou seja, a grande novidade do PT consiste, precisamente, em que

<sup>22</sup> KECK, Margaret E. *PT – A lógica da diferença (O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira)* Ática, São Paulo, 1991, p.13

<sup>23</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política.* Ática, São Paulo, 1990, p.9

*setores estratégicos das classes populares – os trabalhadores do núcleo mais dinâmico do capitalismo brasileiro – propõem-se a organizar-se , a si e a outros setores não privilegiados da sociedade, como uma força política independente e autônoma em face dos outros grupos sociais, particularmente, as elites dominantes”.*<sup>24</sup>

Mas o aparente consenso é relativizado por Francisco de Oliveira. Para o autor, que polemiza com estes posicionamentos, há que se destacar a existência anterior do PCB e sua inequívoca origem operária:

*“Há verdades, meias-verdades e equívocos na afirmação de que o PT é o primeiro partido político na história brasileira que emergiu da classe operária, não apenas do ponto de vista de sua “missão” mas no sentido mais preciso de que foram operários os seus principais fundadores.(...) o Partido Comunista do Brasil – denominação original do atual PCB, como seção brasileira da Internacional Comunista – constitui o primeiro partido de origem operária, no cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos 20. Embora a controvérsia sobre a origem e a formação do PC brasileiro ainda dê margem ao consumo de muitas laudas de papel, é inequívoco que algumas lideranças operárias estiveram desde o início na sua constituição e participaram de sua direção. Ao lado, como ocorre no PT também , de lideranças intelectuais e das classes médias.”*<sup>25</sup>

A bem da verdade, entretanto, em outro texto, escrito alguns anos antes, Oliveira havia reforçado a imagem do PT como fenômeno inédito no Brasil e pouco visto na história mundial, *“um partido de massas, nascido nas lutas reais das classes trabalhadoras brasileiras, posto como necessidade histórica e possibilidade inscrita na nova estrutura de classes que emerge para ultrapassar a institucionalidade burguesa.”*<sup>26</sup>

A comparação com o PCB não é estranha a outros autores. Leôncio Rodrigues também a exercita, mas preocupado em estabelecer grandes distinções entre os processos de formação do PT e do PCB e suas respectivas projeções na política nacional. Como em

<sup>24</sup> “MOISÉS, José Álvaro. *Op. Cit.* p.209

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT?* IN.: SADER, Emir (e outros) *E agora PT? Caráter e Identidade.* Brasiliense, São Paulo, 1986, p.10

<sup>26</sup> PEDROSA, Mario. *Sobre o PT.* Ched Editorial, São Paulo, 1980, p.9

outros textos do autor sobre a classe operária brasileira, a ênfase, ao estabelecer tal distinção, centra-se na “origem social” dos militantes que fundaram o partido:

*“Desse ângulo, não há nada em comum com a formação do PCB, o único partido de esquerda antes do PT a ter alguma expressão na grande política. Na reunião que marcou oficialmente a criação do PCB (chamada pomposamente de I Congresso) estavam presentes apenas nove delegados representando 73 membros de grupos comunistas. Entre os delegados, estavam dois intelectuais e sete trabalhadores, a maioria de formação artesanal. Nenhum deles ocupava posição de destaque na vida política ou cultural do país. Até aproximadamente 1934, quando militares e intelectuais aderiram em maior número ao partido, o PCB continuou como uma seita sem maior expressão na política brasileira.”<sup>27</sup>*

A novidade petista residiria, portanto, na origem classista do partido. Mas, teria sido nova também a sua independência em relação ao jogo político dominante, pois o partido não fora, nem de longe, obra de engenharia política da classe dirigente. O PT surge de “baixo para cima” e surpreende o jogo de “cartas marcadas” de Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella. Esta caracterização é partilhada por diversos autores. Moisés a sintetiza com objetividade: *“É bem conhecida a novidade representada pelo PT na história política brasileira: não só o PT rompeu com a velha tradição elitista de partidos organizados de cima para baixo – na verdade o PT foi o primeiro partido, nos últimos 50 anos, a nascer da iniciativa dos “de baixo”- como também rompeu a tradição dos partidos que nasciam dentro do Estado ou por iniciativa do Estado.”<sup>28</sup>*

Um cuidado a ser tomado quanto à expressão “de baixo para cima” é que muitas vezes ela era utilizada contra as organizações revolucionárias do interior do partido, quando se tentava atribuir-lhes um caráter elitista, que, do nosso ponto de vista, resultava falso.

Embora o êxito do PT em sua formação tenha sido incontestável, é importante registrar que isto não se deu sem provocar uma grande polêmica nos setores oposicionistas.

---

<sup>27</sup> RODRIGUES, Leoncio Martins. *Op. Cit.*, p.17

<sup>28</sup> MOISÉS, José Ávaro. *Op. Cit.* p.182

Vários foram os argumentos contrários à criação do PT, bem como distintos foram os seus autores.

No movimento sindical, os dirigentes identificados com o “novo sindicalismo” faziam parte de um agrupamento mais amplo, denominado, por volta de 1978, de “sindicalistas autênticos”, que continha no seu interior os sindicalistas da Unidade Sindical, ligados às correntes reformistas tradicionais (PCs), e até mesmo alguns “pelegos” reciclados, como Joaquinção. Estes sindicalistas, tanto os reformistas, quanto os “pelegos”, foram ferrenhos opositores da idéia de criação do PT. As razões iam desde a disputa pela representação dos trabalhadores, passando pela tradicional política reformista de conciliação de classes, até uma avaliação de conjuntura que temia um retrocesso na política de “abertura” do regime autoritário.

Em grande parte, os intelectuais e políticos identificados como de esquerda, também se colocaram contrários à criação do PT, mesmo alguns como Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso, que chegaram a participar de uma articulação com vistas à criação de um Partido Socialista. Seu posicionamento era o de que o MDB poderia vir a se constituir no canal legítimo de representação dos anseios populares no processo de redemocratização.

Além desses, também o setor de parlamentares do grupo “autênticos do MDB”, salvo raríssimas exceções que acabaram aderindo ao PT, engrossou o coro daqueles que enxergavam no surgimento do PT a existência de uma prática de divisionismo da oposição.

Apesar de todas essas resistências no interior da oposição, o PT se impôs e, em combinação com os movimentos sociais organizados, que em grande parte haviam sustentado sua fundação, transformou-se no principal obstáculo aos objetivos da classe dominante de continuar fazendo a transição “por cima”, constituindo-se, ao menos potencialmente, como afirma Moisés, “*no único ponto de ruptura real no esquema da “abertura” montada pelos atuais dirigentes do Estado*”.<sup>29</sup>

## **A RUPTURA COMO TRAÇO FUNDAMENTAL NO SURGIMENTO E NA TRAJETÓRIA INICIAL DO PT.**

---

<sup>29</sup> MOISÉS, José Álvaro. *Op. Cit.* p.210

Além da novidade em sua composição, queremos enfatizar que o já citado caráter de ruptura foi um elemento marcante na fundação e na trajetória inicial do partido. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Pomar a respeito de Lula, figura que sintetizava o PT:

*“Ao projetar-se à frente das greves do ABCD, Lula é a demonstração viva da ruptura com o arrocho salarial e com o servilismo sindical, mas também com a oposição frouxa dos políticos consentidos que diziam não concordar com o regime militar, mas se submetiam a seus planos e cronogramas.”<sup>30</sup>*

É importante destacar que, em seus documentos fundacionais, o Partido dos Trabalhadores expressava essa ruptura. Em sua carta de princípios, por exemplo, denunciava os objetivos da reforma partidária e afirmava que *“...a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e da cidade.”*, além de reafirmar a máxima marxista de que a *“emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”*.<sup>31</sup> Assim, definia-se que o PT era um partido sem padrões, portanto pautado pela independência de classe. Na Declaração Política de 13/10/79, sustentava-se que *“O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores.”*<sup>32</sup> E em sua Carta de Princípios afirmava seu caráter socialista e profundamente democrático nas relações internas: *“Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.”*<sup>33</sup>

Assim, o PT nasce apoiado num tripé que o permite transformar-se no principal instrumento que possibilitaria aos trabalhadores romperem com a ordem estabelecida: independência de classe; democracia interna; e presença nas lutas.

A característica de ruptura com a ordem seguiu o PT ao longo da década de 80, e é justamente o que pretendemos analisar nesta parte inicial da pesquisa, detendo-nos em

<sup>30</sup> POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. Brasil Urgente, São Paulo, 1990, p.31

<sup>31</sup> PEDROSA, Mario. Op.Cit. p.59

<sup>32</sup> Idem, p.65

<sup>33</sup> Idem. P.61

alguns episódios mais marcantes dos primeiros anos da vida política do partido. Episódios que demonstram rupturas efetivas ou potenciais com a tradição eleitoral brasileira, com as amarras à organização dos trabalhadores e com o próprio projeto de transição pelo alto, traçado pela classe dirigente no ocaso da Ditadura.

É importante esclarecer que utilizamos a expressão “ruptura com a ordem” no sentido de um projeto de independência de classe e de oposição radical. Em nenhum momento de sua criação o PT foi visto como um partido revolucionário, no sentido clássico do marxismo, por seus fundadores. A rigor, os sindicalistas não tinham nenhuma formação marxista e viam com muita desconfiança a presença das organizações de esquerda no interior do partido. Estas, por sua vez, também os viam com muita desconfiança, notadamente por suas trajetórias oriundas do seio da estrutura sindical oficial.

Para ilustrar este fato, vamos tomar duas declarações de Lula feitas a Marta Harnecker, colhidas no livro *El sueño era posible*, publicado em 1994:

*“En 1979 yo decía: por qué voy a decir que soy socialista si no tengo certeza de que lo soy? Yo soy un trabajador metalúrgico con conciencia política, resolví crear un partido, hacer huelgas, enfrentar al régimen militar. No basta con eso? Por qué tengo que decir, además, que soy socialista? Para agradar? A quién? Mis convicciones socialistas vienen formándose con el tiempo, pero nunca dejé que nadie me impusiera el ser socialista para agradar a griegos o a troyanos.*

*Creeo que eso ha sido bueno para mí, porque si me hubiera dejado llevar por las grandes teorías impregnadas en la cabeza de algunos compañeros probablemente hoy yo sería igual que ellos, y no hubiese llegado donde llegué. Y si llegué, no fue sólo por contar con un gran partido, con una gran militancia, con grandes compañeros, sino sobre todo porque yo tenía mi cabeza abierta para entender a todo el mundo y convivir con todo el mundo”<sup>34</sup>.*

Indagado sobre suas relações com os estudantes, sacerdotes e intelectuais, que às vezes eram conflituosas, respondeu:

---

<sup>34</sup> HARNECKER, Marta. *El sueño era posible*. Editorial Cultura Popular, La Habana, 1994, p.104

*“Hay una percepción errada en eso. De mi parte nunca hubo menosprecio hacia los estudiantes o los intelectuales. Lo que sí es cierto es que considero que no deben meterse en las luchas específicas de los trabajadores y viceversa. Ahora, en las luchas mayores, ahí sí deben estar juntos todos los sectores de la sociedad. Esa es la diferencia entre un sindicato y un partido político. Pero en tanto líder sindical, yo no puedo permitir que los estudiantes hagan piquetes en la puerta de la Volkswagen. Lo que se debe entender es que existen formas de colaborar con cualquier movimiento sin necesidad de entrar en él.”<sup>35</sup>*

## **A) ELEIÇÕES DE 1982.**

Nesta parte do trabalho não nos deteremos no desempenho eleitoral do PT em si, pois este tema será objeto de nosso estudo no próximo capítulo. Também não estabeleceremos comparações com a avaliação do PT nas outras eleições ocorridas na década de 80. Cabe, entretanto, analisar aqui o caminho da ruptura com a tradição eleitoral brasileira, tomado pelo PT, que elegeu como eixo de sua campanha, a independência política de classe: “Trabalhador vota em trabalhador!”.

Apesar das regras profundamente antidemocráticas que norteiam as eleições no nosso país, privilegiando os grandes partidos da ordem, o PT obteve 3,3% do total de votos, a nível nacional, elegendo oito deputados federais, sendo seis em São Paulo, e doze deputados estaduais, sendo nove em São Paulo. Elegeu, também, dois prefeitos, sendo um em Diadema –SP e setenta e oito vereadores em trinta e nove municípios. Em São Paulo, Lula, lançado candidato a governador, conseguiu mais de um milhão de votos.

Deve-se ressaltar, neste processo eleitoral, a utilização pelo PT de “slogans” que representavam uma ruptura com a forma de fazer campanhas até o momento existente em nosso país. Distanciava-se, assim, o novo partido, tanto do “clientelismo” fisiológico das classes dominantes, quanto do populismo trabalhista, assim como diferenciava-se também das campanhas mais ideológicas, feitas pelo PCB, que sempre veiculavam sua política de alianças policlassistas como caminho para o êxito eleitoral. Neste sentido, do ponto de

---

<sup>35</sup> Idem. P.105

vista da construção de uma identidade de classe, a campanha do PT era inédita: “trabalhador vota em trabalhador”, “quem vota em peão, não vota em patrão”, “voto em três, que o resto é burguês”.

O resultado da votação de Lula e dos candidatos operários, principalmente nos municípios industriais do estado de São Paulo, levando-se em conta o peso da campanha do voto útil no PMDB e todas as tentativas de isolar o PT, foi significativo. No entanto, estabeleceu-se uma avaliação majoritária no interior do partido de que o desempenho eleitoral tinha sido fraco. É o que nos mostra Keck:

*“Embora em suas declarações públicas os dirigentes partidários tentassem mostrar-se confiantes, como na manchete “Somos mais de um milhão”, estampada no jornal do partido em São Paulo, no interior do próprio PT havia uma profunda decepção e uma espécie de depressão coletiva. As avaliações internas do seu desempenho eleitoral diferiam quanto à causa do fracasso, mas concordavam em dois pontos: que a repetição de palavras de ordem muitas vezes tinha tomado o lugar do esclarecimento dos objetivos do partido, e que o nível de organização - tanto do próprio partido quanto da população - era ainda demasiadamente fraco para garantir um êxito eleitoral”<sup>36</sup>*

Esta polêmica expressava que, desde cedo, o PT viu-se diante do dilema dos partidos operários em uma ordem liberal democrática apontado por Adam Przeworski, em seu livro *Capitalismo e social-democracia*: “...se os partidos de base operária permanecem próximos a sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maioria em eleições: por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade”<sup>37</sup>

Acreditamos que esta avaliação dominante sobre a campanha de 82 carece de maior fundamento e, no nosso entender, foi uma resposta a tal dilema. Em primeiro lugar,

---

<sup>36</sup> KECK, Margareth E. *Op. Cit.* p.179

<sup>37</sup> *Apud* KECK. *Op. Cit.* p.147

o número de votos obtidos não foi insignificante, em especial em São Paulo. Mas, é preciso avaliar, principalmente, a importância do papel educador assumido pelo PT na campanha, no sentido em que se posicionava Gramsci: *“Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções.”*<sup>38</sup>

Neste sentido, vale encerrar este item retornando a Przeworski, que estabelece o nexos entre classe e partido em termos próximos aos que aqui estamos salientando: *“A classe é importante em uma sociedade se, quando e apenas na medida em que for importante para alguns partidos políticos, que organizam os operários como classe. O operariado constitui a única classe a ser um proponente em potencial da imagem da sociedade de classes; quando nenhum partido político procura organizar os operários como classe, separada de todas as demais e a elas oposta, a imagem da sociedade de classes mantém-se ausente do discurso político.”*<sup>39</sup>

## **B) FUNDAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT, EM 1983.**

Este foi outro momento importante na trajetória inicial do PT que indica o caráter de rupturas, desta vez expresso na área sindical. Desde a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, realizada em 1981, na Praia Grande, o movimento sindical estava rachado. De um lado, os “pelegos”, que se apoiavam na estrutura sindical oficial, e a esquerda reformista tradicional (PCB e PC do B) protelavam a criação da Central. Tinham uma linha de conciliação com o regime, ao defenderem uma visão de que o aprofundamento das lutas poderia levar a um recrudescimento no processo de abertura. Esses setores se opuseram à criação do PT e preferiram apoiar ou se abrigar no PMDB, dando conseqüência à sua política de conciliação de classes. Do outro lado, estavam os setores que majoritariamente se abrigavam no PT e que decidiram fundar a CUT, em agosto de 83.

<sup>38</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.22

<sup>39</sup> PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia Das Letras, São Paulo, 1991, p.124

A ruptura aqui tem um duplo significado, primeiramente no debate interno ao movimento sindical, que se referia à ruptura com a estrutura sindical atrelada ao Estado, e o segundo significado no papel assumido pela CUT como um dos principais instrumentos de luta dos trabalhadores pelas reivindicações e pela consolidação da democracia em nosso país.

A fundação da CUT foi importantíssima e esta central foi decisiva, ao longo da década de 80, no enfrentamento à política econômica dos governos, principalmente o de Sarney, com a recusa sistemática de participar dos “pactos sociais” propostos pelo governo e com a organização de inúmeras greves. É o que nos mostra Comin, em seu estudo sobre a experiência de organização das Centrais Sindicais em nosso país, que destaca a ação radical, através de greves gerais e de pautas com clara demarcação de diferença em relação ao governo e à oposição tradicional:

*“Durante o período da Nova República, a CUT encabeçou três greves gerais, todas elas relacionadas aos planos econômicos governamentais: a primeira, em 12/12/86, contra a edição do Plano Cruzado II, que acabava na prática com o congelamento adotado a partir do Cruzado I; a Segunda, em 20/08/87, reivindicando a reposição das perdas causadas pelo Plano Bresser (37,7% em média, segundo o DIEESE), mais gatilho salarial, salário mínimo do DIEESE, reforma agrária, não pagamento da dívida externa; e a terceira em 14/15.03.89, pela reposição das perdas salariais provocadas pelo Plano Verão, estimadas entre 41,3% e 49,9% pelo DIEESE.”<sup>40</sup>*

É importante avaliarmos o balanço feito pela própria Comissão Executiva Nacional do PT, em relação à realização do I CONCLAT e à eleição da direção da CUT, com o qual concordamos:

*“a) constituem um passo a mais na ruptura com o sindicalismo oficial atrelado ao Estado, que vem dominando a classe trabalhadora desde a década de 30;*

---

<sup>40</sup> COMIN, Álvaro. “A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil” In OLIVEIRA (e outros). *O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século*. Scritta/Cesit, São Paulo, 1994, p.375

*b) são mais uma manifestação concreta de negação e repúdio às forças que tradicionalmente tentam manipular a classe trabalhadora – pelegos e imobilistas, de um lado, e, de outro, correntes ideológicas, políticas e partidárias que, incorretamente, procuram brechar o avanço dos trabalhadores e conduzi-los à conciliação com as classes dominantes e com o Estado burguês; e*

*c) constituem, finalmente, um avanço a mais da classe trabalhadora para assumir um papel ativo no cenário político nacional e se tornar uma força disposta a lutar por suas reivindicações e seus direitos não apenas no plano sindical, mas, sobretudo, político.”<sup>41</sup>*

Queremos registrar que é na política para a CUT e o movimento sindical, que mais tarde se manifestará uma das mais significativas mudanças do PT, a qual estudaremos em outro momento de nossa pesquisa.

### **C) DIRETAS JÁ E BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL, EM 1984**

Este é o momento mais emblemático desta fase do PT. Em seu 3º Encontro Nacional realizado de 6 a 8 de abril de 1984 em São Bernardo do Campo, foram aprovadas as Teses para a atuação do PT, que no item 4 das teses políticas estabelecia que :

*“... a luta por eleições livres e diretas não tem prazo para acabar, como ocorre com os outros partidos de oposição. Significa também que essa campanha traz em seu bojo a luta contra a política salarial, contra o desemprego, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra o acordo com o FMI. Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.*

*Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e*

---

<sup>41</sup> Boletim Nacional do PT n.º.2 de 20 de novembro de 1983.

*a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, o PT deve articular suas táticas, intensificando o debate sobre a assembléia constituinte.”<sup>42</sup>*

Após um papel decisivo na campanha pelas Diretas Já, que havia sido o maior movimento de massas realizado no Brasil até então, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o PT recusou-se a participar do Colégio Eleitoral, implementando sua resolução: *“O PT optou por uma estratégia mobilizadora e manteve a posição assumida desde a campanha pelas diretas, recusando-se a participar do Colégio Eleitoral. Isso lhe custou uma grave cisão no nível parlamentar, levando inclusive à renúncia do líder da bancada da Câmara Federal, deputado Ayrton Soares, que optou por votar em Tancredo Neves.”<sup>43</sup>*

A maioria da oposição atribuiu a esta atitude um isolacionismo do PT. É importante esclarecer que mais uma vez a classe dominante e seus representantes políticos manipularam um processo de mobilizações que envolveu milhões de pessoas nas ruas, para “costurar por cima” as soluções e excluir os setores populares, evitando qualquer hipótese de ruptura. Neste sentido, a postura do PT foi exemplar, pois o novo regime que nascia com o Colégio Eleitoral, já nascia comprometendo os setores de oposição. O PT, aos olhos dos trabalhadores e da sociedade em geral, não teve nada a ver com aquilo. Sader analisa que neste episódio mais uma vez o PT deixa sua marca de novidade:

*“Quando o PT se negou a participar da votação do Colégio Eleitoral – em 1985 -, por considerar o instrumento espúrio para dar nascimento a uma democracia, numa reedição dos pactos de elite, os que não haviam percebido tiveram que tomar consciência de que algo novo havia surgido no cenário político. Aquela recusa, a denúncia do seu caráter de acordo de cúpula, que levaria a chamada Nova República a ser tutelada pelo antigo regime, era a marca do novo na política brasileira. Foi no desenrolar desse processo de transição de um regime a outro que o PT surgiu e ganhou suas feições políticas e ideológicas, até se tornar um partido de expressão nacional.”<sup>44</sup>*

---

<sup>42</sup> *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Partido do Trabalhadores.* Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998. P.151

<sup>43</sup> LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Op. Cit.* P.83.

Tal postura pode ser avaliada como determinante para o posterior crescimento eleitoral do PT, tanto em 1986, apesar do Plano Cruzado, que propiciou um caudal enorme de votos para o PMDB, quanto mais ainda nas eleições de 1988, quando o PT foi claramente identificado como o principal partido de oposição ao regime.

Concordamos com Gadotti e Pereira quando defendem que este posicionamento foi determinante na afirmação do partido: *“O fato de não abrir mão da luta pelas eleições diretas do final de 1983 ao início de 1985 (Campanha Diretas-Já visando aprovação da emenda do ex-deputado Dante de Oliveira) conferiu ao PT uma seriedade política que o fez ser bem visto aos olhos populares, mesmo não tendo a imprensa a seu favor.”*<sup>45</sup>

## **D) ELEIÇÕES DE 1988: A RUPTURA NA CABEÇA DO ELEITOR**

Como dissemos acima, em função de sua trajetória o PT passou a ser visto como o principal partido de oposição ao regime. A medida que a crise do governo da “Nova República” se aprofundava, com ela também se aprofundava o desgaste dos partidos que compunham a Aliança Democrática, notadamente o PMDB, cada vez mais identificado com as medidas anti-populares do governo. Paralelamente o ascenso dos movimentos sociais prosseguia e se agudizava. De acordo com dados do Nepp/Unicamp, em 1988 realizaram-se 2.137 greves com 8.218.546 grevistas.

Era comum nestas greves e nos movimentos sociais vermos as bandeiras petistas desfraldadas ao lado das da CUT.

O PT já vinha obtendo um crescimento eleitoral demonstrado nas eleições de 85 e 86, quando Lula foi o deputado federal mais votado do país. Porém, um fato da luta de classes acelerou, à beira do pleito, o salto na consciência dos trabalhadores brasileiros que os momentos anteriores já indicavam, fazendo-os dirigirem-se para a esquerda e em particular para o PT. Este fato foi o assassinato de três operários metalúrgicos em Volta Redonda: **Carlos Augusto Barroso**, 19 anos; **William Fernandes Leite**, 22 anos; e **Walmir Freitas Monteiro**, 27 anos. Isto se deu em 8 de novembro de 1988, durante uma greve com ocupação na Companhia Siderúrgica Nacional. A repercussão deste episódio é analisada por Silva:

---

<sup>44</sup> SADER, Emir. *O PT: algumas reflexões estratégicas*. In.: SADER, Emir. *O PODER, CADÊ O PODER? Ensaios para uma nova esquerda*. Boitempo Editorial, São Paulo, 1997. P.161

<sup>45</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Op. Cit.* p.92

*“Em 9 de novembro de 1988, a política de Sarney de usar as Forças Armadas como instrumento de política trabalhista produz seus frutos mais amargos. Frente a uma greve dos 18 mil operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ), o governo ordena a invasão da aciaria. São abatidos com golpes de baionetas e tiros três jovens operários, e vários outros são gravemente feridos. As cenas transmitidas pela TV e cobertas pela revista VEJA provocam comoção nacional. São três rapazes, três jovens operários, mortos no seu local de trabalho, a aciaria, em frente de uma praça chamada Brasil”.*<sup>46</sup>

Ao invés de intimidar os trabalhadores, o que o governo conseguiu foi aumentar a indignação e generalizá-la para todo o país. A greve da CSN continuou ainda mais forte, obrigando o governo a recuar. As greves aumentaram e se radicalizaram, sendo que na semana da eleição, segundo dados da revista *Veja* de 16/11/88<sup>47</sup>, havia mais de um milhão de trabalhadores em greve, compreendendo servidores públicos federais e municipais, metalúrgicos, urbanitários, petroleiros, metroviários, aeronautas, sendo que algumas dessas greves já duravam mais de dois meses.

Vieram as eleições e o resultado surpreendeu até os mais otimistas. O PT ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, sendo que dentre elas São Paulo, a maior cidade do país, a maioria dos municípios do ABC, Campinas e Santos, no estado de São Paulo. Em Minas, Contagem e alguns municípios do Vale do Aço. Ganhou ainda as eleições em Porto Alegre e ficou em segundo lugar no Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Logo se estabeleceu um debate sobre o significado do voto no PT. As classes dominantes, preocupadas com o fortalecimento do partido e com as eleições presidenciais do ano seguinte, em uníssono tentavam minimizar o conteúdo da votação, identificando-o com um mero voto de protesto. Gadotti e Pereira, ao mesmo tempo que atentam para esta preocupação, também emitem sua opinião na polêmica:

*“... o PT despontou como o grande vitorioso, assustando a burguesia nacional, seus partidos, suas lideranças, seus segmentos de classe. Resultado*

---

<sup>46</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Brasil, em direção ao século XXI*. In.: LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996. P.350

<sup>47</sup> VEJA de 16 de novembro de 1988.

*disso: houve uma tentativa indiscutível, por parte dos partidos comprometidos com a Nova República, de minimizar essa vitória, caracterizando-a como votação plebiscitária, resultado exclusivo da crise econômica.*

*E das formas de “explicação” plausíveis encontradas, uma delas foi a afirmação dando conta de que o voto no PT em 1988, assim como de outros partidos de esquerda, foi o “voto de protesto” da população. Protesto contra a política econômica recessiva do governo, os preços abusivos de tarifas de alugueis, serviços de saúde e sua burocratização... e a falência do Plano Cruzado ou do Plano Bresser, protesto contra o assassinato de operários em Volta Redonda, acontecido há poucos dias das eleições, protesto contra as tropas do governo Quéricia em São Paulo contra professores em manifestação pacífica, protesto contra isso, protesto contra aquilo...O voto além de protesto significou reconhecimento de um programa e ação partidária coerentes, comprometidos ao longo da história do PT com os trabalhadores. Não nos esqueçamos que o protesto poderia ter-se manifestado através dos votos nulos ou brancos.”<sup>48</sup>*

Nesta linha de caracterizar a vitória eleitoral do PT como um voto de protesto, *Isto É/Senhor* de 04/01/89<sup>49</sup>, semanário de grande circulação, chegou a fazer uma analogia entre o desempenho do PT em 88 e a vitória do MDB em 1974. Este artigo foi respondido por Francisco Weffort que afirma:

*“Se a vitória do MDB de 1974 teve um sentido fundamentalmente político-institucional, a vitória do PT de 1988 assume um significado fundamentalmente político-social. Se aquela colocava em questão um regime político – ou seja, a ditadura militar –, esta coloca em questão um modelo econômico e um padrão de organização da sociedade, mais do que um regime político ou um bloco de poder instalado em torno disso que se vem chamando de “transição conservadora.*

<sup>48</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Op. Cit.* p.266

<sup>49</sup> *ISTO É/SENHOR* de 04 de janeiro de 1989.

*Insiste-se muito em chamar o voto dado ao PT nestas eleições, como um voto de protesto. É evidente que sim. Excluimos, porém, desde logo, a hipótese que pretende conferir a este protesto um caráter meramente circunstancial.*<sup>50</sup>

Naquele momento, milhões de operários e de setores de classe média optaram pelo PT, por ser ele um partido constituído pela vanguarda da classe trabalhadora, que defendia o socialismo e cujos principais dirigentes também eram os dirigentes da CUT, das greves, das lutas pela terra, por moradia e dos movimentos sociais. Foi um voto por uma opção classista, de oposição radical ao governo e de repúdio aos partidos tradicionais. Neste sentido, foi um voto de ruptura com o *status-quo*.

Contraditoriamente, avaliamos que a partir dos êxitos eleitorais, notadamente o de 1988, o partido começou a romper com a lógica da ruptura, iniciando um processo de integração ao regime que se aceleraria no decorrer da década de 90. Sua vida orgânica passou a ser dominada pelos funcionários das prefeituras, dos gabinetes dos parlamentares, levando-o a um processo de burocratização, que o afastou progressivamente daqueles setores que, em sua origem, reivindicava representar. Esta é uma hipótese que procuraremos comprovar nos capítulos seguintes.

## **E) LULA-LÁ: À BEIRA DA RUPTURA COM A TRANSIÇÃO CONCEBIDA PELAS CLASSES DOMINANTES.**

O resultado eleitoral de 88 fortaleceu os movimentos sociais de uma maneira geral. Em 1989, foram realizadas 3.943 greves com a participação 18.378.623 grevistas, segundo o Nepp/Unicamp. Esta mesma fonte nos dá conta de que, desde o início do ascenso em 1978 até 1989, foram realizadas 12.673 greves com a participação de 53.464.989 trabalhadores.

---

<sup>50</sup> WEFFORT, Francisco. In.: *Folha de São Paulo*. Apud. GADOTTI & PEREIRA. Op. Cit. p.267

Entretanto o PT, através de uma série de políticas identificadas genericamente como “modo petista de governar”, começava a dar passos largos no processo de integração ao regime. Apesar da evidência de que a generalização das lutas ajudava o desempenho eleitoral do partido, começava-se a discutir no seu interior o efeito das greves sobre a candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 1989. Diante do debate, o 6º Encontro Nacional, realizado de 16 a 18 de junho de 1989, em São Paulo, no documento “*As eleições presidenciais e a candidatura Lula*”, viu-se forçado a aprovar uma resolução de apoio às greves. Para os setores mais à esquerda no interior do PT, isto soava como uma redundância, que os deixava com uma certa desconfiança:

*“O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários. O que julgamos apropriado é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu pólo combativo, classista e conseqüente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população. Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema. O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.”<sup>51</sup>*

A tendência majoritária da direção do partido, a Articulação, começava a ter como centro de suas preocupações tornar a candidatura de Lula palatável para setores mais amplos do eleitorado, inclusive das classes dominantes.

---

<sup>51</sup> *Resoluções... Op. Cit.. P.377*

É claro que este processo não se poderia dar sem contradições, e a campanha presidencial de 1989 representou – muito menos pela vontade dos dirigentes petistas e muito mais pelo significado dado pelos trabalhadores mais conscientes e os setores mais organizados da sociedade civil à candidatura de Lula – uma momentânea retomada da lógica de ruptura. Diferentemente de 82, Lula não disse “Trabalhador vota em trabalhador!”, mas muitos trabalhadores viam em Lula o mais legítimo representante de uma década de lutas contra os governos e os regimes de plantão. E milhões embalsamaram-se nos sonhos de Lula-lá, chegando muito próximo de uma vitória eleitoral que poderia estabelecer uma ruptura com os planos traçados para a transição.

## **UM BALANÇO PRELIMINAR**

É claro que a trajetória do PT não foi linear ao longo da década de 80. Muito pelo contrário, várias foram as contradições que ocorreram na construção do partido. A constante disputa de projetos no seu interior só veio a ser tratada com mais profundidade no 5º Encontro Nacional, realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987. São muitos os exemplos desta heterogeneidade interna ao partido e em termos de projetos estratégicos: as diversas concepções de socialismo; as divergências com relação às táticas eleitorais e à política de alianças; os usos e abusos dos conceitos gramscianos na discussão de estratégia; os percalços com as prefeituras de Fortaleza e Diadema, culminando em ambas com o afastamento dos prefeitos do partido, Maria Luiza Fontenele e Gilson Menezes; a postura contraditória quanto à Constituição, votando contrário a ela, porém assinando-a, dando-lhe legitimidade. Entretanto, neste capítulo optamos por enfatizar aquelas características que a nosso ver foram as mais importantes do partido na primeira metade de sua existência: a novidade e a ruptura.

Constatamos que a partir do fim dos anos 80 ( e daí o recorte cronológico deste trabalho centrar-se nesta fase) a única ruptura presente no partido passa a ser com a lógica da diferença. Moisés, ao analisar a novidade do PT, fazia um alerta importante:

*“Mas, convém reconhecer que a coisa mais nova suscitada pela proposta do PT, no Brasil, diz respeito à expectativa que ela criou para milhares, senão milhões, de homens e mulheres do povo, de que a eles está reservado um*

*papel especial no processo de realização das transformações históricas requeridas pela sociedade brasileira. Essa expectativa não pode ser frustrada, sob pena de mais uma vez, lançar-se parcelas significativas das classes populares no clima de apatia e de desânimo que caracteriza os regimes onde o povo não se reserva nenhuma forma de participação social e política. Por isso, mais do que uma novidade histórica, a proposta do PT alude à própria possibilidade de uma recuperação da política como instrumento transformador da história neste país.”<sup>52</sup>*

É inegável que, do ponto de vista eleitoral, o PT continua crescendo, porém sua proposta perdeu em substância e, para nós, deixou de ser este instrumento transformador da história no nosso país. Não podemos abstrair o fato de que as transformações que ocorreram no processo produtivo, com a implementação do neo-liberalismo em nosso país, bem como a derrota do chamado “socialismo real” no Leste Europeu, causaram um profundo impacto neste processo. Mas este é um tema sobre o qual nos debruçaremos nos capítulos seguintes.

---

<sup>52</sup> MOISÉS. *Op. Cit.* p.218

## Capítulo 2

### **BUROCRATIZAÇÃO:** **A RUPTURA COM AS ORIGENS**

## **CAPÍTULO 2:**

### **OS AVANÇOS ELEITORAIS DISTANCIAM O PT DE SUA PROPOSTA**

#### **ORIGINAL**

### **ELEIÇÕES DE 1982: DERROTA OU VITÓRIA DOS TRABALHADORES?**

Como afirmamos no capítulo anterior, os êxitos eleitorais do PT são inegáveis. Em 82, o partido elegeu 8 deputados federais e 16 deputados estaduais; em 86, 18 deputados federais e 33 deputados estaduais; em 90, 35 deputados federais e 79 deputados estaduais; e em 94, 49 deputados federais e 92 deputados estaduais. Quanto a senadores o PT elegeu 1 senador em 90 e 5 em 94. Ainda em 94 o PT, pela primeira vez, conseguiu eleger governadores estaduais, no Espírito Santo e no Distrito Federal. A votação de Lula também cresceu de 16,1% do total de votos no 1º turno de 89 para 27% no 1º turno de 94, e em números absolutos, de 11.622.321 para 17.136.163.

Desde sua primeira eleição em 1982, o PT atingiu um crescimento de 900% em 1994. Foram 3,1% dos votos válidos em 82 e 27% em 94. Vale registrar aqui o rigor das reformas na Lei Orgânica dos Partidos que estão em discussão no Congresso Nacional atualmente, pois o PT, que hoje é um dos maiores partidos brasileiros, em 82, não conseguiu alcançar os 5% que a legislação exigia, e que são os mesmos 5% que os congressistas ligados aos partidos da classe dominante querem impor hoje como “cláusula de barreira”. Na verdade, o PT só conseguiu mais de 3% dos votos em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, com 5,4%.

O desempenho eleitoral do PT ao longo da década de 80 traz luz a um importante debate sobre o significado do partido, que alguns autores classificam como o embate entre o arcaísmo e a modernidade nas ambigüidades petistas, mas que ao nosso ver nada mais é do que o secular embate entre reforma e revolução.

O dilema sobre a participação dos partidos operários nas eleições, assinalado por Przeworski e comentado no capítulo anterior, fica superado conjunturalmente pelo êxito eleitoral do PT ao longo da década de 80, já que seus traços marcantes, conforme estudado anteriormente, permaneceram rupturistas em relação à institucionalidade, e o partido, fiel

às suas origens de independência de classe e de profunda ligação com os movimentos sociais.

Após as eleições de 82, um profundo desânimo tomou conta do partido, como nos mostra Gadotti & Pereira:

*‘De qualquer forma, o PT levou em 1982 o que alguns petistas chamaram de “banho de água fria” nas urnas, registrando uma baixíssima densidade eleitoral, obtendo em todo país nada mais que 3,1% dos votos válidos, sendo, dentre estes 88,8% só na região Sudeste e, nesta região, cabendo a São Paulo 71,3% do total de seus votos em todo o país.*

*Em outras palavras, além de praticamente “não existir” eleitoralmente em termos nacionais, inclusive com relação à porcentagem exigida por lei (5,0%), o PT revelava perfil eleitoral totalmente desequilibrado. Por exemplo, em regiões como Norte e Centro-Oeste, somando os estados da região, o partido apresentou, respectivamente, a cifra de 2,0% e 1% do total de votos. Em territórios como Amapá e Roraima e em estados como Mato Grosso do Sul, o partido beliscou a ínfima percentagem de 0,1% ou não beliscou nada (Roraima).”<sup>53</sup>*

Este desânimo impediu uma análise mais aprofundada de algumas importantes vitórias obtidas naquele momento. Primeiramente, a expressiva votação de Lula e dos demais candidatos operários em São Paulo apontada por Keck:

*“Apesar de apenas um candidato operário ter sido eleito para o Congresso pelo PT, o tamanho da votação para os candidatos operários foi, entretanto, impressionante. Djalma Bom ganhou quase duas vezes o número de votos de seu rival mais próximo no partido, tornando-se o nono deputado federal mais votado no estado (num total de sessenta). Dos oito deputados estaduais eleitos, três eram líderes sindicais, tal como o primeiro suplente. Na maioria dos municípios industriais do estado, os candidatos operários dominavam claramente o voto do PT. Isto não era de surpreender. Entretanto, após as eleições de 1982, uma espécie de apreciação do “senso*

---

<sup>53</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. Op. Cit. P. 247

*comum” sobre o desempenho precário do PT nessas eleições demonstrou a falsidade do slogan do partido, “trabalhador vota em trabalhador”. Dentre os que votaram para o partido, parecia que um número considerável de fato votou para os trabalhadores”<sup>54</sup>*

Fazemos coro com Keck e entendemos que a conclusão sobre a ineficácia do *slogan* de campanha não era procedente, e que apenas encobria mais um dos tantos *rounds* na luta pela definição de um projeto para o PT, no qual os setores adeptos de uma maior flexibilização quanto ao caráter classista do partido se aproveitaram do resultado eleitoral para tentar se fortalecer.

Outra vitória importante foi a eleição de um operário metalúrgico para a prefeitura de Diadema. Guardadas as devidas proporções, repetiu-se aqui o fato de os trabalhadores obterem suas vitórias onde o elo da corrente capitalista é mais fraco. A exemplo do que se deu na Europa do início do século onde a Revolução foi vitoriosa na Rússia, também Diadema representava o elo mais frágil do ABCD paulista, berço do “novo sindicalismo e palco de inúmeras greves que fomentaram a criação do partido”, e ali desde o início o PT fincou sua bandeira.

Tudo isto sem falar que para uma primeira eleição, realizada ainda sob um regime militar, não foi nada desprezível a eleição de 8 deputados federais e 16 deputados estaduais. Ver nisto uma derrota, mesmo eleitoral, é ignorar a história e o contexto em que se realizaram as eleições, a campanha do voto útil para o PMDB e a campanha difamatória da “frente ampla de oposição” de que o PT era: “divisionista”; “simplista” e “sectário”. Campanhas estas que segundo Marilena Chauí, em texto da época, visavam:

*“... impedir a qualificação do ato de opor, impedir que o projeto alternativo que se tenha para a sociedade e para a política se explicitate. Se explicitate não através do panfleto, não através das plataformas escritas, mas na prática política. Impedir a explicitação de uma prática política de oposição que tenha um projeto qualificado, cujas qualidades e cujos defeitos sequer são examinados, pois se trata de excluir suamariamente um sujeito da cena política”<sup>55</sup>*

<sup>54</sup> KECK, Margaret E. Op. Cit. P. 177

<sup>55</sup> CHAUI, Marilena. *Voto útil?* Mimeo, PT, Núcleo Barão Geraldo, Campinas, 1 de junho de 1982, p. 10-2

Por tudo isso, afirmamos que o batismo eleitoral do PT foi vitorioso. Quanto às desigualdades regionais, elas se justificam pelas extremas diferenças existentes em nosso país, que contém desde áreas com padrões sócio-econômico-culturais de primeiro mundo, até áreas onde predominam a mais absoluta miséria. Tratava-se, além disso, de uma estrutura partidária em formação. Estas diferenças na *performance* eleitoral do PT perduram até os dias de hoje, ainda que minimizadas, e foram detalhadamente estudadas através de pesquisas de Benedito Tadeu César, da Universidade do Rio Grande do Sul, pela Gestão Venturi e pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo. Os dados destas pesquisas nos servirão de base para as considerações seguintes.

### **ELEIÇÕES DE 85,86 E 88, VITÓRIAS INQUESTIONÁVEIS: O PT MUDOU PARA OBTÊ-LAS?**

Em 1985 o crescimento eleitoral do PT em relação a 1982 é inegável. O partido recebeu nas urnas cerca de 10% dos votos válidos do pleito nacional em disputa. Ganhou a prefeitura de Fortaleza, quinta maior capital do país, chegou em segundo lugar em Vitória, Aracaju e em Goiânia, onde até hoje afirma-se que houve fraude eleitoral, e em terceiro lugar em Porto Alegre.

Na Região Norte, a votação deu um salto de 2,0% para 4,8%; na Região Sul, de 4,2% para 6,1%; na Região Nordeste, de 4,0% para 15,8%; e na Região Centro-Oeste de 1,0% para 7,1%. A região Sudeste foi a única que teve a votação diminuída, de 88,8% para 66,2% da totalidade dos votos do partido a nível nacional.

Algumas lideranças partidárias atribuíram o sucesso eleitoral em parte à mudança do tom da campanha. Keck registra, também, a predominância dos candidatos de classe média. Mas no nosso entendimento ocorreu um outro fator da maior importância, talvez superior aos mencionados, que foi o fato de o PT ter se negado a participar do Colégio Eleitoral, numa clara postura de ruptura com a ordem institucional vigente. O PMDB, que tinha o presidente e 9 governadores, passou a ser visto por amplos setores das massas como parte do regime. O PT começava a pavimentar o seu caminho de fiel depositário do voto de protesto, do voto de quem procurava uma alternativa aos políticos e partidos que se sucediam no poder a serviço das classes dominantes.

## **86: UM CRUZADO NO QUEIXO DO TRABALHADOR.**

O grande fato que marcou as eleições de 86 foi a implementação por parte do governo de um plano econômico, o Plano Cruzado, cuja sustentação política, após sua falência prática, deu-se com fins eleitoreiros, propiciando uma estrondosa vitória do PMDB no país. Contudo, o PT aumentou suas bancadas, como já afirmamos no primeiro parágrafo, e, mais que isto, Lula foi o parlamentar mais votado do país para a Constituinte, com 651.763 votos, superando inclusive Ulisses Guimarães do PMDB, que obteve 590.873 votos.

Ou seja, mesmo numa conjuntura adversa, o PT continuou crescendo eleitoralmente. Juntamente com a CUT, assumiu a vanguarda na denúncia dos verdadeiros objetivos do Plano Cruzado, enfrentando a mídia burguesa, os partidos da classe dominante e os PCs, que prestaram mais este desserviço aos trabalhadores brasileiros, alinhando-se com a “transição” da “Nova República”.

## **88: O PT PERSONIFICA A OPOSIÇÃO AO GOVERNO E AO REGIME.**

Ainda no momento da apuração dos votos no segundo turno, assegurado seu objetivo que foi o de eleger a maior bancada para a constituinte, o governo revoga o Plano Cruzado e decreta o Plano Cruzado II, confiscando salários e liberando os preços ainda congelados. Os protestos são imediatos e a CUT decreta uma greve-geral para o dia 12 de dezembro.

Gadotti & Pereira fazem uma feliz síntese sobre a trajetória do PT ao longo da década de 80:

*“O PT crescia e se articulava ainda mais enlaçado aos movimentos sindicais e populares, como uma planta trepadeira se agarra a um muro para tirar vida e alimento. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) já não podia ser neutralizada sob pena de contradizer o “momento democrático que o Brasil experimentava” e principalmente por representar*

*o mais legítimo e independente instrumento de luta sindical dos trabalhadores brasileiros de todos os tempos”<sup>56</sup>*

É nesta conjuntura que se dão as eleições de 88, já analisadas no capítulo anterior. A vitória do PT é arrasadora, o partido elegeu 36 prefeituras e 3 vice-prefeituras, em aliança com outros partidos. Dentre elas, as capitais São Paulo, Porto Alegre e Vitória; as cidades do ABCD paulista, São Bernardo, Santo André e Diadema; ainda em São Paulo, Campinas, Santos e Piracicaba; além das “cidades do aço” de Minas Gerais, Ipatinga, Timóteo e João Monlevade. O partido elegeu, também, 1.007 vereadores.

De acordo com o IBASE, em projeção feita a partir da apuração nas cem maiores cidades brasileiras, num total de 38% da população, o PT conquistou 28,8% desses votos, em segundo lugar ficou o PDT com 25,8%, o PMDB, em terceiro com 18,4%, o PFL ficou em quarto com 7,0%, o PDS não ultrapassou os 2,3%, e o PL alcançou apenas 0,5%. O PSDB, apesar de ter feito o prefeito de Belo Horizonte, não teve votação nas demais cidades grandes do país.

### **89: LULA ESTREMECE OS ALICERCES DA BURGUESIA.**

Esta eleição representou o coroamento de toda uma década de luta por parte da classe trabalhadora e do movimento social organizado. Entretanto, o PT já começava a sentir o peso de sua integração à institucionalidade, a partir do êxito eleitoral de 88. Isto fica evidente em episódios como o mencionado no capítulo anterior a respeito do direito de greve, porém a tônica ainda é dada pelas lutas e pela ofensiva dos trabalhadores e é isto o que a candidatura de Lula reflete, principalmente no primeiro turno. Naquele momento, ele atinge 16,08% dos votos e ultrapassa os 15,45% de Leonel Brizola e de todos os demais representantes da burguesia, superado apenas por Collor de Mello, que obteve 28,52%.

No segundo turno, pressionado internamente pela adaptação do PT às instituições do regime e, externamente, pelo arco de alianças que é obrigado a construir, ele tenta construir um discurso mais amplo, visando atingir um eleitorado de classe média e acaba se afastando da tônica do primeiro turno.

---

<sup>56</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Op. Cit.*, p. 255

Vários comentaristas se referem ao segundo turno como sendo um confronto entre o Brasil organizado, representado por Lula que obteve 37,86% dos votos, e o Brasil desorganizado, representado por Collor que obteve 42,75% dos votos. A frustração que se seguiu ao resultado do pleito foi grande, entretanto para nós o susto dado na burguesia foi maior, como analisa Keck:

*“A mensagem mais surpreendente – e que grande parte da esquerda, inclusive o PT, custou a reconhecer, em meio à decepção – era que o Brasil “organizado” era quase forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, onde a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem-nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência”<sup>57</sup>*

Não podemos abstrair o papel da mídia burguesa, principalmente o da Rede Globo, na manipulação de fatos, que se deu, por exemplo, no episódio do seqüestro do empresário Abílio Diniz, atribuído pela mídia a militantes petistas, além da própria edição do segundo debate entre os candidatos, que depreciou ainda mais o desempenho de Lula.

Encerraremos este item do capítulo, reafirmando o inequívoco crescimento eleitoral do PT ao longo da década de 80, num momento da história do partido em que seus traços rupturistas com a ordem eram determinantes e as posições reformistas em seu interior eram obrigadas a ceder espaços para um perfil classista e de lutas, em função do grande ascenso vivido pelos trabalhadores brasileiros naquele momento.

O PT da década de 80 contraditou Przeworski, mesmo que conjunturalmente, pois se manteve próximo a sua base de apoio na classe trabalhadora. Continuava desempenhando um importante papel na formação política dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que seguia conquistando avanços eleitorais, inclusive atingindo a maioria nas cem maiores cidades, nas eleições de 88, sem necessariamente ter precisado descaracterizar sua proposta tornando-a pluriclassista.

---

<sup>57</sup> KECK, Margaret E. *Op. Cit.* P.187

## PT: UM PARTIDO DE TRABALHADORES E LUTADORES

O PT surge no calor do ascenso do movimento social, organizado ocorrido a partir da segunda metade da década de 70. Três vertentes principais contribuem para a sua formação: os sindicalistas, os cristãos e os marxistas, que foram os setores de vanguarda na luta contra a ditadura militar. Também acorreram para a formação do partido intelectuais, estudantes, setores de classe média e do movimento popular, e alguns poucos parlamentares.

Nos seus documentos fundacionais, o partido assumia o compromisso de “*criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo*”.<sup>58</sup> Um instrumento de independência política dos trabalhadores: “*Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores*”<sup>59</sup>. Nesta parte do trabalho, trata-se de verificar se ele foi coerente com este objetivo.

Uma primeira análise mais detalhada sobre a composição social do PT foi feita por Leôncio Martins Rodrigues, em artigo publicado em 1989. Este trabalho se limitou a fazer uma análise das distintas composições das executivas nacionais até aquele momento e, também, das bancadas federais do partido. Na verdade, um estudo mais aprofundado sobre o perfil da militância petista e de sua direção só foi realizado em 1991 por Benedito Tadeu Cesar, em pesquisa realizada por ocasião do I Congresso do PT, retomada em 1997 no XI Encontro Nacional do PT em pesquisa realizada pela Gestão Venturi e no II Congresso do PT realizado em 1998, através de pesquisa feita pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo<sup>60</sup>. Combinando os dados destes diferentes levantamentos, naquilo que for compatível, esperamos nos aproximar de uma análise da composição social da militância mais ativa do PT.

Em seu estudo, Rodrigues avalia o avanço dos setores de classe média na ocupação dos cargos dirigentes do partido:

<sup>58</sup> PEDROSA, Mario. Op. Cit. P.64

<sup>59</sup> PEDROSA, Mario. Op. Cit. P. 79

<sup>60</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *VERSO, REVERSO, TRANSVERSO. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1995. / Pesquisa Perfil de Delegados ao 11º Encontro Nacional

*“Com efeito, a primeira Comissão Nacional Provisória, de 1979, tinha doze dirigentes sindicais num total de dezesseis membros. Apenas um parlamentar dela fazia parte. Entre os diretores de sindicatos, havia dois professores e um bancário. Os demais eram de sindicatos de trabalhadores manuais. Na Comissão Nacional Provisória de 1980, os sindicalistas continuavam majoritários, mas três parlamentares (num total de doze) haviam passado a integrá-la.*

*Já na atual Executiva Nacional, a proporção de dirigentes de classe média e alta supera a de trabalhadores manuais, embora a proporção de sindicalistas continue elevada. Assim a Executiva eleita em janeiro de 1988 está formada por ampla maioria de profissionais liberais e professores (do ensino secundário e universitário). De um total de vinte membros (catorze efetivos e seis suplentes), somente cinco haviam sido trabalhadores manuais, três deles metalúrgicos. No conjunto, apesar da amplitude do conceito, pode-se dizer que a Executiva Nacional está composta majoritariamente por elementos de classe média. Em termos de escolaridade, com exceção de três metalúrgicos, todos têm nível universitário.”<sup>61</sup>*

Mais adiante, Rodrigues procura caracterizar o tipo de classe média que faz parte do PT e, ao analisar a participação dos professores, destaca que ela se dá não pelo grau de escolaridade ou dotes intelectuais, mas sim pela sua participação nas lutas dos movimentos sociais:

*“A agitação e a participação sindical e política do pessoal docente ampliou-se consideravelmente nos últimos anos, a um ponto tal que a categoria dos professores talvez esteja, hoje, entre as que registram os maiores índices de greve, qualquer que seja o indicador utilizado para medi-la. A atividade sindical ajuda a projetar politicamente as lideranças, a popularizar os dirigentes aumentando suas chances de eleição para uma*

---

realizado pela Gestão Venturi. / Pesquisa Perfil de Delegados ao 2º Congresso Nacional realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

<sup>61</sup> RODRIGUES, Leoncio Martins. Op. Cit. P.18

*câmara de vereadores, para uma assembléia legislativa e, até mesmo, para a câmara dos deputados. (...) Deve-se salientar, no caso específico dos professores, que se trata de uma categoria profissional bastante numerosa, capaz de oferecer uma base eleitoral ampla para as lideranças de suas associações. (...) As mesmas observações poderiam ser estendidas a outras categorias de assalariados de classe média, notadamente dos servidores públicos, que, a partir dos anos 80, vêm desenvolvendo intensa atividade sindical.*”<sup>62</sup>

Esta tendência de ampliação do peso da classe média na vida orgânica do partido é constatada nas pesquisas que se realizaram posteriormente, porém a característica desta classe no interior do partido mudou, conforme será demonstrado posteriormente.

Uma dificuldade por nós encontrada foi a diversidade de metodologias utilizadas nas distintas pesquisas realizadas. Por exemplo, Rodrigues analisa a composição das Executivas Nacionais, instâncias máximas de direção do partido, já César analisa a composição do Diretório Nacional e de outras instâncias partidárias, mas não analisa a Executiva isoladamente. Por seu lado, a Gestão Venturi e o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo tomam a totalidade das delegações aos encontros partidários em suas pesquisas, sem distinguir a base da direção. Isto nos obriga a adotar um certo grau de flexibilidade nas observações, embora acreditemos que nossas hipóteses possam ser testadas.

César empreendeu um trabalho de fôlego, coletando dados desde a base municipal do partido até a direção nacional, cruzando-os com os dados referentes à população economicamente ativa, ao universo de sindicalizados, aos filiados a partidos políticos, aos eleitores do partido e à população das regiões. Pesquisou idade, cor, sexo, escolaridade, renda individual e familiar, ocupação, setores de atividade econômica, qualificação profissional e segmentos profissionais. Para a nossa pesquisa, vamos utilizar somente alguns desses dados.

No tocante à **idade**, fez-se uma comparação entre os militantes e a PEA (população economicamente ativa), em que se chegou à seguinte conclusão:

---

<sup>62</sup> Idem. p. 27

*“Enquanto a PEA abriga 53,9% de seu total nas faixas dos 25 aos 49 anos, entre os militantes do PT este percentual chega a 81,2% e entre os dirigentes do partido ele se eleva para 88,2% . Verifica-se, assim, que frente à PEA, o PT apresenta, através de seus militantes, uma sobrerrepresentação, na faixa dos 25 aos 49 anos, de 27,3 pontos percentuais e, através de seus dirigentes, na mesma faixa, de exatos 34,3 pontos percentuais.*

*No âmbito interno do partido, em suas diversas instâncias de direção, reforçam-se, mais uma vez, as características apontadas. A maior concentração de dirigentes ocorre na faixa de 30 a 39 anos, com 40,2% dos dirigentes zonais, 48,4% dos municipais e 50,7% dos estaduais. É na direção nacional onde se encontra a média de idade mais avançada entre os dirigentes, com 51,6% localizando-se na faixa de 40 a 49 anos, dentro ainda, portanto, das mesmas faixas de concentração do conjunto da militância. Estes dados se, por um lado, podem ser tomados como expressão de uma tendência de envelhecimento relativo na composição etária da direção petista, são, efetivamente, a manifestação de uma característica presente em qualquer partido político, qual seja, a da exigência de algo que se pode chamar de uma acumulação de tempo de militância, indispensável para que se atinja e se progrida na hierarquia dirigente.”<sup>63</sup>*

As pesquisas realizadas em 97 e 98 tomaram em conta agrupamentos de faixas etárias distintas, o que dificulta um cruzamento de dados, porém é relevante destacar que a média de idade apurada no Encontro Nacional de 97 foi de 37 anos e que a média apurada no II Congresso Nacional de 99 foi de 39 anos.<sup>64</sup>

Em relação ao **sexo**, os homens detinham 80,1% do total da participação em diretórios partidários de qualquer nível e as mulheres ocupando 19,9% das vagas. Não obstante a esmagadora participação masculina em detrimento da feminina, César observa entretanto que *“a participação feminina concentra-se nos níveis inferiores de direção,*

---

<sup>63</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

<sup>64</sup> Fontes: Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi e Núcleo de Opinião Pública/Fundação Perseu Abramo.

atingindo 22,45% nos diretórios zonais e 23% nos municipais, caindo em quase cinquenta por cento para o nível estadual, com 12,3%. E reduzindo-se a apenas 9,4% no diretório nacional do partido.”<sup>65</sup>

As pesquisas realizadas no Encontro de 97 e no Congresso de 99 apuraram 80% de homens e 20% de mulheres e 77 % de homens e 23% de mulheres respectivamente, o que representou um ínfimo avanço.<sup>66</sup>

Esta tendência já era apontada por Rodrigues, no seguinte trecho: “Apesar de o PT ter ganho a prefeitura da maior cidade do País ( e também da cidade de Santos) com uma candidata do sexo feminino, nenhuma mulher integra a Executiva do partido. Entre os 62 membros efetivos do Diretório Nacional há somente duas mulheres e, entre os 21 suplentes, apenas uma.”<sup>67</sup>

César trabalhou com a concepção de **cor** e não com o conceito antropológico de etnia para, no seu entendimento, facilitar a compreensão dos entrevistados:

*“Com exatamente dez pontos percentuais a mais do que para o conjunto da população brasileira em 1989, a maioria absoluta dos militantes petistas se reconhece como branca, num índice total de 65,8%. Os negros, auto-identificados como tal por apenas 5,1% da população do país, atingem 9,2%no PT, quase duplicando o índice brasileiro. Quanto aos amarelos, que no Brasil se identificam num nível de apenas 0,5% do total, no PT alcançam 1%, duplicando sua participação. São os pardos, no entanto, os que apresentam a maior diferença, comparecendo no PT com apenas 21,1% do total, enquanto na população chegam a 38,6% o que coloca o partido diante de uma defasagem de 17,5 pontos.”*<sup>68</sup>

As pesquisas realizadas posteriormente fizeram a investigação a partir da idéia de classificação das descendências dos(as) entrevistados(as), procurando-se identificar a miscigenação, mais do que uma autoclassificação de “raça”. Desse modo, os resultados obtidos indicam que a maioria dos delegados aos Encontros se autodefine como de origem

<sup>65</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

<sup>66</sup> Fontes: Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi e NOP/Fundação Perseu Abramo.

<sup>67</sup> RODRIGUES, Leoncio Martins. *Op. Cit.*, p. 19

<sup>68</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

branca, 56% em 97 e 41% em 99. Os que indicam terem descendência branca e negra, compõem 21% em 97 e 27% em 99. Identificam-se como de origem negra, 11% em 97 e 9% em 99.<sup>69</sup> Apesar da diferença de metodologia, nota-se um expressivo recuo da cor ou origem branca no PT. Pode-se supor, também, que a “consciência racial” seja suficientemente mais forte entre os militantes que entre a população em geral, para que aqueles se identifiquem mais facilmente como negros ou afro-descendentes.

Em termos de **escolaridade**, evidencia-se um grande desnível entre a militância petista e a população brasileira:

*“Frente aos padrões brasileiros, o nível de escolarização apresentado pelo conjunto da militância do Partido dos Trabalhadores é bastante elevado. Enquanto a taxa de analfabetismo no país, para o total da população de dez anos ou mais, era, em 1990, de 17,8%, no PT o número relativo dos que nunca freqüentaram escola limitava-se a 1%. Além disto, enquanto para o total do país na mesma faixa etária eram apenas 25% os que atingiam ou ultrapassavam oito anos de estudo (correspondentes ao primeiro grau completo e mais), no PT este índice alcançava 88,2%. Estes números evidenciam a existência de divergências significativas entre a composição do partido e a do conjunto da população do país.”<sup>70</sup>*

**Indicadores de Escolaridade na População em 1990 e na Militância do PT**

Níveis de Escolaridade	População	PT Geral
Menos de 1 Ano/Nunca Foi	18,1	1,0
1º Grau Incompleto	56,8	10,0
1º Grau Completo e Mais	25,0	88,2
Não Declarou	0,1	8,0
Totais	100	100

Fonte: Tadeu César

Enquanto na população, corresponde a 56,9% do total os que não possuem sequer o primeiro grau concluído, no PT este percentual é ultrapassado pelos que alcançaram o nível universitário ou foram além dele, totalizando 58,6% no conjunto de sua militância.

<sup>69</sup> Fontes: Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi e NOP/Fundação Perseu Abramo.

<sup>70</sup> Idem.

A relação observada na comparação entre a população e o PT praticamente não se altera quando se considera a PEA do ano de 1989. Em virtude de agrupamento diferenciado para os dados, observa-se a manutenção da inversão já destacada, só que agora envolvendo os que, na PEA, obtiveram escolaridade de um até oito anos e os que, no PT, alcançaram uma escolaridade de doze ou mais anos.

**Indicadores de Escolaridade na PEA de 1989  
e na Militância do PT**

Anos de Estudo	PEA	PT Geral
Sem Instrução e Menos de 1	16,7	1
De 1 até 8 anos	60,2	17
De 9 até 11	14,8	7,3
12 ou mais	8,2	74
Não determinados/Sem Declaração	0,1	0,8
Totais	100	100,1

Fonte: Tadeu César

César analisa que, contrapondo-se os indicadores relativos aos militantes de base com os dos integrantes dos diretórios do partido, verifica-se que os dirigentes possuem um nível de escolaridade ainda superior ao dos membros da base partidária. As disparidades com o conjunto da população saem reforçadas, sem que isto evidencie uma tendência à elitização interna, uma vez que internamente ao partido, são idênticos os percentuais para dirigentes e não-dirigentes que nunca freqüentaram escola, no patamar mínimo de 0,9%, assim como para os que possuem escolaridade em nível de doutorado, com 1,7%.. Para o pesquisador, *“não se está, portanto, diante de um partido constituído por uma elite dirigente interna diversa de sua base. A escolarização elevada não é privilégio da direção. Ao contrário, o alto índice de escolarização revela-se como uma característica que marca o partido em todos os seus níveis, da base à direção.”*<sup>71</sup> Porém observa que os dirigentes que nunca freqüentaram a escola só detinham cargos no nível municipal – onde, inclusive, se concentrava o maior percentual dos que não haviam concluído o primeiro grau –, o que

<sup>71</sup> César, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

para ele indica “*que a escolaridade se constitui num filtro, ainda que sutil, que barra ou, ao menos, dificulta o acesso às instâncias de direção de nível mais elevado...*”<sup>72</sup> Em uma nota metodológica, a Gestão Venturi faz um comentário no mesmo sentido:

*“Este efeito é ainda mais nítido quando analisa-se por regiões. As proporções encontradas mostram que os(as) delegados(as) que são eleitos ao Encontro Nacional pelos Encontros Estaduais, tem um perfil preponderantemente de nível superior, potencializando, assim, no Encontro Nacional, a representação deste segmento. Como exemplo, na região Norte, que tem nos Encontros Estaduais 29% de delegados(as) com alta escolaridade, passa a ter uma delegação composta por 62% no Encontro Nacional, enquanto que nos estaduais seu maior contingente era composto por delegados(as) que cursaram até o primeiro grau (41%). Esta potencialização da representação de delegados(as) com, no mínimo, curso superior, ocorre em todas as regiões.*

*Como são os delegados estaduais que elegem a delegação nacional, pode-se dizer que a questão da escolaridade, assim como na sociedade, também opera como um selecionador não transparente, mas muito ativo nos mecanismos de participação partidária, ao menos ao que se refere às delegações.*”<sup>73</sup>

César faz uma referência a este fato: “*Ao contrário da elitização, diante dos níveis elevados de escolaridade característicos do partido, revela-se, com isto, uma tendência ao aproveitamento nos cargos diretivos daqueles melhor qualificados intelectualmente - ao menos ao nível formal. Surpreendente seria a ocorrência de situação inversa, onde um partido com um alto índice de militantes com níveis elevados de escolarização distribuísse seus cargos dirigentes prioritariamente entre aqueles de menor escolaridade.*”<sup>74</sup> O autor constata e justifica uma realidade no partido, que para nós é contraditória com seus pressupostos originais de identificação como partido de trabalhadores.

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Fonte: Pesquisa Delegado PT – Gestão Venturi.

<sup>74</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

**Indicadores de Escolaridade no Total do PT,  
nos Militantes de Base e na Direção Partidária**

Níveis de Estudo	PT -Total	Base	Direção
Nunca Foi a Escola	1,0	0,9	0,9
1º Grau Incompleto	10,0	13,1	8,2
1º Grau Completo	7,0	8,1	6,1
2º Grau Incompleto	7,3	10,2	5,6
2º Grau Completo	15,3	15,7	15,1
Universitário Incompleto	15,9	14,3	16,8
Universitário Completo	34,0	29,3	37,6
Mestrado	7,2	6,5	7,6
Doutorado	1,6	1,7	1,7
Não Declarou	0,8	0,2	0,3
Total	100	100	100

Fonte: Tadeu César.

As pesquisas de 97 e 99 não apresentam grandes variações nesses números, a não ser que o contingente de mestrados e doutorandos atinge o índice de 14% em 99.<sup>75</sup>

Prosseguindo na análise de César, vamos nos deter um pouco mais no item referente à **renda mensal individual**, por entendermos que está diretamente ligado a nossa hipótese quanto à burocratização do partido. A primeira constatação é a de que os militantes petistas auferem ganhos bem superiores aos da maioria da população economicamente ativa no país. Aqui lamentamos profundamente a inexistência de dados anteriores para a identificação da mudança no perfil salarial do partido, que a nosso ver dá um salto a partir dos êxitos eleitorais, com um aumento substancial dos “profissionalizados” e detentores de cargos de confiança no parlamento e no executivo. César constata que:

*“Enquanto na parcela ocupada da população brasileira, são as classes de rendimentos menos elevadas as que apresentam as maiores concentrações, somando um total de 71,1%, na faixa que se estende desde menos de um até cinco salários mínimos, no PT, como já se demonstrou, ocorre exatamente o inverso. Tomando-se como referência os dados de renda do conjunto da militância petista e confrontando-os com o das pessoas ocupadas no país, verificam-se desníveis significativos. Enquanto no Brasil 24,2% das pessoas ocupadas ganham mensalmente até um salário mínimo, no PT este contingente se limita a 2,9%, ou seja, menos de um décimo de seu equivalente no país. Esta diferença diminui na*

*faixa imediatamente superior, onde, apesar de ainda manter-se elevada, limita-se a pouco mais de duas vezes em favor da população, que congrega ali 20,3% de seu total, enquanto no partido a concentração é de apenas 8,6%. É na faixa de renda intermediária, entre mais de dois até cinco salários mínimos, que as curvas praticamente se igualam, com 26,6% das pessoas ocupadas no país e 24,2% dos militantes petistas. A partir desse ponto as curvas se distanciam novamente, descrevendo trajetórias inversas às de suas ascensões. Desta forma, na faixa de mais de cinco a dez salários mínimos, é agora o PT que detém a seu favor um percentual mais de duas vezes superior ao da população ocupada, congregando-se ali 26,2% dos militantes petistas e 11,4% das pessoas ocupadas. A diferença em favor do partido aumenta ainda mais na faixa de mais de dez a vinte salários mínimos, estendendo-se ali para quase três vezes, já que, enquanto a concentração na população se limita a 5,4%, ela atinge 14,9% entre os petistas. A faixa mais elevada, com ganhos superiores a vinte salários mínimos, apresenta uma pequena redução nas diferenças, limitando-as a pouco mais do dobro, com 3% na população ocupada e 6,2% no PT.”<sup>76</sup>*

**Rendimento Individual Mensal das Pessoas  
Ocupadas no Brasil e dos Militantes do PT**

Classes de Rendimentos	Brasil	PT Geral
Até 1 Salário Mínimo	24,2	2,9
Mais de 1 a 2 SM	20,3	8,6
Mais de 2 a 5 SM	26,6	24,2
Mais de 5 a 10 SM	11,4	26,2
Mais de 10 a 20 SM	5,4	14,9
Mais de 20 SM	3	6,2
Sem Rendimento	8,4	0
Sem Declaração	0,7	17
Total	100	100

Fonte: Tadeu César.

<sup>75</sup> Fontes: Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi e NOP/Fundação Perseu Abramo.

<sup>76</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

Ao tomarmos como referência a relação entre base e direção no interior do partido estas diferenças se acentuam ainda mais, como podemos ver na tabela abaixo:

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, em Salários Mínimos**

Classes de Rendimentos	PT Geral	Base	Direção
Até 1 SM	2,9	4,5	3,0
Mais de 1 a 2 SM	8,6	16,0	7,0
Mais de 2 a 5 SM	24,2	31,6	27,7
Mais de 5 a 10 SM	26,2	28,0	33,6
Mais de 10 a 20 SM	14,9	14,2	20,3
Mais de 20 SM	6,2	5,7	8,4
Sem Declaração	17	0	0
Total	100	100	100

**NOTA: Para os Militantes de Base e para a Direção Partidária utilizaram-se somente os percentuais válidos**

Fonte: Tadeu César.

Percebe-se uma tendência a uma maior concentração da militância partidária nas faixas de ganhos mais elevados, o que se confirma quando se divide a tabela de vencimentos mensais individuais em duas metades limitadas pelo ganho de cinco salários mínimos. Somam 46,3% os que se situam na metade superior, contra apenas 37,5% na inferior.

Outra evidência importante é que os rendimentos da direção são bem superiores aos da base do partido, fato para o qual César dá a seguinte justificativa:

*“... Na verdade, se está diante da evidência de uma direção que detém rendimentos individuais mensais significativamente superiores aos obtidos por sua base. Entretanto, há que se considerar, no que se refere especificamente aos ganhos individuais dos diversos segmentos partidários, que esta situação se explica também pelo fato de parcela significativa dos dirigentes petistas ser detentora de mandatos parlamentares ou executivos, o que os faz recebedores de salários muito superiores à média dos ganhos do conjunto da militância.”<sup>77</sup>*

É, portanto, não apenas na discrepância salarial, mas também na origem desta situação (deter mandato), que encontramos a explicação da distância da direção em relação à base

<sup>77</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

partidária e principalmente em relação à população trabalhadora, o que no nosso entendimento está na raiz das transformações do partido, como desenvolveremos mais adiante.

Ao analisar-se a **posição na ocupação**, percebe-se que o PT mantinha-se, em 1991, como um partido de trabalhadores assalariados, urbanos em sua maioria, que representavam o setor mais organizado da sociedade, ainda que com uma pequena participação de empregadores urbanos e rurais. Como podemos ver na tabela abaixo:

**POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - TABELA 1**

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
ASSALARIADO URBANO	1.00	1029	65.7	65.7	65.7
ASSALARIADO RURAL	2.00	25	1.6	1.6	67.3
TRABALHADOR AUTÔNOMO	3.00	201	12.8	12.8	80.1
EMPREGADOR URBANO	4.00	74	4.7	4.7	84.9
PROPRIETÁRIO RURAL	5.00	62	4.0	4.0	88.8
TRAB. RURAL EM DISPUTA	6.00	38	2.4	2.4	91.3
NÃO PRODUTIVOS	7.00	137	8.7	8.7	100.0
		-----	-----	-----	
	TOTAL	1566	100.0	100.0	

Fonte: Tadeu César.

Como o PT em suas origens afirmava-se como um **partido sem patrões** (vide Carta de Princípios)<sup>78</sup>, é necessário nos determos um pouco sobre quem são os patrões que o integram. Para obtermos este dado novamente voltamos a César. Dentre os 74 militantes que se declararam empregadores urbanos, 53 responderam com o nº de empregados. Pela tabela abaixo deduz-se uma predominância de pequenos empresários, com algumas excessões de grandes empregadores.

<sup>78</sup> PEDROSA, Mário. *Op. Cit.* P. 60

**NÚMERO DE EMPREGADOS DOS EMPREGADORES PETISTAS**

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
1 Empregado	1	13	.8	24.5	24.5
2 Empregados	2	6	.4	11.3	35.8
3 Empregados	3	10	.6	18.9	54.7
4 Empregados	4	8	.5	15.1	69.8
5 Empregados	5	4	.3	7.5	77.4
6 Empregados	6	2	.1	3.8	81.1
8 Empregados	8	2	.1	3.8	84.9
9 Empregados	9	2	.1	3.8	88.7
13 Empregados	13	1	.1	1.9	90.6
15 Empregados	15	1	.1	1.9	92.5
18 Empregados	18	1	.1	1.9	94.3
30 Empregados	30	2	.1	3.8	98.1
150 Empregados	150	1	.1	1.9	100.0
	999	1513	96.6	MISSING	
-----		-----	-----		
	TOTAL	1566	100.0	100.0	

Fonte: Tadeu César.

Em relação aos proprietários rurais, 95 se declararam proprietários jurídicos ou de fato de áreas agrícolas. Os números são um pouco diferentes, mas não totalmente divergentes como vê-se na tabela abaixo:

**TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS PROPRIETÁRIOS PETISTAS EM QUANTIDADE DE HECTARES**

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
De 1 a 10 ha	1.00	25	1.6	26.3	26.3
De 11 a 20 ha	2.00	27	1.7	28.4	54.7
De 21 a 50 ha	3.00	21	1.3	22.1	76.8
De 51 a 100 ha	4.00	17	1.1	17.9	94.7
De 101 a 387 ha	5.00	5	.3	5.3	100.0
.		1471	93.9	MISSING	
-----		-----	-----		
	TOTAL	1566	100.0	100.0	

Valid Cases 95 Missing Cases 1471

Fonte: Tadeu César.

Ainda que estes números possam ser considerados pequenos em relação à militância partidária, quando comparados com a população ocupada do país, percebe-se uma surpreendente super-representação dos proprietários ou empregadores, que atingem percentual equivalente ao dobro. Este dado nos permite interpretar algumas das mudanças verificadas na

postura do partido, como analisa César “*Revelam-se com isto, características da composição social do Partido dos Trabalhadores, que fornecem evidências importantes para o entendimento, tanto do projeto societário que se elabora em seu interior, quanto da postura política que ele tem desenvolvido no seu relacionamento com os diversos segmentos que compõem a população brasileira.*”<sup>79</sup>

**Posição na Ocupação dos Militantes do PT e da População Ocupada no Brasil.**

Posição na Ocupação	Militantes PT	Brasil 1990
Empregados	67,3	64,7
Conta-própria	15,3	22,7
Proprietários ou Empregadores	8,7	4,6
Não Remunerados	0	8,0
Não Produtivos e Sem Declar.	8,7	0
Total	100	100

**Nota: Exclusivo, para o População Ocupada, as pessoas da área rural da Região Norte. Para a População Ocupada os dados foram obtidos na publicação Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1990, IBGE, R. J. 1990.**

Fonte: Tadeu César.

Na análise dos **setores de atividade econômica**, a pesquisa de César mostra que a militância petista reflete as mudanças verificadas no perfil da economia brasileira, a partir da chamada “reestruturação produtiva”, que promoveu um brutal crescimento do setor terciário em detrimento dos demais. Isto também se relaciona ao grande número de funcionários públicos militando no partido. Como se pode notar, a seguir:

**Setores Básicos de Atividade Econômica dos Militantes do PT e da População Ocupada (Brasil 1990)**

Setores de Atividade	Militantes PT	Pop. Ocupada
Primário ou Agrícola	8,8	22,8
Secundário ou Industrial	15,9	22,6
Terciário ou de Serviços	71,8	51,9
Outras Atividades	3,5	2,7
Total	100	100

**Notas: Idem da tabela anterior.**

Fonte: Tadeu César.

<sup>79</sup> Idem

Pela tabela anterior, percebe-se a predominância deste setor no interior do partido em relação à população ocupada, dado que se evidencia ainda mais, quando analisado a partir das regiões do país:

**Setores de Atividade Econômica dos Militantes do PT e da População Ocupada,  
por Regiões - Brasil - 1990**

Setores de Atividade	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região CentroOeste	
	PT	Pop. Ocup.	PT	Pop. Ocup.	PT	Pop. Ocup.	PT	Pop. Ocup.	PT	Pop. Ocup.
Agrícola	16,9	7,4	10,0	37,9	3,3	12,1	19,1	30,7	4,1	22,5
Industrial	12,5	21,3	8,2	15,8	21,6	28,4	11,2	21,3	17,6	16,3
Serviços	68,4	68,8	78,2	44,7	71,3	56,0	65,0	45,5	78,2	58,3
Outras Atividades	2,2	2,5	3,6	1,5	3,9	3,6	4,8	2,5	0	2,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	99,9	100

**Notas:** Para a População Ocupada do Brasil, não se incluem os dados da população da área rural da Região Norte. Fonte SIPB-PNAD 1990.

Fonte: Tadeu César.

Quando confrontamos os setores de base com os setores dirigentes do partido, observamos que esta situação se agrava:

**Setores de Atividade Econômica dos  
Militantes de Base e da Direção do PT.**

Setores de Atividade	Base Municipal	Diretórios PT
Agrícola	10,8	7,7
Industrial	18,9	15,7
Serviços	68,1	72,7
Outras Atividades	2,1	4,0
Total	99,9	100,1

Fonte: Tadeu César.

Analisando as instâncias dirigentes, constatamos que, à medida que sobe a graduação hierárquica, mais aumenta o peso do setor terciário:

### Setores de Atividade Econômica dos Dirigentes do PT

Setores de Atividade	Diretórios Zonais	Diretórios Municipais	Diretórios Estaduais	Diretório Nacional
Agrícola	1,2	9,5	6,5	0
Industrial	20,9	16,7	7,5	10,0
Serviços	73,3	69,9	82,5	83,3
Outras Atividades	4,7	4,0	3,5	6,7
Total	100,1	100,1	100	100

Fonte: Tadeu César.

Se, por um lado, é verdade que o PT reflete tendências estruturais observadas na sociedade brasileira, por outro, a hipertrofia do setor terciário evidencia, também, um distanciamento da sua imagem no momento de sua fundação, quando a identidade operária predominava.

Ao serem analisados os dados sobre **qualificação profissional**, todos os itens anteriormente examinados se agudizam, no sentido de que tais dados estabelecem as mudanças verificadas no interior do PT. César faz o seguinte comentário:

*“Eliminando-se os 5,6% que, nas escalas abaixo, aparecem no agrupamento dos que não declararam suas profissões, a somatória dos militantes que desempenham profissões que exigem qualificação de nível superior ou universitário atinge 41,5%. Encontram-se nesta categoria os professores de primeiro e segundo graus, os docentes universitários, os funcionários públicos que revelaram apenas o nível de seus estudos sem declararem suas profissões específicas e todos os demais militantes com profissões de nível de qualificação superior. As profissões não manuais de nível médio, incluindo-se entre elas os professores do ensino elementar ou técnicos de ensino sem formação universitária e os demais técnicos de nível secundário ou com formação superior incompleta, representam 13,5% do total válido. Desta maneira, percebe-se que a maioria absoluta do partido, representando 55% daqueles que declararam suas profissões, desempenham atividades que exigem qualificação de nível médio a superior.*

*Retirando-se dos 45% restantes os militantes que aparecem na tabela na categoria das outras atividades, com 6,9%, e onde se encontram os estudantes e os empresários urbanos que não indicaram outras profissões, percebe-se que 25% desempenham profissões que exigem qualificações especiais: 12,4% são*

*profissionais não manuais especializados e qualificados, incluindo-se entre eles os especializados nos ramos comerciais, administrativos e de serviços e os artistas, e 12,6% são trabalhadores manuais especializados ou artesãos, trabalhadores manuais qualificados da construção civil, dos transportes e de qualificação elevada industrial. Por fim, constata-se que apenas 13,1% desempenham profissões que requerem baixo nível de qualificação, incluindo-se nesta categoria os trabalhadores rurais e as profissões auxiliares da indústria, do comércio, dos setores administrativos e dos serviços em geral.”<sup>80</sup>*

#### NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MILITANTES DO PT

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
Baixa Qualificação	1.00	193	12.3	13.1	13.1
Manuais Especializadas e Qlf.	2.00	186	11.9	12.6	25.6
Não Manuais Espec.e Qualif.	3.00	184	11.7	12.4	38.1
Não Manuais Nível Médio	4.00	199	12.7	13.5	51.6
Não Man.Nível Universitário	5.00	614	39.2	41.5	93.1
Outras Atividades	6.00	102	6.5	6.9	100.0
Não Declaradas	.	88	5.6	MISSING	
		-----	-----	-----	
	TOTAL	1566	100.0	100.0	
Valid Cases	1478	Missing Cases	88		

Fonte: Tadeu César.

Na ausência de dados empíricos mais precisos, podemos inferir que a tendência apontada por Rodrigues, em seu estudo sobre a composição das diversas Comissões Executivas Nacionais eleitas ao longo da década de 80, se acentuou, e que é uma verdade válida para todas as instâncias dirigentes, notadamente para o Diretório Nacional, como podemos observar na tabela seguinte:

<sup>80</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

### Níveis de Qualificação Profissional dos Integrantes da Base Municipal e da Direção do PT

Níveis de Qualificação	Base Municipal	Diretórios Municipais	Diretórios Zonais	Diretórios Estaduais	Diretório Nacional
Baixa Qualificação	15,0	12,1	6,5	6,7	0
Manuais Especializadas	15,7	13,4	16,3	6,3	10,0
Não Manuais Especiali. e Qualificadas	14,0	12,5	12,0	9,6	20,0
Não Manuais de Nível Médio	14,0	15,3	10,9	11,1	6,7
Não Manuais de Nível Universitário	34,3	40,1	45,7	60,6	63,3
Outras Atividades	7,0	6,6	8,7	5,8	0
Total	100	100	100,1	100,1	100

Fonte: Tadeu César.

Os profissionais universitários compõem o maior segmento no interior do partido. Os bacharéis não docentes atingem 25,8%, porém enquanto categoria individual são os professores que representam a maior categoria profissional no interior do PT, distribuindo-se em 14,1% como professores de primeiro e segundo grau com formação universitária, 6,4% como técnicos de ensino ou professores de ensino elementar sem grau de escolarização superior e 1,7% como docentes universitários. A segunda grande categoria é constituída pelos trabalhadores manuais de alta qualificação, formada majoritariamente pelos metalúrgicos. Os trabalhadores rurais compõem a terceira maior com 8,4%. da militância. Os estudantes, que nos primórdios do PT eram um segmento importante, resumem-se a 4,3%.

É importante destacar o peso dos funcionários públicos, que representam 39,8% dentre os pesquisados. Destes, 34,3% são funcionários federais; 46,2%, estaduais e 19,6%, municipais.

As pesquisas posteriores utilizaram outras categorias, tais como assalariados com ou sem carteira, mas mesmo assim permitiu constatar um substancial aumento de funcionários públicos, que representavam 49% dos delegados do II Congresso em 99.<sup>81</sup>

<sup>81</sup> Fonte: NOP/Fundação Perseu Abramo.

## BUROCRATIZAÇÃO MUDA O PERFIL DO PT

Como pudemos notar até aqui, várias foram as mudanças no interior do PT transcorridas desde a sua fundação, a mais importante das quais a verificada a partir dos êxitos eleitorais do partido que propiciaram um brutal aumento, em sua vida interna, de profissionais do partido, parlamentares, executivos, assessores, funcionários de confiança e toda uma legião de pessoas que vivem diretamente da gestão do Estado.

Além disso, quando da fundação do PT e em seus primeiros anos, vários eram os sindicalistas ligados às oposições sindicais que não exerciam mandato sindical, permanecendo, portanto, nas bases de sua categoria. No entanto, a partir do crescimento da CUT, este quadro foi se alterando e várias oposições ganharam sindicatos, aumentando o número de dirigentes liberados, muitos deles militando também ativamente no PT.

Temos afirmado desde o capítulo anterior que o marco nessas alterações de perfil foram as eleições de 88. Embora inexistam, como já comentamos, pesquisas sistemáticas do período pré-88, é possível chegar-se a algumas conclusões, com os dados disponíveis.

Analisando os dados colhidos por César em 91, verificamos que naquele momento 18,9% dos membros dos diretórios do PT possuíam mandatos parlamentares ou executivos. Eles correspondiam a 12,8% do total dos militantes pesquisados e constituíam 11,4% dos membros dos diretórios com rendimentos mensais entre mais de dois e cinco salários mínimos, 13,2% dos com renda entre mais de cinco a dez salários mínimos e 30,2% dos com ganhos acima de vinte salários mínimos. Além disto, dentre os dirigentes concentrava-se a maior parcela dos quadros militantes, politicamente profissionalizados pelo próprio partido, com rendimentos que, em sua maioria, situavam-se na faixa que se estende de mais de cinco até dez salários mínimos. Somando-se aos detentores de mandatos os dirigentes profissionalizados pelo próprio partido – como assalariados partidários, "liberados", assessores ou detentores de cargos de confiança nas administrações sob o comando do partido – e obtendo-se assim o total daqueles que se podem denominar como quadros políticos dirigentes profissionais do partido, verifica-se que eles representam **28,8%** do universo pesquisado. Esta somatória de fatores faz com que a média final dos índices de rendimentos individuais dos dirigentes petistas se eleve, aproximando-se, por uma questão estatística, dos pontos mais elevados e, assim, oferece parte da explicação de sua superioridade salarial frente aos de sua base.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. *Op. Cit.*

**Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, Segundo os Níveis de Militância, em Salários Mínimos.**

Classes de Rendimentos	Base Municipal	Base Nacional	Diretório Zonal	Diretório Municipal	Diretório Estadual	Diretório Nacional
Até 1 SM	6,0	1,4	0	4,3	2,0	0
Mais de 1 a 2 SM	20,8	6,4	6,0	9,6	2,5	0
Mais de 2 a 5 SM	34,2	26,4	18,1	31,9	21,7	16,7
Mais de 5 a 10 SM	25,0	34,3	37,3	30,3	38,9	43,3
Mais de 10 a 20 SM	11,6	19,3	25,3	19,3	21,2	20,0
Mais de 20 SM	2,5	12,1	13,3	4,7	13,8	20,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tadeu César.

Após constatar esta realidade, César expressou um comentário bastante elucidativo sobre as relações internas no PT *“Percebe-se que os níveis de renda acompanham, em sua progressão, os níveis de ascensão na hierarquia partidária, o que permite que se afirme que a renda, tal como já se apontou quanto à escolaridade, se constitui num filtro que, de alguma forma, seleciona os militantes, dificultando seu acesso aos cargos dirigentes do partido.”*<sup>83</sup>

Em 97 esta situação deu um salto. **60,0%** dos delegados do Encontro é de profissionalizados, o que atesta cabalmente que eles determinam a vida interna do partido. Destes, 18% são parlamentares, 13% os assessoram, 8% são funcionários de confiança no governo, 6% são dirigentes profissionalizados pelo PT, 2% são profissionalizados por suas tendências, 1% é funcionário/assessor do partido, 1% exerce mandato executivo e 9% são profissionalizados pelo movimento social. Somente 9% não responderam e 31% não eram profissionalizados.<sup>84</sup>

A Gestão Venturi, ao se dar conta desta realidade do aumento da discrepância entre a base social do PT e o s seus dirigentes, elabora a seguinte nota :

*“Estas diferenças de perfis, não necessariamente, devem ser entendidas apenas como problemas de representatividade da base social do PT., mas, mais do que isso, devem ser analisadas, também, pelo prisma dos mecanismos de seleções internas de participação. Estes mecanismos, por um lado, podem estar reproduzindo internamente a exclusão da realidade social e política no Brasil. Isto é, este setor participa de alguma forma do partido, mas são excluídos durante o processo de participação dos centros de poder. Por outro lado, pode*

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Fonte: Pesquisa Delegado PT – Gestão Venturi.

*ser que a participação partidária não seja atrativa para este importante setor social, que se localiza na base da pirâmide da sociedade e, portanto, apresente baixa participação, seja partidária, seja política no geral. Muito provavelmente seja a mescla destes dois processos de exclusão, um interno e outro que apenas espelha a exclusão mais ampla da sociedade, as razões de não participação.”<sup>85</sup>*

Os efeitos da burocratização do partido se refletem na brutal alteração do perfil dos militantes. Tomando por base as três pesquisas em que se tem apoiado nosso trabalho, vamos encontrar dados alarmantes, principalmente no tocante à renda individual.

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário-mínimo era de 2,9% ; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários-mínimos caiu de 8,6%, em 91, para 4% e 3% respectivamente, em 97 e 99. Também apresentaram uma queda acentuada os que ganhavam de 2 a 5 salários-mínimos, de 24,2%, em 91, para 14%, em 97, e apenas 9% em 99. Também a próxima faixa, os que ganhavam de 5 a 10 salários-mínimos, apresentou queda, 26,2% em 91 para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, os que ganhavam de 10 a 20 salários-mínimos, os petistas deram um salto, de 14,9%, em 91, eles passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários-mínimos, outro salto, de 6,2%, em 91, os petistas passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99.

Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês e, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existe uma questão mais ampla. As finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos e as correntes se reforçam com as assessorias e contribuições de cada membro em cargo público, ampliando, com isso, seu peso interno no partido.

Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores,

---

<sup>85</sup> Idem

mas sim com a gestão do estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições.

O fenômeno da burocratização não é novo em se tratando dos partidos operários. Michels, em estudo clássico, que mais tarde se tornaria uma das referências básicas da chamada “teoria das elites”, apontava para a burocratização como conseqüência inevitável do processo de expansão dos partidos operários de sua época. Para além da análise histórica, Michels estabelecia uma condenação político/moral do processo: “*O burocratismo é o inimigo declarado da liberdade individual, de toda iniciativa corajosa em matéria de política interna. Sua dependência em relação às autoridades superiores sufoca a personalidade entre a média dos empregados e contribui para imprimir à sociedade inteira um rótulo extremamente pequeno-burguês e grosseiro. O espírito burocrático rebaixa o caráter e provoca a indigência moral.*”<sup>86</sup>

Recorrendo-se às elaborações feitas por Trotsky, mais próximas do nosso horizonte teórico, em sua análise do Estado soviético, vê-se que a burocracia soviética assumiu um papel semelhante ao de uma classe social por dirigir um Estado, transformando-se, segundo aquele autor, numa casta. Já a burocracia petista não dirige o Estado, mas, a partir dos êxitos eleitorais, está cada vez mais integrado a ele e a exemplo do que acontece com a burocracia sindical, defende seus interesses com “unhas e dentes”: seus empregos, salários, espaço interno e prestígio. Isto faz com que se consolide no PT seu distanciamento da base e da perspectiva da maioria da classe trabalhadora, como dizia Trotsky; “*a burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo fato de se encontrar sempre pronta a cerrar os olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fiéis na defesa dos seus privilégios.*”<sup>87</sup>

No mesmo sentido assevera Gramsci, ao comentar o papel do partido nos momentos de crise de hegemonia da classe dirigente: “*Ao analisar-se o desenvolvimento dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar*”<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos Políticos*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 106

<sup>87</sup> TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Antidoto, Lisboa, 1976, p.269

<sup>88</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.* p. 56

## LUTA INTERNA: A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO REFORMISTA

A heterogeneidade dos distintos segmentos que fizeram parte da criação do PT, como foi visto no capítulo anterior, levou a que o partido, além de surgir sem um programa ideologicamente preciso, também contivesse desde o nascedouro uma contradição: de um lado, estavam os sindicalistas, militantes que tinham respaldo popular, mas não formulação teórica e, de outro, os setores oriundos da esquerda revolucionária, que possuíam formulação teórica, mas não respaldo popular.

Lula, em uma entrevista para a revista *Isto É* de 20 de fevereiro de 1980, deixava isto evidente:

*“Eu entendo que estes grupos radicais têm que evoluir politicamente até o ponto de entender que propostas políticas radicais não tem vez no meio da classe trabalhadora. Estes companheiros terão de entender que o trabalhador não é instrumento de ação ou de pressão, é algo muito mais importante, é elemento de transformação. As pessoas que se intitulam democráticas nesse país precisam aprender a conviver com este grupo de extrema-esquerda. O papel dos trabalhadores não é o de se subordinar a extremistas, mas de tê-los como subordinados. A grandeza da classe trabalhadora não permitirá que grupos radicais estreitem a proposta de um partido de massa como é o PT...”<sup>89</sup>*

Como vemos, conviviam no interior do partido várias visões de PT, desde aquelas que o concebiam como um partido revolucionário, no sentido marxista, até aquelas que o tinham como um mero instrumento institucional, resguardadas as suas diferenças com os demais partidos.

Do ponto de vista teórico, como já vimos, essa heterogeneidade era composta por marxistas dos mais diversos matizes: trotskistas, leninistas, stalinitas (não assumidos), social-democratas, além de social-liberais e socialistas cristãos. Porém, todas essas correntes filosófico-políticas, apesar de diversas nuances, se posicionavam, a grosso modo, em dois campos: o da reforma e o da revolução.

---

<sup>89</sup> *Isto É* de 20 de fevereiro de 1980.

A existência de diversos setores com seus distintos projetos de sociedade e de estratégia política davam ao PT o caráter de um partido em disputa. Ainda que estivesse dividido entre duas estratégias: reforma e revolução, não havia no interior do PT a disputa política através da conformação de dois blocos. A atuação se dava de forma pulverizada, principalmente no campo revolucionário.

Para desenvolver esta parte do trabalho recorrer-se-á a Clóvis Bueno de Azevedo<sup>90</sup>, que, em sua dissertação de mestrado “*Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*”, faz um extenso mapeamento das correntes internas do PT até 1991.

Azevedo parte de três variáveis: grupos constituintes, que correspondem às forças ou processos sociais que fundaram o PT; blocos partidários, que se referem à (com)posição das facções partidárias; e clivagem ideológica. No tocante aos grupos constituintes, ele identifica três vertentes principais: sindicalistas, cristãos, e militantes de esquerda. Alerta para algumas limitações neste mapeamento, pois necessariamente não há exclusão entre as categorias. Havia sindicalistas cristãos e militantes de esquerda, bem como cristãos sindicalistas e militantes de esquerda, e, também, militantes de esquerda sindicalistas e cristãos. Outra limitação refere-se ao fato de que não há correspondência entre as categorias acima e uma determinada ideologia. Por último, as categorias não correspondem aos blocos partidários.

Quanto aos blocos partidários, ele identifica basicamente dois: a Articulação, corrente majoritária, e as demais correntes minoritárias. Não é objetivo deste trabalho acompanhar a evolução das posições políticas do conjunto das tendências internas do PT, e sim a de algumas mais importantes, porém utilizaremos duas citações de Azevedo a respeito dos dois blocos partidários, pela riqueza de informações coletadas. Ele identifica a existência destes dois blocos a partir de 1983, quando é criada a Articulação: “*A Articulação reúne militantes não (ou não mais) vinculados a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da ALN – Aliança Libertadora Nacional e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista O Trabalho.*”<sup>91</sup>

Quanto às tendências minoritárias, ele as dividia em três subconjuntos:

---

<sup>90</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio*. Entrelinhas, São Paulo, 1995.

<sup>91</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *Op. Cit.* P. 79

*“O primeiro é composto por agrupamentos originados a partir de organizações comunistas clandestinas: a Nova Esquerda, tendência partidária em que se transformou, em 1989, ao se dissolver o PRC – Partido Revolucionário Comunista, este surgido de uma cisão do PC do B em 1984 (é o grupo liderado pelo deputado federal José Genoíno e pelo candidato a governador do Rio Grande do Sul, em 1990, Tarso Genro); e a Força Socialista, liderada pelo deputado estadual paulista Ivan Valente, que surgiu do Movimento Revolucionário Comunista, formado em 1985 por ex-militantes da “Ala Vermelha” do PC do B, do MEP – Movimento de Emancipação de Proletariado e OCDP – Organização Comunista Democrático-Proletária, esta última originada a partir da AP – Ação Popular.*

*Há também agrupamentos comunistas secundários e de menor expressão, como o PRO – Partido Revolucionário Operário, cisão do PRC, que possui certa expressão no Ceará e ao qual vinculava-se a ex-prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenele; a Ala Vermelha, liderada pelo pré-candidato a governador do Distrito Federal em 1989, Orlando Cariello; grupos ligados ao PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; e o Movimento por uma Tendência Marxista, uma cisão do PRC no momento que este se dissolveu.*

*O segundo subconjunto é formado por organizações trotskistas, sendo as mais importantes a ORM-DS – Organização Marxista Revolucionária – Democracia Socialista, antes conhecida por Em Tempo, formada em 1979 e tendo como referência o grupo trotskista internacional Secretariado Unificado e o pensador belga Ernest Mandel, liderada por João Machado, membro do Diretório Nacional do PT, e pelo deputado federal gaúcho Raul Pont; o grupo O Trabalho, ex-OSI – Organização Socialista Internacionalista, formado em 1976, reunindo militantes de outras organizações trotskistas (Organização Comunista Brasileira e Grupo 1º de Maio), vinculado à Quarta Internacional – Comitê Internacional de Reconstrução, liderado por Markus Sokol, membro do Diretório Nacional do PT; a Convergência Socialista, formada em 1978 por ex-militantes do PST – Partido Socialista dos Trabalhadores, clandestino, tendo por referência o*

*partido trotskista argentino de mesmo nome e a Liga Internacionalista Trotskista, dirigida por Valério Arcari, membro do Diretório Nacional do PT; e a Causa Operária, uma cisão da OSI (depois O Trabalho) em 1979, vinculada ao Partido Obrero da Argentina e à Tendência Quarta Internacional, liderada por Rui Costa Pimenta, pré-candidato a deputado federal em 1990, cassado pelo próprio partido.*

*Há também grupos menos importantes, como a LPS- Luta pelo Socialismo, saída da Democracia Socialista; o POR – Partido Operário Revolucionário, dirigido pelo vereador de Diadema Manoel Boni (expulso do PT); e o Luta de Classes, liderado pelo vice-prefeito de Diadema, Antonio Justino.*

*O terceiro é constituído pelo grupo Vertente Socialista, ex-PPS – Poder Popular e Socialismo, saído da Articulação em 1987, formado principalmente por militantes da área da saúde na Zona Leste de São Paulo, por membros da Pastoral Operária, dirigido pelo deputado federal paulista Eduardo Jorge, pelo candidato a governador de Minas Gerais em 1990, Virgílio Guimarães, e pelo goiano, membro do Diretório Nacional do PT, Augusto de Franco; e pelo grupo paulistano PT Vivo, dirigido pelo deputado estadual paulista Pedro Dallari.”<sup>92</sup>*

O surgimento da Articulação propicia a superação da dicotomia apontada no início deste tópico, ou seja, aliam-se aos sindicalistas, que até aquele momento eram a direção hegemônica no partido, uma série de militantes originários da esquerda revolucionária. Em sua fase inicial, a Articulação creditava seu surgimento à necessidade de combater duas posições que a seu ver poderiam liquidar o partido: por um lado, a posição defendida pelos setores que privilegiavam a ação política institucional-parlamentar, e por outro, a posição assumida pelos setores que defendiam, segundo ela, uma proposta estreita, vanguardista e tradicional de “partido da classe operária”. Contudo, suas formulações se embasavam nas proposições originais do PT. Defendia a independência de classe e o partido como um instrumento de intervenção na luta dos trabalhadores. A Articulação via com suspeitas a institucionalidade: “*Sem subestimar a atuação legislativa, nossos deputados e vereadores devem basear sua atuação principalmente nas lutas e reivindicações do movimento*

---

<sup>92</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *Op. Cit.* P. 80-82

*sindical e popular...O parlamentar do PT, embora exerça funções públicas, é um filiado do partido com os mesmos direitos e deveres dos demais filiados. Não deve ter privilégios nem ser discriminado.*”<sup>93</sup>

Ainda que com ambigüidades, seguia defendendo a tomada do poder por vias não institucionais, como se pode notar nesta entrevista de Lula à *Folha de São Paulo*, em 29 de dezembro de 1985: “*Estou querendo mostrar que é falsa a democracia formal...Primeiro estamos tentando cumprir as regras do jogo. Não achamos que o Parlamento é um fim, ele é um meio. E vamos tentar utilizá-lo até onde for possível. Na medida em que a gente perceber que pela via parlamentar, pela via puramente eleitoral, você não conseguirá o poder eu assumo a responsabilidade de dizer à classe trabalhadora que ela tem de procurar outra via*”.<sup>94</sup>

Por ocasião do 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, que foi o primeiro grande debate teórico-estratégico no interior do partido, a Articulação mantinha-se firme na defesa do socialismo, porém já acenava com uma certa dose de flexibilização em *relação a* alguns conceitos do marxismo revolucionário: “*Somos favoráveis ao pluralismo no socialismo, onde a organização social e política da sociedade deve abrir espaços para as diferentes expressões sociais se organizarem politicamente ao nível do Estado e das instituições. A nova legalidade estabelecerá os limites da atuação daqueles que se opõem ao socialismo, mas não proibirá que haja oposição legal ao próprio socialismo.*”<sup>95</sup> Também mantinha-se firme na crítica à democracia institucional, ao propor que o PT tomasse como tarefa a luta para “*...transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.*”<sup>96</sup>

A defesa da tomada do poder por vias não institucionais também continuava presente em suas formulações: “*Se a burguesia e seu aparelho não impuserem a violência repressiva contra os trabalhadores e o povo, a via poderá ser menos traumática. Entretanto, quem quer que almeje o poder político para realizar as transformações profundas na sociedade deve se preparar para empregar as táticas de luta que a situação requeira.*”<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> Apud. Idem. p.85

<sup>94</sup> Folha de São Paulo de 29 de dezembro de 1985.

<sup>95</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *Op. Cit.* P. 96

<sup>96</sup> Idem . p. 97

<sup>97</sup> Idem. P. 99

Vale registrar que a Articulação não era um todo homogêneo e que havia uma permanente luta no seu interior, porém as propostas que se referenciavam no marxismo prevaleciam até então.

A Articulação começa a mudar suas formulações a partir da combinação de uma série de fatores nacionais e internacionais. Internamente, a vitória eleitoral do PT, em 88, que o tornou governo em várias prefeituras, inclusive São Paulo, a maior e mais rica cidade do país, o que representou um salto na integração do partido ao regime político que antes combatia e, também, o aumento da burocratização, como vimos anteriormente. Externamente, a ampliação da hegemonia neoliberal e a crise do “socialismo real”, com a conseqüente queda dos regimes do leste-europeu. Tudo isto a levou a uma revisão e questionamento de suas posições anteriores e a uma recusa cada vez maior das premissas marxistas.

O PT, em seus documentos, sempre se colocou como uma alternativa à social-democracia e ao socialismo real. Entretanto, como parte dessas mudanças, Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do PT à época e importante membro da Articulação, defendeu em artigo publicado na revista *Teoria e Debate* que o PT era um partido “pós-comunista” e “pós-social-democrata”, porém afirmava que “a democracia é um fim em si. Se essa tese é social-democrata, então sejamos social-democratas.”<sup>98</sup>

Plínio Arruda Sampaio, outro expoente do grupo, em entrevista ao *Jornal do Brasil* em novembro de 1989, declarava: “Nossa concepção democrática de socialismo é a tomada e a permanência no poder através da disputa eleitoral.”<sup>99</sup>

A revisão de posições se aprofundava e a democracia representativa passou a ser considerada um valor estratégico. José Dirceu, um dos principais dirigentes da Articulação, que mais tarde veio a se tornar presidente do PT, em entrevista concedida a *Teoria e Debate* em 1990 sob o título “O pluralismo é inevitável”, afirmava:

*“Para superar a teoria leninista de Estado (é preciso) ter um Estado democrático(...) No socialismo, a oposição tem o direito de existir. A oposição tem que exercer todos os direitos individuais e coletivos, que devem estar escrito na Constituição. E a ela deve ser garantida até mesmo a liberdade de pregar a volta ao capitalismo (...) É um erro descartar a*

<sup>98</sup> GARCIA, Marco Aurélio. *A social-democracia e o PT*. Teoria e Debate n.12, set/dez de 1990.

<sup>99</sup> Apud. AZEVEDO. *Op. Cit.* P. 102

*democracia representativa (...) É um erro dos socialistas deixar de lado um instrumento fundamental para a legitimidade e para o consenso; o voto numa delegação, numa representação(...). O desenvolvimento de uma sociedade socialista pressupõe negociação. Tem que haver diferenciação e pluralismo.”<sup>100</sup>*

Também na questão da gestão da economia, as mudanças se deram substancialmente. Na plataforma política apresentada pela Articulação ao 5º Encontro Nacional, intitulada “*Por um PT de Massas Democrático e Socialista*”, o grupo analisava a crise da transição conservadora, afirmando: “*O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do estado e da sociedade, tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo*”<sup>101</sup> Anos mais tarde, em um debate interno preparatório do 1º Congresso do PT, realizado em 1991, Luiz Gushiken, outro importante dirigente petista e da Articulação, defendia:

*“ Os textos nossos tem um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação antiimperialista como um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergência – é a questão do imperialismo. Porque qual a idéia de imperialismo que tem o PT? E a empresa estrangeira? Uma coisa concreta. Nós podemos nos relacionar com o capital estrangeiro tal como nós tínhamos formulado, na relação com o imperialismo. Acho que mudou. Mudou. Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se forem perguntar para o Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contra-partida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para*

<sup>100</sup> DIRCEU, José. *O pluralismo é inevitável*. Teoria e Debate n.9, jan/mar de 1990.

<sup>101</sup> *Pt 5º Encontro Nacional. Plataformas apresentadas*. Mimeo, p.6

*justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação do preço, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas, desagregou. E, durante longo tempo, ele era uma referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação antiimperialista como centro.”<sup>102</sup>*

A citação acima demonstra a profundidade do impacto da crise do socialismo real nas formulações da Articulação. E, também, o impacto da hegemonia do neoliberalismo, no âmbito mundial.

Estas mudanças nas formulações teóricas atingiram também outras correntes internas do PT. A Nova Esquerda, que hoje é parte da Democracia Radical, é uma das que passou pelas mais radicais alterações em suas posições. Originária do extinto PRC, nas resoluções de seu 2º Congresso, realizado em 1985, decidiu pela participação exclusiva de seus membros no interior do PT, reconhecendo neste o único partido não integrado à transição burguesa, porém ressaltando que: *“...não alimenta falsas expectativas em relação ao papel estratégico revolucionário do PT. Trata-se de uma organização político-frentista-hegemonizada por posições reformistas, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia revolucionária pode romper. Não esperamos tampouco que o PT venha a se transformar em um partido revolucionário marxista-leninista.”*<sup>103</sup> José Genoíno, um de seus principais dirigentes, em 1986, no texto intitulado *“Nossas exigências na Constituinte”*, afirmava: *“não acreditamos, e a experiência dos trabalhadores já o demonstrou à exaustão, que o socialismo possa germinar no solo árido das instituições do Estado Burguês (...) o socialismo de que somos partidários (...) só poderá ser construído sob os escombros da*

<sup>102</sup> Disgravação de debate preparatório ao 1º Congresso do PT, 1991. Mimeo.

<sup>103</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *Op. Cit.* P. 111

*ordem burguesa. Como não somos adeptos de um certo socialismo legal, civilizado e burguês, está fora de cogitação pretender acabar com o capital e seu Estado pela via constitucional.*”<sup>104</sup>

Em junho de 1988, ainda como membro do PRC, Genoíno, em documento assinado junto com Maurício Faria Pinto, intitulado “*Crítica à proposta de Plínio*”, defendia a candidatura de Luiza Erundina e combatia a candidatura de Plínio Arruda Sampaio, sustentando que “*a proposta Plínio defende a chamada democracia representativa como um valor fundamental, restringindo o democratismo dos trabalhadores aos princípios da ordem burguesa*” e mais adiante ressaltava “*se absolutizarmos o papel legitimador das eleições burguesas, estaremos dando margem, inclusive, a que instituições e governantes anti-populares, como Jânio ou Quéricia, reivindicuem legitimidade para seus atos pelo fato de terem sido eleitos.*”<sup>105</sup>

No ano seguinte, o PRC se dissolveria no PT, dando origem à Nova Esquerda. As mudanças em suas concepções foram radicais. Em 1989, Genoíno, no posfácio do livro “*Pra que PT*” de Gadotti e Pereira, ao analisar a crise do socialismo real, afirmava que “*formulações teóricas do marxismo encontram-se hoje contestadas ou insuficientes para dar conta de determinadas realidades(...) nem tudo que reluz no marxismo é verdadeiro(...) Democracia e ética infelizmente não ocuparam um lugar central nas elaborações teóricas do marxismo. Talvez, residam aí, no não-comparecimento desses valores nos movimentos socialistas, as causas fundamentais de suas crises.*”<sup>106</sup>

Mas é em março de 1990, numa entrevista para o Jornal do Brasil, que Genoíno demonstra toda a revisão conceitual e ideológica da Nova Esquerda, ao analisar a vitória eleitoral de Collor:

*“Acho que a eleição do Collor foi uma vitória conservadora e as armas utilizadas no segundo turno foram aéreas. Mas o processo eleitoral foi legítimo. Nós somos oposição ao governo Collor. Vamos questionar sua administração, mas nunca o processo eleitoral. Se o Lula fosse eleito, nós não aceitaríamos que se questionasse sua vitória. A eleição de Collor foi*

---

<sup>104</sup> Idem. p. 111-112

<sup>105</sup> Idem. p. 113

<sup>106</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. Op. Cit.P. 362

*tão legítima quanto a eleição de Luiza Erundina em São Paulo, em 1988.”*<sup>107</sup>

A Vertente Socialista surge, em 1987, como uma dissidência da Articulação, com o nome a princípio de Poder Popular e Socialista – PPS ou “poposo” como era chamada pela militância interna do PT. Foi uma corrente que, mesmo sofrendo o impacto da crise do Leste Europeu, procurou se ater aos postulados marxistas. Em 1990, ainda sob a denominação de PPS, reivindicava a *“defesa do caráter classista do PT e (a luta) pela sua transformação num partido claramente socialista revolucionário e de massa que combate em cada momento as ilusões do reformismo e da colaboração de classes como a via pacífica e eleitoral ao socialismo”*.<sup>108</sup> No mesmo ano, já com o nome de Vertente Socialista, nas teses que apresenta para o debate preparatório do 7º Encontro Nacional, identifica a crise do socialismo em três dimensões: *“a crise dos modelos do socialismo real, a crise dos fundamentos filosóficos do socialismo científico e a crise das concepções teóricas de Estado, de revolução e de partido do marxismo-leninismo e de outros leninismos.”*<sup>109</sup>

Mesmo sofrendo o impacto da crise do socialismo real, recorreu a Gramsci para fazer uma crítica ao Estado que se constitui numa *“trincheira decisiva das classes dominantes também nas sociedades complexas como a brasileira, sendo alvo inatingível através da disputa institucional (ou legal).”*<sup>110</sup>

Posteriormente, esta corrente veio a se integrar ao movimento de revisões dos conceitos marxistas e grande parte de seus membros se incorporou à Democracia Radical.

Como as correntes analisadas acima eram as correntes majoritárias do PT, a característica de um projeto em disputa se perdia cada vez mais ao longo do tempo. O projeto reformista tornou-se claramente hegemônico no interior do partido. Apesar de os documentos continuarem a criticar a social-democracia, a prática do partido era cada vez mais social-democrata. Contudo, isto não se deu sem resistência e algumas correntes no seu interior continuaram defendendo o marxismo-revolucionário. Com maior ou menor flexibilidade a Força Socialista, e as correntes trotskistas (Democracia Socialista, O Trabalho e Convergência Socialista), além de outras correntes menores, permaneceram

<sup>107</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno. *Op. Cit.* P. 117

<sup>108</sup> Idem. p. 127

<sup>109</sup> Boletim Nacional do PT (Teses para o 7º Encontro Nacional, São Paulo, 31/05 a 03/06/1990), p. 88

<sup>110</sup> Idem. p. 95

defendendo formulações amparadas na teoria do socialismo científico, tais como a denúncia da democracia formal, a defesa da ruptura com a institucionalidade burguesa, a defesa da violência revolucionária e a defesa da ditadura do proletariado.

Em relação à crise do socialismo, as correntes trotskistas, principalmente O Trabalho e a Convergência Socialista, viam-na como uma crise do stalinismo e das burocracias instaladas no Leste Europeu e não do socialismo enquanto modelo alternativo ao capitalismo. Registre-se que estas correntes tradicionalmente criticavam a burocratização dos estados operários, o modelo do partido único e a falta de democracia.

No decorrer da década de 90, várias alterações se verificaram no quadro das correntes internas do PT. Em 1992, a Convergência Socialista foi expulsa do partido, segundo alguns militantes, por suas posturas radicais, segundo a direção do partido, por sua indisciplina, mas, a bem da verdade, as indisciplinas da direita partidária não eram cobradas com o mesmo rigor. Esta corrente, juntamente com outros grupos minoritários que se retiraram do PT, mais o PFS - Partido da Frente Socialista, vieram a formar o PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

A Articulação seguiu sendo a corrente majoritária, mas teve uma dissidência importante que é a Articulação de Esquerda ou Hora da Verdade. A Nova Esquerda, setores majoritários da Vertente Socialista, o PT Vivo e mais alguns dissidentes da Articulação formaram a Democracia Radical que hoje, juntamente com a própria Articulação, formam o bloco hegemônico do partido.

Contudo, nosso objetivo não é o de estudar a nova configuração das correntes internas do PT, mas sim demonstrar como as atuais propostas do partido surgiram e evoluíram no debate interno de forma a se transformar num projeto hegemônico de PT.

No próximo capítulo, procuraremos analisar as transformações nas resoluções oficiais do partido e na sua prática cotidiana, que refletem tais mudanças de projeto, ao mesmo tempo que as explicam.

*CAPÍTULO 3*

**O PARTIDO ROMPE COM A LÓGICA DA DIFERENÇA**

### **CAPÍTULO 3:**

## **O PARTIDO DIFERENTE TEM DIFERENÇAS NO SEU INTERIOR**

### **O EMBATE TEÓRICO-ESTRATÉGICO NO INTERIOR DO PT**

No capítulo anterior, ao analisarmos as mudanças havidas nas formulações conceituais das diversas correntes no interior do partido, tomamos como exemplo as transformações havidas no conceito de democracia. Neste capítulo, procuraremos analisar como estas mudanças foram se incorporando aos documentos oficiais do partido, através da evolução de outros conceitos presentes no debate teórico-estratégico, e como foi se alterando a própria prática do partido, que se transformou, na década de 90, em algo quase oposto ao que ele havia sido na década anterior.

#### **A) O SOCIALISMO PETISTA**

Por ocasião da fundação do PT, como havia impedimentos de ordem legal para a utilização da palavra socialismo nos documentos oficiais do partido, o termo era substituído pela expressão de Marx “sociedade sem explorados nem exploradores”. Entretanto, na Carta de Princípios, lançada no 1º de Maio de 1979, constava: “*O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.*”<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> PEDROSA, Mario. *Op. Cit.* p.61

Em discurso proferido na 1ª Convenção Nacional do partido, realizada em Brasília, no dia 27 de setembro de 1981, ao se referir à questão, Lula afirmou:

*“O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.*

*O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”<sup>112</sup>*

Durante sua fase inicial, parece que era cômodo para o PT não aprofundar qualquer debate de caráter ideológico. Gurgel analisa criticamente esta postura:

*“Por toda sua existência o PT vem convivendo com o que parece ser uma deliberada indefinição de seu conceito de socialismo. No discurso à 1ª Convenção Nacional, Lula, talvez taticamente, talvez por inevitável, abordou esta questão de um modo meio “blasé”. Falando das dúvidas que se formam em torno do caráter do Partido, diz ele que estas dúvidas são dúvidas de quem pretende oferecer prato feito aos trabalhadores e de quem está longe das tarefas concretas.*

*Chega um momento, porém, que esta postura superior deixa de ter sentido e passa a ser um expediente nada transparente. Discutir sobre o tema, tratar as dúvidas, pelo menos cartesianamente, torna-se então uma necessidade. Até*

---

<sup>112</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Op. Cit.* p.72

*porque elas remetem a ação que o eventual governo do PT venha a programar”<sup>113</sup>*

Azevedo, ao analisar os “documentos básicos” e as Resoluções do partido, identifica um embate ideológico entre o leninismo e a social-democracia, que acaba levando a esta indefinição constante:

*“Assim como no tocante à democracia, os “documentos básicos” expõem dois conceitos de socialismo: um, em que é referido sem adjetivos (o socialismo é a sociedade democrática); outro, em que o socialismo precisa ser adjetivado(o socialismo “dos trabalhadores”, oposto ao socialismo “dos tecnocratas”). Surgem, com isso, mais ambigüidades e contradições, e cria-se confusão ao se utilizar tratamentos excludentes (incompatíveis) para um mesmo termo.”<sup>114</sup>*

Esta dinâmica perdurou durante toda a primeira metade da década de 80. Somente por ocasião do 5º Encontro Nacional, realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987 em Brasília, é que o PT resolveu aprofundar a discussão sobre o tema do socialismo. Após um amplo debate, as resoluções do 5º Encontro davam um destaque para o socialismo como um objetivo estratégico do PT:

*“A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia-a-dia e a luta mais geral pelo socialismo.*

*Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar da sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à*

---

<sup>113</sup> GURGEL, Claudio. *Estrelas e e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Papagaio, Rio de Janeiro, 1989, p.121

<sup>114</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Op. Cit.* p.24

*construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.”<sup>115</sup>*

A resolução, extensa, também dava conta da relação entre socialismo e democracia. Os ventos do Leste-europeu sopravam fortes e já havia muitos indícios da crise que, em breve, teria lugar naquele continente:

*“...A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado..  
...Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como um instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.”<sup>116</sup>*

As resoluções do 5º Encontro foram recebidas com entusiasmo pela militância do PT. O partido fortalecia seu conteúdo ideológico e se fortalecia como um instrumento de intervenção na luta de classes.

De 368 delegados presentes ao Encontro, a Articulação obteve 214 votos na discussão da tese-guia. Não podemos perder de vista que o Encontro se deu em pleno ascenso das lutas dos trabalhadores. Segundo dados do Nepp/Unicamp, em 1987 ocorreram 2.188 greves com a participação de 8.588.378 grevistas, números só superados pelo ano de 1989.

---

<sup>115</sup> *Resoluções...Op. Cit. p.316*

<sup>116</sup> *Idem. p.318.*

As lutas empurravam o PT para a esquerda, e o partido seguia firme na sua dinâmica de ruptura com a ordem. No texto de apresentação das resoluções finais do Encontro à militância, o Diretório Nacional não escondia sua euforia:

*“O 5º Encontro Nacional é um marco na história da construção do PT como partido de classe e de massas, democrático e socialista Além de apreciar corretamente a conjuntura política e lançar a candidatura de Lula à presidência da República, aprovou o programa democrático-popular, precisou nosso objetivo estratégico – o socialismo –, sublinhou a necessidade de uma política de alianças, definiu o momento como sendo de acúmulo de forças. E ainda fez mais: fixou novas diretrizes para o trabalho dos petistas nos movimentos sindical e popular, discutiu os grandes temas de nossa organização e aprovou a orientação geral para as campanhas eleitorais de 1988”.*<sup>117</sup>

Este otimismo foi compartilhado por alguns autores. Gadotti e Pereira identificam nas resoluções um fortalecimento do caráter de novidade que representava o PT:

*“No marco da renovada e ampla discussão do seu destino pelas bases, o 5º Encontro Nacional, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, num clima de transparência, recolocou-se no partido a discussão de um novo plano político-organizativo, visando os anos 1988-1989, vistos como definitivos para seu futuro. E, na retomada profunda de suas origens, a posição ideológica da construção do socialismo como o objetivo estratégico prioritário que não pode ser abandonado, o PT mais uma vez chega na frente de outros partidos em relação aos pontos tático-estratégicos que definem sua luta e suas tarefas, assim como a coerência ideológica que o marca como a grande novidade política indesejável, via de regra, pela burguesia nacional.”*<sup>118</sup>

<sup>117</sup> Diretório Nacional. Avaliação do 5º Encontro Nacional, Introdução.

<sup>118</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Op. Cit.* p. 130

Gurgel analisa as resoluções do 5º Encontro como uma resposta ao aumento da cobrança de definições mais claras e à necessidade de uma maior consistência política e orgânica:

*“Estas cobranças tiveram como porta-voz os próprios membros do Partido, como confessa a Resolução do V Encontro Nacional, no capítulo sobre o socialismo. A resposta veio na mesma Resolução, que reafirma o socialismo como objetivo estratégico, redescobre o Estado como instrumento de mudança, recupera propostas de socialização, estatização e coletivização das grandes empresas, dos bancos e das oligopolistas “cooperativas” agroindustriais, chama à centralização partidária, exige do partido que se torne o dirigente das lutas populares, reclama unidade partidária e, por fim, assume o centralismo democrático, sob uma fórmula discreta, porém inconfundível.”<sup>119</sup>*

O entusiasmo do autor vai além. Assevera ele que: *“O V Encontro Nacional parecer ter desequilibrado o jogo interno em favor de um conceito de partido socialista mais próximo do modelo clássico.”<sup>120</sup>* O contraponto a este entusiasmo é feito por Azevedo que, em sua análise sobre as Resoluções do 5º Encontro, reconhece a mesma ambigüidade dos anos anteriores:

*“Sobretudo, há profundas contradições e dúvidas quanto à via petista para a pretendida transformação da sociedade no sentido do socialismo. É particularmente problemática a separação que se estabelece entre os momentos de “tomada do poder” e de “construção do socialismo”, incompatível com a idéia da via democrática ao socialismo.”<sup>121</sup>*

Entretanto, o que Azevedo chama de ambigüidades do pensamento petista, é o que nos assegura que o PT era um projeto em disputa entre os setores reformistas e os revolucionários.

---

<sup>119</sup> GURGEL, Cláudio. *Op. Cit.* p. 126.

<sup>120</sup> Idem. *Ibidem.*

<sup>121</sup> AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Op. Cit.* p. 66.

O 6º Encontro realizou-se de 16 a 18 de junho de 1989, em São Paulo. Refletindo o êxito eleitoral do ano anterior, a polarização do debate não se deu em torno às questões estratégicas, mas sim em torno às táticas eleitorais e ao programa de governo, com vistas à campanha de Lula para a presidência da República. Contudo, ganhava corpo, no interior do partido, o debate sobre o conceito gramsciano de hegemonia, que muitas vezes foi utilizado com uma leitura, a nosso juízo, equivocada, que na verdade encobria uma visão legalista da construção do socialismo. No documento *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo*, foi aprovada a seguinte redação:

*“Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com estes objetivos estamos preparando o partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto”.*<sup>122</sup>

O 7º Encontro realizou-se em meio a uma série de fatos marcantes da conjuntura nacional e internacional. O PT estava recém-saído da derrota eleitoral de Lula, numa campanha em que as chances de vitória estiveram realmente colocadas. Várias administrações de prefeituras petistas encontravam-se num impasse. As lutas dos trabalhadores começavam a arrefecer. Na esfera internacional, o neoliberalismo ia consolidando sua hegemonia e, por outro lado, o chamado “socialismo real” entrava em sua debacle definitiva.

Neste Encontro, a Articulação contou com 56% dos delegados. O debate teórico-programático foi dominado pelas diversas leituras do pensamento gramsciano, notadamente seu conceito de hegemonia, que passou a ser tema obrigatório no ideário petista. Mais uma vez, o “socialismo petista” foi debatido, e a resolução votada refletia o avanço das posições legalistas/institucionalistas, no interior do partido. Diferentemente das

---

<sup>122</sup> *Resoluções... Op. Cit.* p.402.

afirmações categóricas do 5º Encontro, no texto aprovado, podem ser verificadas várias questões em aberto:

*“Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.*

*“Para algumas dessas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de luta. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna”.*<sup>123</sup>

Por ocasião do 1º Congresso, realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo, os elementos conjunturais existentes à época da realização do 7º Encontro estavam todos mais agudizados. O “socialismo real” tinha entrado em colapso no Leste Europeu. O neoliberalismo ampliava a consolidação de sua hegemonia com a América Latina sendo totalmente dominada por esse modelo econômico,

---

<sup>123</sup> Idem. p. 434.

inclusive o Brasil de Collor de Melo. Nas Resoluções, foi aprovado o papel central da disputa de hegemonia.

No que diz respeito ao socialismo, na verdade, este foi o último encontro em que o tema foi debatido com alguma profundidade, sendo retomado somente no último congresso do Partido, realizado em 1999, quando o grande debate que se deu foi sobre a validade ou não do socialismo, numa descaracterização cabal dos pressupostos originais do PT, ainda que ambíguos.

A resolução aprovada sobre o socialismo demonstrava o avanço das posições reformistas no interior do partido. De 1.196 delegados, a Articulação obteve 476 votos, enquanto a Nova Esquerda, que continha posições semelhantes obteve 127 votos. A Resolução negava o socialismo real e a social-democracia, porém elevava, cada vez mais, a democracia representativa a um valor universal e conciliava também com a economia de mercado:

*“É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc. onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder.*

*A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do “socialismo real” (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação do planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na*

*distribuição da riqueza, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais...*

*O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob o controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.”<sup>124</sup>*

Como se vê, ainda permanece nas resoluções partidárias uma certa dose de dubiedade, porém no dilema “reforma ou revolução”, presente em vários momentos da existência do PT, o pólo reformista estava cada vez mais forte.

## **B) POLÍTICA DE ALIANÇAS: “DIGA-ME COM QUEM ANDA E EU LHE DIREI QUEM VOCÊ É”.**

Este é um aspecto através do qual se pode ter uma nítida visão da trajetória petista. O PT nasce com um forte sentimento de independência de classe, negando a prática conciliadora com as classes dominantes da esquerda tradicional.

Em 1981, no 1º Encontro Nacional, realizado nos dias 8 e 9 de agosto, em São Paulo, o partido aprovou o lançamento de candidaturas próprias, em todos os níveis, nas eleições de 1982 e a não-realização de coligações, ainda que afirmasse que esta era uma questão tática e não de princípio.

No 2º Encontro, realizado em 27 e 28 de março, também em São Paulo, o partido referendou esta posição:

*“Assim, o PT não fará coligação. Não por questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais*

---

<sup>124</sup> Idem. p.500

*medidas antidemocráticas impostas, rejeitando incorporação ou fusão com qualquer outro partido.*”<sup>125</sup>

O balanço, exageradamente pessimista do desempenho eleitoral de 1982, lança no partido a necessidade de uma política de alianças, predominando, porém, a posição de lançamento de candidaturas próprias. Para 1985 e 1986, a flexibilização na tática se dá pelo perfil das candidaturas petistas, em sua maioria de classe média, diferentemente de 1982, que tinha um grande número de candidaturas operárias.

Segundo dados colhidos por Rodrigues <sup>126</sup>, na bancada federal eleita pelo PT em 1986, de 16 deputados apenas 2 eram metalúrgicos, sendo os demais 14 profissionais de classe média.

Em 86, no Rio de Janeiro, deu-se de fato a primeira coligação do PT. Em uma Convenção dividida, foi aprovada a candidatura de Fernando Gabeira, do Coletivo Verde. Após o resultado da votação, quase a metade dos convencionais se retiraram. Como os tempos eram outros, a Articulação/RJ assumiu a dianteira da luta contra a descaracterização do caráter classista do partido. Elaborou um documento chamado “*Articulação por um PT classista*” e encaminhou um recurso ao 4º Encontro, realizado em 30 de maio e 1º de junho de 1986, em São Paulo, reivindicando a anulação do resultado:

*“... Nos colocamos contra a candidatura Gabeira porque ela não está identificada com as metas principais do programa do PT.*

*a) Fez campanha para Saturnino (PDT/RJ) e Fernando Henrique (PMDB/SP);*

*b) Apoiou o Colégio Eleitoral e se posicionou a favor da “Nova República”;*

*c) Se posicionou a favor do “pacotão” embora, como candidato, agora, vacila em relação ao assunto;*

*d) Tem se colocado sempre contra a existência de partidos políticos;*

---

<sup>125</sup> Idem. p.131

<sup>126</sup> RODRIGUES, Leoncio Martins. *Op. Cit.* p. 20

*e)Declarou recentemente em entrevista à Folha de São Paulo que, após as eleições, passaria a se dedicar à organização do Partido Verde, caracterizando assim o PT como uma sigla de aluguel..”<sup>127</sup>*

Apesar da contundência dos argumentos o recurso foi indeferido.

O tema das alianças é retomado no 5º Encontro. A resolução votada faz um balanço positivo da aliança com o PV no Rio de Janeiro e procura ampliar a política **de** alianças: e “...Entendemos ser necessário construir nossa própria força eleitoral para eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões”. Mais adiante, faz uma menção explícita ao PDT “...é um partido de oposição à Nova República, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 1988. No entanto, é um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deve ser analisada pontualmente”<sup>128</sup>

É interessante notar que, apesar do esforço para a flexibilização da política de alianças, a questão de classe se fazia presente.

Enfim, nas eleições de 1988, o PT coloca em prática a política de alianças votada no 5º Encontro. Pomar analisa a política votada, sua implementação, ao mesmo tempo que polemiza com as correntes de esquerda contrárias a alianças com setores da burguesia:

*“Desde seu 5º Encontro nacional, em dezembro de 1987, o PT não somente vinha reiterando sua crítica às experiências negativas da esquerda brasileira, ao atrelar os trabalhadores a diferentes setores da burguesia e descambar sua política de alianças para a colaboração de classes, como também empenhava-se para superar o sectarismo e a intolerância, que em nome do sentimento da independência de classe e de oposição ao reformismo, impediam tanto a aplicação de uma política de alianças quanto a discussão mesma do assunto.*

*(...) Foi assim que, em 1988, o PT conseguiu estabelecer coligações com outros partidos de esquerda e progressistas em pelo menos dez capitais: com o PCB em Rio Branco, Fortaleza, Vitória, Porto Alegre e São Paulo;*

<sup>127</sup> Documento da Articulação por um PT classista ao 4º Encontro Nacional do PT. Mimeo.

<sup>128</sup> Resoluções... Op. Cit. p.327 e 344

*com o PC do B em Vitória, Cuiabá, João Pessoa e Natal e São Paulo; com o PSB em Fortaleza, Vitória, Cuiabá, João Pessoa, e Natal; com o PV no Rio Branco, Fortaleza, Vitória e João Pessoa; com o PH em Vitória e Natal; com o PSDB em Vitória; e com o PDT em Goiânia e São Paulo (onde retirou a candidatura a favor da candidata do PT). Em Camboriú (SC), Americana (SP), e Baturité (CE), o PT indicou os vices da chapa, conjunta com o PDT.”<sup>129</sup>*

Como vemos, a relação com o PDT dá um salto de qualidade. E o PSDB também passa a frequentar as listas de possibilidades. No 7º Encontro, o PT aprofunda esta política: *“Nossa política de alianças do 5º e do 6º Encontros nos autorizava a realizar alianças com PSB, PV, PH, PCB e PC do B dentro de determinados critérios e, só em casos excepcionais e particulares, com o PDT, o PSDB e com setores progressistas do PMDB.”<sup>130</sup> No 8º Encontro, realizado de 11 a 13 de junho em Brasília, a essência da política permanece, porém, contraditoriamente, as expectativas no PSDB aumentam: “...Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, **polarizando o máximo** de forças para uma aliança com esse partido, a partir de um programa democrático e popular”.<sup>131</sup>* Causa espécie o fato de que essa discussão tenha se dado há um ano da eleição em que o PSDB lançou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, aliado ao PFL, contra a candidatura de Lula. Só mesmo a participação nas eleições elevada à condição de objetivo estratégico é que poderia permitir tamanho erro de avaliação.

Posteriormente, no 10º e 11º Encontros realizados já após a eleição de Fernando Henrique, não se fala mais do PSDB enquanto partido, mas insiste-se na possibilidade de aliança com setores desse partido, bem como do PMDB, desde que observadas determinadas exigências.

Como afirmamos no início deste tópico, a ampliação da política de alianças por critérios apenas eleitorais deixa bem evidente que a independência de classe é apenas coisa do passado no PT. A flexibilidade e a inexistência de uma política de diferenciação em relação aos demais partidos chega a casos extremos, como o de Volta Redonda nas atuais

<sup>129</sup> POMAR, Vladimir. *Op. Cit.* p.37/38

<sup>130</sup> *Resoluções...* Op. Cit. p.460

<sup>131</sup> *Idem.* p. 569

eleições municipais, onde o PT integra uma coligação eleitoral, encabeçada pelo PSB, formada por 24 partidos incluindo o PFL e os demais partidos da base governista, à exceção do PSDB, que lançou candidatura própria.

### **C) HEGEMONIA: O PT VISITA OS CADERNOS DO CÁRCERE**

Como dissemos anteriormente, o 5º Encontro representou um primeiro grande esforço no sentido de o PT aprofundar suas definições teórico-estratégicas. Nesse momento, pela primeira vez, na Resolução sobre o socialismo, fez-se referência ao conceito de hegemonia. Porém, é no 7º Encontro que a discussão sobre este e outros conceitos de Gramsci, como guerra de movimento e guerra de posição, tornam-se o centro do debate.

Na discussão sobre hegemonia, estava embutido, mais uma vez, o debate entre reforma ou revolução, leninismo ou social-democracia, partido como instrumento de luta ou partido institucional, política eleitoral como tática ou estratégica.

Este debate é que dá o arcabouço teórico para as transformações que o partido iria sofrer ao longo da década de 90. Não é por outro motivo que ele se dá com esta ênfase, exatamente após os triunfos eleitorais de 1988, que para nós representam um marco na inflexão da política do PT, dentre outras coisas como subproduto do processo de burocratização, que é a nossa hipótese.

Uma vez que vemos este debate como determinante para os rumos do PT, procuraremos mostrar as posições de algumas das principais tendências internas do partido, utilizando como fonte o Caderno de Teses do 7º Encontro Nacional. A Articulação, corrente majoritária, e portanto decisiva na formulação do partido, apesar de falar em “rupturas revolucionárias”, utiliza-se de Gramsci para privilegiar a visão de “conquistas de posições no aparato burguês”:

*A disputa de hegemonia na sociedade é parte da estratégia de transformação revolucionária dessa sociedade – já que entendemos que o poder político não apenas se toma, mas também se constrói: no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola, no campo.*

*Esse poder popular que se constrói no ventre da sociedade capitalista, organizando, mobilizando e educando a população, equivale a uma prolongada conquista de posições novas, que restringem gradualmente o campo da hegemonia burguesa, ampliam a influência socialista sobre as massas exploradas e aproximam as condições para rupturas revolucionárias.”<sup>132</sup>*

Mais adiante, o documento se apressa em esclarecer o conceito de rupturas revolucionárias: *“Antes de mais nada, entendemos a ruptura revolucionária não apenas como um momento, mas como um processo. Isto significa dizer que os episódios como as greves do ABC em 78/80, o nascimento do PT, a construção da CUT, a vitória eleitoral de 88 e a campanha presidencial de 89 e muitos outros, no quais a correlação de forças foi alterada em favor dos trabalhadores, são por nós também considerados, nesse sentido, como rupturas revolucionárias”<sup>133</sup>* Ao diluir o conceito de rupturas revolucionárias em um processo evolutivo, polemiza com os defensores do marxismo revolucionário que vêem a ruptura revolucionária como um momento insurrecional, um momento superior na luta de classes que pode definir todo o curso seguinte da história de um país e o próprio destino da revolução ou da contra-revolução.

Coincidentemente, a Articulação toma quase que os mesmos elementos utilizados por nós, à exceção do boicote ao Colégio Eleitoral, para dar suporte a sua posição. Porém, para nós todos os exemplos citados representaram vitórias incontestáveis dos trabalhadores e rupturas em relação a aspectos específicos da dominação burguesa, mas jamais rupturas revolucionárias.

Já a Democracia Socialista exercita uma formulação que funde os conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento”:

*“Procura superar o falso dilema entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”: adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma “guerra de movimento prolongada”, onde a ocupação de posições está desde o início subordinada à estratégia de confrontação.*

---

<sup>132</sup> Boletim Nacional do PT (Teses para o 7º Encontro Nacional, São Paulo, 31/05 a 03/06/1990). P.9.

<sup>133</sup> Idem. p.10

*Na hipótese estratégica que estamos discutindo, a acumulação de forças na institucionalidade burguesa integra o processo de construção de hegemonia, de alteração na correlação de forças entre as classes sociais e de isolamento do poder do grande capital.”<sup>134</sup>*

A Força Socialista não fez grandes elaborações, mas, também, não quis ficar de fora do debate:

*“Porém, não é somente no movimento de massas e na luta reivindicatória que a conjuntura está a exigir respostas novas dos trabalhadores. À medida que avançamos, que ocupamos nossa participação na sociedade civil, constituímos-nos enquanto atores **que** de fato disputam a hegemonia da sociedade com as classes dominantes.”<sup>135</sup>*

O Movimento Por Uma Tendência Marxista vê, na exaltação da “guerra de posição”, a justificativa para uma prática reformista, com linguagem revolucionária:

*“...a história já refutou à exaustão as quimeras reformistas, os petistas não têm motivo algum para duvidar da imprescindibilidade da “guerra de movimento” na acepção gramsciana, sem a qual a hegemonia constituída não poderia ser mantida...*

*Coisa semelhante se dará com “guerra de movimento”, que não poderá prescindir do desenvolvimento concomitante das disputas ideológicas, culturais e morais, e de uma direção política. Caso contrário descambaria para o militarismo, perdendo respaldo e a participação das massas. A absolutização de cada um desses elementos estratégicos alimenta o movimento pendular da esquerda brasileira, com sua tradicional oscilação do reformismo ao blanquismo, do legalismo ao clandestinismo, e vice-versa.”<sup>136</sup>*

---

<sup>134</sup> Idem, p.34.

<sup>135</sup> Idem, p.44.

<sup>136</sup> Idem, p.56.

A Nova Esquerda é a corrente que vai mais longe no sentido de absolutizar a “guerra de posição”, ainda que na sua formulação afirme que ela tem de estar articulada com a “guerra de movimento”. Na verdade, afirma que a “guerra de posição” deverá ser o traço característico por um longo período da luta em busca de uma alternativa socialista:

*“A estratégia revolucionária socialista no Brasil deverá articular basicamente dois grandes momentos: um momento (fundamentalmente) de luta pela hegemonia na sociedade e outro (fundamentalmente) de preparação e exercício da força revolucionária. O primeiro, de acúmulo estratégico de forças, de concentração crescente de hegemonia; o segundo, de confronto aberto com o Estado visando completar a capacitação para a ruptura estratégica e realizar a própria ruptura estratégica. O primeiro, (fundamentalmente) de luta política, ideológica, cultural e moral; o segundo (fundamentalmente) de mobilização geral de massa e ataques ao Estado; o primeiro, de aproximação e acercamento às fortalezas do Estado, através das trincheiras e casamatas da sociedade civil; o segundo, de choque frontal com as trincheiras do Estado.*

*Daí porque a guerra de posição (luta pela hegemonia) deverá ser o traço característico, por um período provavelmente longo, da luta por uma alternativa socialista.”<sup>137</sup>*

A Vertente Socialista procura articular os dois conceitos em sua formulação, mas enfatiza que, só através da “guerra de movimento”, pode se dar o processo de elevação do nível de consciência das classes dominadas:

*“Se tomamos como objetivo da revolução social a conquista da supremacia ( entendida esta como aquisição da capacidade de coerção – poder político e, também, de direção da sociedade civil – hegemonia ideológica ) o motivo fundamental pelo qual guerra de posição desarticulada de guerra de movimento não leva à revolução é o seguinte: só na guerra de movimento podem emergir os elementos ideológicos de libertação das classes*

---

<sup>137</sup> Idem, p.66.

*dominadas em estado de concentração suficiente para servir de matéria-prima para a elaboração de uma visão de mundo capaz de se opor à visão dominante, isto é, para a constituição de uma ideologia revolucionária, sem a qual é impossível disputar hegemonia em um sentido revolucionária.*

*Em outras palavras: guerra de posição sem guerra de movimento leva as classes subalternas a se integrarem passo a passo na sociedade burguesa, a não romperem com os marcos da concepção de mundo da burguesia. Pois a ideologia que, neste caso, informará suas práticas de classe será, predominantemente, a ideologia burguesa dominante e não uma outra ideologia que a esta se oponha.”<sup>138</sup>*

Observa-se, portanto, que o debate foi extenso, porém contraditoriamente ele não se refletiu nas Resoluções do Encontro. Entendemos que isto se deu pelo fato de que o partido acabava de sair do embate eleitoral com Collor, que foi o último momento em que prevaleceu a lógica da ruptura no seu interior. Portanto, aquele era um momento de transição: o debate já prenunciava o futuro, mas o passado recente ainda estava presente nas tradições petistas, o que impediu a prevalência de imediato de teses com conteúdo marcadamente reformista.

Somente no 1º Congresso, a luta pela hegemonia foi levada a uma condição de principalidade nas Resoluções do PT:

*“Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.*

*A segunda lição que devemos aprender nos últimos anos é a necessidade de, na disputa pela hegemonia, apresentar propostas políticas que levem o movimento sindical e popular a travar a luta e a mobilização*

---

<sup>138</sup> Idem, p.96

*sem ficar restrito à luta corporativa, estrangulada pela recessão e pelo desemprego.*”<sup>139</sup>

Este é o início de uma extensa resolução que fornece as bases teóricas para a atuação do PT ao longo dos anos 90.

Retornando a Perry Anderson, em sua exaustiva análise de Gramsci, após constatar as duras condições em que ele elaborou os seus Cadernos – vivendo um brutal isolamento, sob uma férrea censura do fascismo –, afirma ter este se perdido no labirinto de seus Cadernos e, contra sua própria intenção e de seus trabalhos, ter permitido que se tirem conclusões que se afastam do socialismo revolucionário. Quanto à guerra de posição, Anderson analisa que, se não estiver associada ao papel determinante da guerra de movimento, mesmo no Ocidente, gera “*um impasse. Em última análise, a função desta idéia no pensamento de Gramsci parece ter sido aquela de uma espécie de metáfora moral: ela representou um tipo de ajustamento estóico à perda de toda esperança imediata de uma vitória no Ocidente*”.<sup>140</sup>

Se a leitura de Anderson não é consensual, parece-nos apropriada para descrever o que se passou no PT. Vários seguidores de Gramsci, principalmente a Articulação, atravessaram a porta divisória entre reforma e revolução. Pois, uma vez que o poder da burguesia no Ocidente seria principalmente atribuído à hegemonia cultural, a conquista desta hegemonia significaria a efetiva assunção pela classe operária da “*direção da sociedade*”, sem a tomada efetiva do poder, a destruição do Estado burguês e a transformação da máquina estatal, mas tão-somente através de uma transição pacífica para o socialismo: em outras palavras, a idéia típica do reformismo clássico.

#### **D) LUTA ANTIIMPERIALISTA: SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA É ABANDONADA.**

Outro aspecto importante a ser analisado é a relação do partido com a ordem econômica internacional em face das características de dependência da economia nacional. Procurarei demonstrar essa situação, fazendo uma retrospectiva das posições do PT sobre

---

<sup>139</sup> *Resolução... Op. Cit.* p.505

<sup>140</sup> ANDERSON, Perry. *Op. Cit.* p.114/115

algumas questões nevrálgicas no enfrentamento do neoliberalismo. Tomarei principalmente as resoluções sobre dívida externa e o sistema financeiro, questões que estão interligadas.

No que concerne à dívida externa, por seu forte caráter ideológico e até mesmo pela situação calamitosa em que vive o país, as mudanças não são tão explícitas, porém elas se tornam evidentes, quanto ao sistema financeiro.

Na plataforma política do Movimento Pró-PT de 1979, não se fazia menção explícita à questão da dívida externa, mas no item 3, denominado "Questão nacional", constava as seguintes consignas dentre outras:

- “. Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- . Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- . Estatização das grandes empresas e bancos;
- . Política externa independente.”<sup>141</sup>

Em 1980, no programa de fundação, apesar de bastante genérico pelo fato já mencionado de ter que ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral, em plena vigência da ditadura militar, no item V, "Independência nacional", constava:

- “. Contra a dominação imperialista;
- . Política externa independente;
- . Combate à espoliação do capital internacional;
- . Respeito à autodeterminação dos povos;
- . Solidariedade aos povos oprimidos.”<sup>142</sup>

Já no II Encontro Nacional, realizado em 1982, o PT se preparava para as suas primeiras eleições e no item 8 da plataforma política eleitoral abordava essas questões de uma maneira contundente:

---

<sup>141</sup> Resoluções... Op. Cit. p.59/60.

<sup>142</sup> Idem. p.73

*“Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos da dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população, e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.*

*O país não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.”<sup>143</sup>*

No III Encontro, realizado em abril de 1984, foram aprovadas indicativamente as teses para a atuação do PT, cujo texto final foi aprovado pelo Diretório Nacional. Nelas constavam, no item 7, *“Conquistar os governos para atender aos interesses dos trabalhadores”*:

*“Essas mudanças nas relações de trabalho deverão estar contidas num novo tipo de política econômica, em que se garantam a independência do Brasil em relação ao FMI e às multinacionais, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a estatização dos Bancos; enfim, uma economia voltada para os interesses da maioria da população.”<sup>144</sup>*

---

<sup>143</sup> Idem. p.124

<sup>144</sup> Idem. p.150

Em 1985, realiza-se um Encontro Nacional Extraordinário. No item sobre a política do PT, omite-se a questão do sistema financeiro, porém ratifica-se a questão da dívida externa:

*“Para combater a recessão, a inflação, o desemprego, a concentração de renda, e para retomar o crescimento econômico sobre novas bases, o PT propõe o rompimento dos acordos com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa e uma reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores”<sup>145</sup>*

No IV Encontro, realizado em 1986, o PT aprovou seu “*Plano de Ação Política e Organizativa do PT*” para o período 86, 87 e 88”. No item “*Contra o arrocho salarial*”, na pauta de reivindicações consta:

*“. Estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;  
. Suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI.”<sup>146</sup>*

E repete no item “*Projeto Alternativo Global*”:

*“. Suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;  
. Estatização do sistema bancário e financeiro.”<sup>147</sup>*

No V Encontro Nacional do PT, é aprovado no “*O Programa Democrático-Popular*”, o seguinte:

*“. Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa.  
. Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimento em áreas sociais;*

---

<sup>145</sup> Idem. p.189

<sup>146</sup> Idem. p.273

<sup>147</sup> Idem. p.275

*. Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial.”<sup>148</sup>*

No VI Encontro Nacional, realizado em 1989, a grande discussão era a campanha eleitoral do final do ano. São aprovadas as bases do PAG (Plano de Ação do Governo). Em relação à dívida externa, o partido manteve sua posição, iniciando, porém, o processo de flexibilização quanto ao sistema financeiro que era tratado no item 3:

*“O gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial, o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuamente, sem atender a sua função básica de financiar a atividade produtiva e o investimento. Para isso, o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização.”<sup>149</sup>*

A dívida era tratada no item 4:

*“O PT considera que a dívida externa do Brasil além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis, em grande parte, pela miséria dos povos do Brasil e do continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente contra o pagamento da dívida externa. O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação de legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para a adoção de uma estratégia comum de ação.”<sup>150</sup>*

---

<sup>148</sup> Idem. p.309-310

<sup>149</sup> Idem. p.412

<sup>150</sup> Idem. p.412

No I Congresso Nacional do PT, no texto aprovado sobre as eleições de 1994, dilui-se a questão da suspensão do pagamento da dívida externa e no item 15 da Resolução de Conjuntura, omite-se a estatização do sistema financeiro, que é substituída por uma mera reforma financeira, formulação esta que permanecerá ao longo da década de 90. Pela primeira vez, o partido se refere apenas ao não pagamento dos serviços da dívida externa:

*“ . Reforma financeira e monetária combatendo duramente a especulação e a sonegação;  
 . Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos. ”<sup>151</sup>*

Em 1993, realiza-se o VIII Encontro Nacional do PT. Nele são aprovadas propostas a serem implementadas por um governo democrático-popular. Mais uma vez se fala genericamente na questão da dívida externa, em seu item 6 :

*“Deverá ser dada atenção especial à questão do financiamento do programa democrático-popular. Várias medidas propostas contribuem para isso: suspensão do pagamento da dívida externa; adoção de reforma tributária que atinja as maiores fortunas; ampliação do controle do Estado sob o capital financeiro e o comércio exterior, necessária para o combate à fuga de capitais e à sonegação; renegociação e alongamento da dívida interna...”<sup>152</sup>*

E no item 8, repete-se a formulação de reformas no sistema financeiro:

*“Paralelamente, a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema*

---

<sup>151</sup> Idem. p.541

<sup>152</sup> Idem. p.552

*financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no país.”<sup>153</sup>*

No X Encontro, realizado em 1995, no documento aprovado sobre conjuntura nacional, a reforma do sistema financeiro é abordada de maneira ainda mais diluída e pela primeira vez altera-se a ênfase na questão da suspensão do pagamento da dívida externa, subordinando-a a realização de uma renegociação da dívida externa e a uma auditoria :

*“ . Reforma do sistema financeiro que garanta a redução efetiva da taxa básica de juros cobrados em operações com títulos públicos de curto prazo processando-se um progressivo alongamento do perfil de vencimento dos títulos da dívida interna.*

*. Renegociação da dívida externa do país e auditoria da dívida sem as quais não haverá outra alternativa que não seja suspensão unilateral do pagamento da dívida externa. Devemos lutar também por uma articulação internacional de propostas que assegurem o controle público sobre a mobilidade do capital financeiro internacional, que hoje desestabiliza os países e estimula a especulação financeira em caráter global.”<sup>154</sup>*

Constatamos que, à medida que a dívida aumenta vertiginosamente, e com ela a dependência do país, diminui na mesma proporção a capacidade de o PT fazer frente a essa realidade com uma resposta de ruptura. No XI Encontro Nacional, o partido simplesmente não assumiu a suspensão do pagamento da dívida externa, colocando-a apenas como um debate na ordem do dia. Omitiu-se também em relação ao combate ao sistema financeiro. No ponto VII, consta apenas:

*“ . Desmontar a armadilha da âncora cambial - juros altos - é nossa primeira tarefa. O país precisa reduzir suas taxas de juros e constituir novos mecanismos de financiamento da produção. Isto só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, mesmo porque a manutenção*

---

<sup>153</sup> Idem. p.553

<sup>154</sup> Idem. p.620-621

*desta política cambial significa expor o país a uma situação de elevado risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a própria estabilidade monetária, impondo uma profunda recessão à economia brasileira.*

*. A um novo governo caberá definir uma política de transição, que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população. Será decisivo o alongamento do perfil da dívida interna e a redução das taxas de juros, para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Será preciso reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou toda a década de 80. A manutenção desta estratégia econômica tende a conduzir o país a uma nova crise cambial, que recolocará a histórica questão da suspensão do pagamento da dívida externa.”<sup>155</sup>*

Em pouco mais de uma década, o PT abandonou as bandeiras de não pagamento da dívida e de estatização do sistema financeiro, trocando-as por um economês que, traduzido, significa: impor limites (mesmo que tênues) ao sistema financeiro privado, de forma a estimular a produção (capitalista), através da queda da taxa de juros e do menor comprometimento do Estado (não do fim) com o pagamento da dívida.

## **E) O SUJEITO POLÍTICO DO PT E A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE – A DILUIÇÃO DO PAPEL DO OPERARIADO.**

Indubitavelmente, a discussão sobre o sujeito político e a independência de classe é uma questão central para se avaliar a mudanças no PT. Ele surge como um partido de trabalhadores, cuja essência traz no próprio nome, compreendendo trabalhadores de uma maneira ampla, contemplando nesta categoria todos os assalariados, porém identificando no operariado a vanguarda destes trabalhadores.

---

<sup>155</sup> Idem. p.657-658

Em sua Carta de Princípios<sup>156</sup>, divulgada num Dia Internacional do Trabalhador, o caráter classista do partido é revelado na frase que inicia o documento: "*A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.*". Esta postura é reforçada no parágrafo seguinte, onde se afirma que "*numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e os oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.*".

Quatro parágrafos adiante, o sujeito político do partido é definido: "*O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores - bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. - que lutam por vida, por efetivas liberdades, melhores condições democráticas, e por participação política.*".

Fica evidente a influência das concepções marxistas-leninistas presentes na fundação do partido, e o rechaço a uma política de colaboração de classes até então implementada no país pela esquerda reformista. Neste sentido, o documento proclama que "*o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras*", ou, de forma ainda mais explícita, que "*O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!*".

No Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT, em fevereiro de 1980, o conteúdo de independência de classe está presente:

*“O partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e o partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo . Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados”<sup>157</sup>*

Na introdução do Programa, aprovado em junho de 1980, reafirmava-se a independência de classe; "*Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a*

<sup>156</sup> Carta de Princípios. In.: PEDROSA, Mario. *Op. Cit.* P.51

<sup>157</sup> Resoluções... *Op. Cit.* p. 65

*necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós para travar nossas lutas”<sup>158</sup>. Mais abaixo, especifica-se que trabalhadores são esses e qual o sujeito político que o partido visava representar:*

*"No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de **todos os trabalhadores**, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, **desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados**, artistas, jornalistas, **trabalhadores autônomos rurais e urbanos**, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, **são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa**"<sup>159</sup>.*

No 1º Encontro Nacional, esta questão se fez presente no discurso de Lula, ao rebater a crítica de que o PT era um partido estreito:

*“No início, diziam que éramos um partido de trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o partido estava apenas nascendo, como é que estes eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.*

*Tínhamos consciência de que, independentemente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando a sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem*

---

<sup>158</sup> Idem. p. 68

*os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores. Estudantes etc.”<sup>160</sup>*

A discussão do 2º Encontro centrou-se na preparação da campanha eleitoral de 1982, e na Carta Eleitoral aprovada, no item 2 do tópico *AS ELEIÇÕES E OS OBJETIVOS DE NOSSO PARTIDO*, constava: “*Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores*”<sup>161</sup>.

O 3º Encontro se realizou em meio às mobilizações pelas Diretas-já, nas quais o PT teve um destacado papel. Sua grande preocupação foi a questão organizativa interna, uma vez que o partido via o seu peso aumentar no cenário político nacional, mas avaliava não estar preparado para isso. Sobre a discussão do sujeito político, o partido reafirmava-se como instrumento dos trabalhadores e dos setores dominados, sem fazer uma grande análise de que setores dominados seriam esses.

Em 1985, o PT realizou um encontro Nacional Extraordinário em que a independência de classe foi a base para a sua principal resolução: boicotar o Colégio Eleitoral! No balanço sobre a atuação do partido na campanha pelas diretas, afirmava: “*É preciso destacar que o PT era a única força capaz de pôr em prática uma política independente dos trabalhadores, através da criação de um pólo alternativo que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das Diretas até as últimas conseqüências*”<sup>162</sup>. E, ao analisar a recusa dos setores progressistas do PMDB, do PCB, do Pcdob e MR-8 de constituírem este pólo, criticava: “*Ao se submeterem à hegemonia*

---

<sup>159</sup> Idem. p. 71

<sup>160</sup> Idem. p. 106

<sup>161</sup> Idem. p. 130

<sup>162</sup> Idem. p. 179

*liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora*”<sup>163</sup>.

Ao avaliar a pressão sofrida pelo partido para participar do Colégio Eleitoral, identificava: *“Vitoriosa graças ao grande bloco de forças que aglutinou, a Aliança Democrática buscou arrastar para o Colégio Eleitoral o único partido que se mantém independente: o PT. Não se tratou, para ela, de precisar dos votos do PT, dada a sua evidente maioria entre os delegados, mas de conquistar nosso apoio político, social e ideológico para o projeto de transição das classes dominantes e para o pacto social que pretende legitimá-lo e consolidá-lo*”<sup>164</sup>.

No 4º Encontro, a construção do partido como um instrumento de independência de classes se mantém: *“O objetivo do PT é firmar-se como a grande alternativa de oposição à transição conservadora e desenvolver a independência política dos trabalhadores em relação às classes dominantes, seus partidos políticos e candidatos*”<sup>165</sup>. Em relação à questão do sujeito político no Plano de Ação Política e Organizativa aprovado para o período 86/88, consta uma análise aprofundada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do estágio à época da formação das classes sociais, onde, por um lado, constatava-se *“a existência de uma poderosa classe burguesa, originária dos antigos senhores de terra da época imperial e que foi, gradativamente, incorporando e integrando setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964) etc.*”<sup>166</sup>, e, por outro, as classes trabalhadoras *“constituídas de três grandes setores: a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca das demais – a classe operária) e os assalariados do campo*”<sup>167</sup>. Mais adiante, no tópico intitulado *O caminho para o socialismo*, estabelecia que *“a conscientização, a organização e a acumulação de forças da classe trabalhadora passa, necessariamente, por um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum, em que sejam levados em conta tanto os objetivos finais – a construção do socialismo –*

---

<sup>163</sup> Idem. p. 180

<sup>164</sup> Idem. p. 184

<sup>165</sup> Idem. p. 228

<sup>166</sup> Idem. p. 247

quanto as peculiaridades e os conflitos que hoje distinguem, e às vezes separam, aqueles setores e frações”<sup>168</sup>. Sobre a independência de classe, alertava que “é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”<sup>169</sup> e que “as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo”<sup>170</sup>.

No 5º Encontro, como já foi dito anteriormente, realizou-se um rico debate. Pela primeira vez, aprofundou-se a discussão sobre o caráter do socialismo petista. Em relação às classes sociais, o partido analisou as transformações havidas no desenvolvimento do capitalismo de maneira mais extensa que no Encontro anterior:

*“Esse modelo de expansão produziu uma massa de assalariados heterogênea, integrada por um setor operário industrial e agrícola relativamente numeroso e concentrado, por um extenso e numeroso setor ligado às áreas de serviços, comércio e sistema financeiro; por novos segmentos assalariados, empregados públicos e privados, alguns muito qualificados e com rendimentos consideráveis; bem como por um contingente de trabalhadores sujeitos ao desemprego e ao subemprego estruturais na cidade e no campo. Paralelamente, a expansão capitalista no Brasil deu origem a um vasto setor de pequenos proprietários e produtores que são ao mesmo tempo proprietários de meios de produção e trabalhadores. Normalmente designados pelos nomes de pequena burguesia ou de setores médios; este setor possui grande importância política e social, incluindo o pequeno produtor agrícola, o trabalhador autônomo, o pequeno proprietário urbano, o profissional liberal qualificado, etc.*

*Finalmente, a burguesia, grande beneficiária do crescimento econômico, fortaleceu-se nas últimas décadas. Isso se deu em particular com seu setor monopolista, vinculado à indústria de exportação e ao capital financeiro. Ao aumento de poder econômico e da consistência da burguesia*

---

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Idem. p. 252

<sup>169</sup> Idem. p. 253

<sup>170</sup> Idem. p. 253

*como classe correspondeu o avanço de sua organização e a expansão de seus mecanismos de controle ideológico e político da sociedade.”*<sup>171</sup>

No tópico referente às alianças, reafirmava-se que “*para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia*” e, mais adiante, retomava-se, na especificação do sujeito político, a formulação leninista da Carta de Princípios, aprofundando-a:

***“O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado para dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos como a camada semi-proletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e consumo, que tem características explosivas de manifestação precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários.”***<sup>172</sup>

O centro da discussão do 6º Encontro foi o lançamento da candidatura de Lula à presidência da República. Voltado para a viabilização do projeto eleitoral petista, no item *A proposta Socialista do PT*, o partido afirmava: “*O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores*”<sup>173</sup>. Seguindo a resolução, no item *A quem Serve o Governo Democrático e popular do PT*, sustentava que “*Um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade*”, e que os adversários principais desse governo eram “*os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados associados à burocracia civil e*

---

<sup>171</sup> Idem. p. 319

<sup>172</sup> Idem. p. 325

<sup>173</sup> Idem. p. 384

*militar que controlam o estado brasileiro*"<sup>174</sup>. Percebe-se que o grande objetivo foi o de ampliar as bases para a aliança da candidatura Lula e que não se mencionava qual setor dos trabalhadores seria o sujeito político.

O 7º Encontro representou um momento de profundas reflexões sobre as formulações petistas. Realizado sobre o impacto da derrota eleitoral de Lula, as dificuldades apresentadas pelas gestões municipais petistas, a crise do socialismo real e o crescimento da hegemonia neoliberal em escala planetária., no que concerne aos sujeitos sociais e políticos, no capítulo *O Socialismo Petista*, ele reafirmava genericamente que “ 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os **trabalhadores** precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado”<sup>175</sup>. Mais uma vez não se especifica qual setor dos trabalhadores seria o mais importante ou a direção do processo.

No capítulo *Construção Partidária*, o item que se referia às mudanças ocorridas no quadro político nacional e internacional já sinalizava para as modificações futuras nas posições do partido, afirmando que:

*"As alterações na estrutura sócio-econômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (...) obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira.”*<sup>176</sup>

No tópico *Diretrizes para a Reorganização Partidária*, a resolução explicita onde o partido deve estar presente: *"Um Partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa a presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade, junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, enfim, junto ao arco dos setores em*

---

<sup>174</sup> Idem. p. 398

<sup>175</sup> Idem. p. 434

<sup>176</sup> Idem. p. 436

*luta por sua emancipação*<sup>177</sup>. Porém, uma vez mais, não se estabelece qualquer tipo de hierarquia.

Mas é no I Congresso do PT que as mudanças nas formulações políticas dão um salto de qualidade. No capítulo intitulado *Socialismo*, no item *Aumentam as Desigualdades*, é feita uma análise sobre a nova situação internacional em que pela primeira vez o partido faz referência à chamada Terceira Revolução Industrial e a suas implicações no processo produtivo:

*"Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Esse novo sistema de produção da riqueza mundial apóia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui progressivamente operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para 'desmaterializar' a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas."*<sup>178</sup>

E a resolução prossegue mais abaixo se referindo à perda de peso da classe operária: *"No processo de trabalho, a mão-de-obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional (...). Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista **desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria**, investe sobre as conquistas sociais e **fragmenta a classe trabalhadora**, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo **novos paradigmas para a luta sindical e política**"*<sup>179</sup>.

Em relação aos sujeitos sociais e políticos, o documento se refere várias vezes aos trabalhadores ou à classe trabalhadora, porém sem especificar os segmentos sociais que a integram e nem qual seria seu centro político.

Outra alteração importante é que a partir daí o partido praticamente abandona o conceito "luta de classes" e passa a utilizar "luta de massas", o que dilui o seu caráter de classe.

---

<sup>177</sup> Idem. p. 440

<sup>178</sup> Idem. p. 484

<sup>179</sup> Ibidem.

Nos demais encontros realizados ao longo da década de 90, a prioridade nas discussões sempre foi a preparação das eleições seguintes. As discussões sobre o projeto de socialismo e sobre os sujeitos sociais e políticos se deram sempre de maneira superficial e, às vezes, nem aconteceram.

Desde seus documentos originais, o PT sempre utilizou uma definição ampliada de classe trabalhadora ( assalariados e despossuídos), porém buscava manter-se fiel ao princípio leninista da centralidade operária na transformação socialista.

A perda deste referencial teórico ancorou-se não na adesão explícita ao reformismo, mas num referendo às teses do fim da centralidade do trabalho na sociedade “pós-moderna”/contemporânea, para justificar a revisão dos princípios partidários.

Sobre esta questão, traz luz ao debate a posição de Antunes:

*“Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora ainda mais diferenciada, entre qualificados/desqualificados, mercado formal/mercado informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.*

*Ao contrário, entretanto, daqueles que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual {refere-se a Habermas, Gorz e Offe}, o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI é um soldar os laços de pertencimento de classe entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho”<sup>180</sup>*

Rui Braga, em artigo para a revista *Outubro* do Instituto de Estudos Socialistas, com o qual concordamos, polemiza com as posições de Tarso Genro, grande expoente das novas formulações petistas, identificando que: “ *as teses sobre a crise do trabalho negam, conseqüentemente, o papel decisivo das lutas ideológicas e políticas de classes, bem como a necessidade de um partido revolucionário que dirija tais lutas*”<sup>181</sup> e, mais adiante, sustenta que:

<sup>180</sup> ANTUNES, Ricardo. *OS SENTIDOS DO TRABALHO. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo, São Paulo, 1999. P. 191/192

<sup>181</sup> BRAGA, Ruy. *Velhas ideologias para a “nova esquerda”*. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. In: *Outubro* nº 2, São Paulo, 1998. P.44

*“Contrariamente aos proponentes do debate atual, o marxismo revolucionário afirma que o processo histórico é determinado, em última instância, pelas contradições sociais de caráter classista, mesmo que mediadas pela ação de partidos, Estados, aparelhos hegemônicos ou estruturas transnacionais de poder. Tais contradições têm por base material não uma simples alteração nos instrumentos de produção, mesmo que essa seja apresentada como uma “revolução tecnológica”, mas as contradições da base econômica (a unidade complexa das relações de produção e das forças produtivas) e desenvolvem-se através das formas ideológicas as quais essas contradições dão nascimento.”<sup>182</sup>*

---

<sup>182</sup> Idem. p. 44/45

## CONCLUSÃO

### A LÓGICA DA DIFERENÇA É SUBSTITUÍDA PELA LÓGICA SOCIAL-DEMOCRATA.

Nesta dissertação procuramos :

- No capítulo 1, caracterizar o PT como um partido originariamente marcado pela ruptura com a ordem estabelecida, no sentido de ser um projeto de independência de classe e de oposição radical ao regime institucional. Tomamos como base para dar sustentação a esta afirmação a trajetória do partido na década de 80, apoiando-nos em alguns episódios centrais.
- No capítulo 2, partindo dos êxitos eleitorais, demonstrar a mudança do perfil social dos militantes petistas, o processo de burocratização do partido, a dependência material do Estado, tanto dos militantes quanto das correntes internas e, portanto, do próprio partido, e a consolidação de um projeto reformista no seu interior.
- No capítulo 3, por último, mostrar a sua adaptação à ordem institucional burguesa, a evolução do debate teórico-estratégico até a prevalência de posições reformistas e um abandono teórico e prático das premissas originais.

Como não podia deixar de ser, à medida que o PT vai alterando suas formulações, vai alterando simultaneamente a sua prática. É o caso da afirmação do “sindicato classista e de luta” dos anos 80, decisivo para a formação da CUT e do PT, como podemos ver nesta resolução sobre estrutura sindical aprovada no I Congresso Nacional da CUT: *“Sindicalismo classista: dentro da realidade do conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores.”*<sup>183</sup> Tal linha foi reafirmada em 88, na tese aprovada pelo III Congresso da CUT:

*“Combater o sindicalismo reformista e de colaboração de classes. O sindicalismo classista se opõe às concepções sindicais que se*

---

<sup>183</sup> Texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, 1983. p. 4

*desenvolveram no final do século passado, nos países centrais do capitalismo, que propunham a adaptação da classe trabalhadora às democracias parlamentares. Isto significa que combatemos o sindicalismo reformista e conciliador de interesses antagônicos, que procura enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista.”<sup>184</sup>*

Em seu lugar surge o “sindicato cidadão e negociador” dos anos 90, como se observa nesta resolução do I Congresso do PT a respeito do papel da CUT na luta pela hegemonia:

*“O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos”.*<sup>185</sup>

No lugar das negativas aos pactos sociais e das greves, testemunhamos a CUT participando do “Entendimento Nacional” com Collor e das câmaras setoriais, como observa Rodrigues: *“As práticas, ainda que localizadas, de alguns grandes sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores – particularmente com a experiência das câmaras setoriais – estão indicando mudanças perceptíveis de uma ação sindical que se apoiava no conflito para outra que privilegia a negociação.”*<sup>186</sup>

Diferentemente da recusa em participar do pacto de transição das classes dominantes, boicotando o Colégio Eleitoral que deu posse a Tancredo/Sarney, vimos o PT

<sup>184</sup> Caderno de Resoluções do III CONCUR, 1988, p.22

<sup>185</sup> Resoluções... Op. Cit. p.506

<sup>186</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.

dando sustentação à posse de Itamar Franco e se recusando a lutar por eleições diretas, contribuindo, desta forma, para a estabilidade das instituições da democracia representativa.

Os eixos classistas nas campanhas eleitorais como “trabalhador vota em trabalhador” deram lugar a eixos como a “ética na política” e o “modo petista de governar”, contraditoriamente num momento em que o partido mais se envolve com as práticas aéticas dos partidos burgueses, tais como o escândalo das filiações no Rio de Janeiro ou as denúncias de envolvimento do governador, do Mato Grosso, Zeca do PT, com empreiteiras.

Ao contrário do que ocorria no passado, em que tínhamos um partido que era um instrumento de apoio às lutas, hoje temos um partido que se enfrenta com elas, como se deu no episódio recente da greve dos professores gaúchos, categoria fundamental na formação do PT. Vale registrar que o governo do Rio Grande do Sul é encabeçado por Olívio Dutra, dirigente histórico do partido que hoje pertence à chamada “esquerda petista”. Ainda que seu governo seja formado por integrantes de todas as correntes do partido, a maioria deles é ligada à esquerda petista, o que mostra que as diferenças são secundarizadas, em face da prioridade do exercício do governo.

Cada vez mais, o espaço institucional passa a ser privilegiado em detrimento das lutas sociais. O conceito marxista de “luta de classes” deu lugar a um conceito difuso de “direito à cidadania”, segundo o qual, os trabalhadores são vistos como cidadãos sem nenhuma clivagem de classe, diluindo-se o papel da exploração capitalista, como bem observa José Welmovick:

*“Esse conceito parte de que os membros da sociedade têm os mesmos direitos, ou ao menos existe um potencial para chegar a essa cidadania e a uma sociedade democrática, apesar das desigualdades estruturais e de classe existentes no interior da sociedade, sem eliminá-las. Nessa imagem, que consideramos ideológica, existiriam interesses comuns no progresso social que independem da situação de classe. Cada um no seu lugar poderia contribuir para melhorar o país, sem que a estrutura econômico-social seja revolucionada. Sindicatos, empresários, bancos,*

*governos, todos enfim podem trabalhar pela cidadania e unir esforços pelo bem coletivo.”<sup>187</sup>*

O PT das origens não existe mais. O partido que se impôs como uma diferença no cenário político nacional, hoje é um grande partido eleitoral, com políticas cada vez mais social-democratas, ainda que seus dirigentes formalmente não se assumam como tal.

No momento em que preparamos a edição deste trabalho, as evidências apontam para o contínuo crescimento eleitoral do PT. Não sabemos se Lula eleger-se-á Presidente da República, pois não temos bola de cristal, mas os temores de que aqui no Brasil se repita, como tragédia, o desastre de Fernando De La Rúa, na Argentina, está presente nas reflexões de um setor mais consciente da população trabalhadora. Neste sentido, voltamos aos estudos de Adam Przeworski sobre a social-democracia. Embora discordando de seu posicionamento sobre a possibilidade de o capitalismo poder oferecer melhores condições materiais para a humanidade e, principalmente, tornar-se mais humano, são aqui tomadas como importantes suas reflexões sobre a impossibilidade de o reformismo social-democrata tornar-se uma estratégia viável para o socialismo:

*“Os socialistas, a partir do momento em que decidiram lutar pelo poder político e assim que começaram a competir no âmbito das instituições representativas existentes, tiveram de defrontar-se com rigorosas restrições. A maior parte dos receios iniciais acerca dos efeitos nocivos da participação realmente se materializou: as massas não puderam lutar pelo socialismo, tendo de delegar esta tarefa a líderes representantes, o movimento tornou-se burocratizado, as táticas foram reduzidas a tentativa de conquista do eleitorado, as discussões políticas foram limitadas a questões que poderiam ser solucionadas em consequência da vitória no próximo pleito, qualquer projeto de sociedade que não contribuisse para ganhar eleições foi tachado de utopia”<sup>188</sup>*

---

<sup>187</sup> WELMOVICKI, José. *O movimento operário da década de 80: Construção da Cidadania ou Afirmação de Classe?* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Mimeo.

<sup>188</sup> PRZEWORSKI, Adam. *Op. Cit.* p.281

Para finalizar, recorreremos a um vaticínio de Lula, em entrevista ao jornal *A Folha de São Paulo*, em 12/12/88: “*No dia em que o PT não tiver presidente sindicalista, estará descaracterizado*”<sup>189</sup>. É claro que isto não poderia ser uma verdade absoluta, uma vez que além do presidente, e por conseguinte da sua direção, existem outros elementos para se analisar o perfil de um partido: seu programa e sua base social. Mas, apesar de Lula ser um dos principais responsáveis por esta descaracterização, ele acertou no prognóstico.

---

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1) FONTES

#### PESQUISAS

Pesquisa de Delegados PT – Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, 1999.

Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi, 1997

#### PUBLICAÇÕES PARTIDÁRIAS:

Boletim Nacional do PT n ° 2 de 20 de novembro de 1983.

Boletim Nacional do PT edição especial: Teses para o 7º Encontro Nacional, 1990.

Caderno de Pré-Teses do 8º Encontro Nacional do PT. Junho de 1993.

Caderno de Teses do 10º Encontro Nacional do PT. Agosto de 1995.

Cadernos do 1º Congresso. Outubro de 1991.

PT 5º Encontro Nacional. Plataformas apresentadas, 1987.

PT Notícias. Semanário do Diretório Nacional do PT. n° 52, de 20 a 26/09/97.

Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

#### TEXTOS DE CIRCULAÇÃO INTERNA

Disgravação de debate interno do campo majoritário preparatório ao 1º Congresso Nacional do PT, 1991. Mimeo.

Documento: Articulação por um PT Classista ao 4º Encontro Nacional do PT, 1986. Mimeo.

Documento do Diretório Nacional: Avaliação do 5º Encontro Nacional, 1987. Mimeo.

Documento interno da Convergência Socialista: *Gramsci: síntese esquemática de uma posição*. Mimeo. Julho de 1990.

#### TEXTOS DA CUT

Caderno de Resoluções do III Congresso Nacional da CUT, 1988.

Texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, 1983.

## 2) BIBLIOGRAFIA

### LIVROS, ARTIGOS E TESES:

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y Revolución en Occidente*. México, Distribuciones Fontamara S.A., 1991.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas, Edunicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela ParTida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.

BRAGA, Ruy. *Velhas ideologias para a “nova esquerda”*. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. Outubro nº 2, São Paulo, 1998.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *VERSO, REVERSO, TRANSVERSO. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Voto útil?* Mimeo., PT, Núcleo Barão Geraldo, 1 de junho de 1982.

COMIN, Álvaro. “A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil”. In.: OLIVEIRA, Carlos Alberto (e outros). *O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século*. São Paulo, Scritta/Cesit, 1994.

DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.

DIRCEU, José. *O pluralismo é inevitável*. Teoria e Debate nº 9, jan/mar de 1990.

GADOTTI, Moacir & Pereira, Otaviano. *Pra que PT: origem e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.

---

- GARCIA, Marco Aurélio. *A social-democracia e o PT*. Teoria e Debate nº 12, set/dez de 1990.
- GENRO Fº, Adelmo. *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre, Tchê!, 1987.
- GIANINI, Adhemar (e outros). *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- GURGEL, Claudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989.
- HARNECKER, Marta. *El sueño era posible: Los orígenes del Partido de los Trabajadores de Brasil narrado por sus protagonistas*. La Habana, Editorial Cultura Popular, 1994.
- KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1990.
- LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscou, Edições Progresso, 1983.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido(1979-1982)*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: Os trabalhadores e a luta pela Democracia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política. A origem do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT?* In.: SADER, Emir (e outros) *E agora PT? Caráter e Identidade*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo, Ched Editorial, 1981.
-

- POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo, Brasil Urgente, 1990.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*. São Paulo, Atual, 1990.
- \_\_\_\_\_. *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O PODER, CADÊ O PODER? Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da . *Brasil, em direção ao século XXI*. In.: LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.
- STACCONI, Giuseppe. *GRAMSCI – 100 ANOS: Revolução e Política*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Lisboa, Antídoto, 1976.
- WELMOVICK, José. *O movimento operário da década de 80: Construção da Cidadania ou Afirmação de Classe*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1999.

#### JORNAIS E REVISTAS DA GRANDE IMPRENSA:

Folha de São Paulo de 12 de dezembro de 1988.

Isto É/Senhor de 04 de janeiro de 1989.

Veja de 16 de novembro de 1988.

